

Anais do IV Encontro de Pesquisa em História da UFMG

Comunicações Livres

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG

Belo Horizonte

2015

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

Departamento de História

Chefe: Ana Carolina Vimieiro Gomes

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Raquel Costa Santos (UESB)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Renato Pinto Venâncio (UFMG)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)
Tiago Luís Gil (UnB)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)
Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)
Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)
Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Cássio Bruno de Araújo Rocha
Igor Barbosa Cardoso
Márcio Mota Pereira
Maria Visconti Sales
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira
Valdeci da Silva Cunha

Diagramação

Cássio Bruno de Araújo Rocha
Valdeci da Silva Cunha

Capa

Valdeci da Silva Cunha

Site/Banco de Dados

Cássio Bruno de Araújo
Valdeci da Silva Cunha

Sumário

Comunicações livres

O Falanstério de Saí e sua relevância para o estudo do pensamento urbanístico no Brasil

Viviane Silva Rodrigues

1351

A representação da figura feminina na Revista Silhueta em 1932

Thiago Henrique Costa Miranda

1359

Henrique de Beaurepaire-Rohan e a construção de um saber sobre cidades

Guilherme Estevão de Lima Maciel

1369

Concepções sobre o "Terceiro Mundo" na fundação da revista *Tricontinental*: imaginando comunidades, forjando um projeto político

Lídia Maria de Abreu Generoso

1377

João de Barros na relação com Nicolau Maquiavel: um estudo do vocabulário político do *Panegírico de D. João III*

Fernando Altoé

1386

Itaguara-MG: Uma comunidade imaginada através da imprensa local, entre os anos de 1968 a 1992

Rafael Penido Vilela Rodrigues

1395

Em nome da tradição: discursos memorialistas nos debates sobre a mudança da capital mineira (1890-1893)

Thaís Lanna Junqueira

1404

Acervo maestro Chico Aniceto: edição de obras raras e revisão do catálogo

Felipe Novaes Ricardo

1410

Visões do Protestantismo através do filme "O vento será tua herança"

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7
(Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150
- www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Carolina Silva Horta Machado

1415

Os livros na formação da nobreza portuguesa no século XV

Alex Rogério Silva

1421

A contribuição dos manuais técnicos para a produção das aguardentes nas Minas Gerais setecentistas..

Valquiria Ferreira da Silva

1428

Novas fontes para a história de Minas Gerais: o acervo do Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal

Régis Clemente Quintão

1437

Teologia da Libertação a luz do Segmento de Jesus: A solidariedade relacionada aos espaços de experiências e horizontes de expectativas

Raquel Marques Soares

1444

Um passeio pelo *Itinerário Geographico* de Francisco Tavares de Brito

Márcio Mota Pereira

1450

Feminismo Negro: existe uma historiografia no Brasil?

Jacqueline Maia dos Santos

1462

O Brasil como modelo lusotropical na imprensa moçambicana: a visita de Gilberto Freyre (1952)

Ivangilda Bispo dos Santos

1472

“Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques”: análise de um livro de segredos...

Isabela de Oliveira Dornelas; Átila Augusto Guerra de Freitas

1482

O Falanstério de Saí e sua relevância para o estudo do pensamento urbanístico no Brasil.

Viviane Silva Rodrigues

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal do Rio de Janeiro

rodriguesviviane01@gmail.com

Resumo: Nos trabalhos dedicados a história do pensamento urbanístico, é recorrente iniciar a reflexão sobre as origens desse saber a partir do pensamento reformador de uma série de socialistas utópicos do século XIX, tais como Charles Fourier, Saint Simon, Victor Considérant e Robert Owen.

Tal ênfase advém de suas posições críticas frente aos modos de vida da sociedade burguesa – em cidades, vale lembrar - e do conteúdo propositivo que suas utopias delineiam como novas possibilidades para vida coletiva. Contudo, estas reflexões se centram, quase que exclusivamente, em experiências nos EUA e na Europa.

Ao contrário dessa tendência, o presente trabalho toma por objeto o projeto do francês Benoît Jules Mure de construir um falanstério em Saí, próximo à atual cidade de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Iniciado em 1841, o falanstério de Saí buscava ensaiar um modo de vida cooperativo, em um Brasil ainda escravocrata.

Com a análise desse empreendimento, buscaremos demonstrar a relevância dessa experiência para o estudo do pensamento urbanístico no Brasil.

Palavras-chave: Pré-urbanismo; Reformadores sociais; Benoît Jules Mure; Falanstério de Saí.

Introdução

Ao escrever sobre a história do urbanismo, alguns autores como Françoise Choay¹ e Leonardo Benevolo², voltaram-se para personagens como Charles Fourier³, Saint Simon⁴, Robert Owen⁵ e Victor Considerant⁶ na tentativa de buscar um momento de grande força, no bojo do novo quadro pós- revolução industrial, da reflexão sobre os modos de vida coletiva. É importante salientar que tanto Fourier quanto os demais pensadores sociais

¹ CHOAY, Françoise. *O urbanismo – Estudos*. São Paulo, Perspectiva, 1965.

² BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Editorial Presença: Lisboa, 1987.

³ François Marie Charles Fourier (1772 -1837) foi um socialista francês da primeira metade do século XIX.

⁴ Henri de Saint-Simon (1760-1825) foi um teórico social francês e um dos principais fundadores do socialismo cristão.

⁵ Robert Owen (1771-1858) foi um reformista social e um dos pioneiros do socialismo e cooperativismo.

⁶ Victor Considerant (1808-1893) foi um seguidor de Charles Fourier e desempenhou um papel importante na criação e desenvolvimento de um movimento denominado fourierismo.

tiveram suas ideias e anseios categorizados como 'utópicos' anos mais tarde, por Marx e Engels.

Segundo F. Choay, o rápido crescimento demográfico das cidades, posterior à revolução industrial, gerou modificações tanto no espaço urbano quanto em relações sobre o modo de viver em cidades.⁷ É nesse contexto que surgem projetos de contrassociedades (ideais, positivas), em oposição ao da sociedade real (negativa).

Essa autora considera o supradito momento como "pré-urbanismo", pois é anterior a formação de um campo profissional, encontra-se predominantemente sob forma teórica e é mais centrado na crítica radical aos modos de vida do que no agenciamento da ação, daí a sua dimensão utópica.

A reflexão a respeito da desordem da cidade industrial consolidou-se em dois modelos. Enquanto um orientava-se para o passado, o outro direcionava-se para o futuro. À medida que um tomava as formas da nostalgia, o outro adquiria as do progressismo.

Dois modelos: Progressista e Culturalista

Buscando estabelecer a definição de pré-urbanismo, Choay considera importante definir dois modelos de ação dos pré-urbanistas: progressistas e culturalistas.

O modelo progressista pode ser definido a partir de obras como as de Robert Owen, Charles Fourier e Cabet⁸. Esses autores fundamentam suas críticas à cidade industrial na situação de rendimento do indivíduo, que é tomado como um tipo, e onde o progresso técnico deve atender as necessidades-tipo dos homens.

O espaço do modelo progressista é ligado à higiene, que é um tema-chave nesse modelo. Além disso, é traçado conforme uma análise das atividades humanas e classificados em funções distintas: o habitat, o trabalho, o lazer e a cultura. Há a rejeição de qualquer herança artística do passado, sendo a beleza associada à uma lógica racional, adquirindo uma certa rigidez.

⁷ CHOAY, Françoise. *O urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

⁸ Étienne Cabet (1788- 1856), filósofo francês e socialista utópico.

Já o modelo culturalista pode ser ilustrado através das obras de Ruskin⁹ e William¹⁰ Morris. Seu ponto de partida não é mais a situação do indivíduo e sim o agrupamento humano e o desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade.

O espaço do modelo culturalista tem a irregularidade e a assimetria valorizadas enquanto marcas de caráter orgânico e a importância conferida às obras do passado deve estar presente na cidade moderna.

Reflexões e ações nas cidades do Brasil do século XIX.

Apesar de lançar luzes sobre a importância das ações desses autores que voltam suas reflexões para os problemas da vida coletiva na construção de um saber que, posteriormente seria conhecido como "urbanismo", tanto os trabalhos de Choay quanto os de Benevolo se centram, quase que exclusivamente, em experiências nos EUA e na Europa.

No entanto, também houveram experiências reformistas no Brasil.¹¹ De acordo com Edgar Rodrigues¹², a primeira repercussão das polêmicas socialistas no Brasil ocorreu em Pernambuco, com a vinda de alguns engenheiros franceses por volta de 1840, dentre eles Louis Léger Vauthier, que obteve destaque pelas obras públicas que dirigiu.

O presente trabalho toma por objeto o projeto de Benoît Jules Mure, francês, nascido em Lyon no dia 04 de maio de 1809, de construir um falanstério na Península de Saí, no atual município de São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

Mure, homeopata e representante oficial de uma sociedade chamada *Union Industrielle*- cujos participantes eram inspirados nas ideias de socialismo de Fourier, veio para o Brasil com o intuito de conseguir terras para a fundação de uma colônia industrial cuja base seria o princípio associativo.

Charles Fourier: Uma utopia.

⁹ John Ruskin (1819- 1900)

¹⁰ William Morris (1834- 1896) foi pintor, escritor e socialista associado com a irmandade dos pré-rafaelitas.

¹¹ CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹² Edgar Rodrigues (1921-2009) foi pesquisador de história social, escritor e historiador autodidata, nascido no norte de Portugal e naturalizado brasileiro.

Fourier idealiza o modelo de uma sociedade harmoniosa com os falanstérios, um edifício- tipo no qual todos viveriam harmoniosamente, e seriam inseridos em pequenas unidades sociais com população de cerca de 1500 habitantes, as Falanges.

Para Fourier, a vida no falanstério levaria espontaneamente a dissolução de formações sociais rudimentares, como, por exemplo, a célula familiar monogâmica e restrita. Para isto, o falanstério teria muitos espaços de socialização e, inclusive, as refeições, seriam coletivas.

Há uma descrição pormenorizada do Falanstério no que se refere a seu possível arranjo, que compreenderia galerias envidraçadas, pátios internos, jardins, galpões, salas comunais, oficinas, hospedarias, áreas lúdicas que incluiriam um Teatro, e até mesmo uma Igreja, uma vez que Fourier atrela seu projeto a um novo tipo de Cristianismo pronto a asseverar que a satisfação de todas as paixões seria recomendável, já que “todas viriam de Deus”.



Figura 1: Planta esquemática do Falanstério de Fourier.

Fonte: BENEVOLO, Leonardo. As origens da urbanística moderna. Editorial Presença: Lisboa, 1987.



Figura 2: Secção esquemática do Falanstério: (1) sótão com os quartos para os hóspedes, (2) reservatórios hídricos, (3) aposentos privados, (4) rue intérieure, (5) salas de reunião, (6) sobreloja, (7) andar térreo com passagens para viaturas, (8) passadiço coberto.

Fonte: BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Editorial Presença: Lisboa, 1987.

Alguns desses aspectos seriam retomados por Mure na experiência de Saí. Dentre eles, segundo Hoyêdo Nunes Lins¹³:

[...] O sentido associativo transpareceria principalmente na habitação, pois uma só edificação preencheria todas as necessidades correspondentes; o prédio teria aposentos de dimensões e também refeitórios, oficinas e, mais tarde, até livraria, museu e teatro; uma única cozinha coletiva preencheria as exigências[...]

Falanstério do Saí: Uma experiência fourierista no Brasil.

Atualmente, dois dos trabalhos de referência sobre a experiência de Saí são de Ivone Cecília D'Avilla Gallo¹⁴ em sua tese “A aurora do socialismo: Fourierismo e o Falanstério do Saí”¹⁵ e de Larent Vidal¹⁶.

A partir desses trabalhos sabe-se que:

[...] Em torno da matriz original de Fourier, inúmeros planos de falanstérios foram concebidos pelo próprio movimento social do período, que objetivava conferir a melhor forma de realização às ideias do mestre. [...] Se Victor Considerant, com a autorização do próprio Fourier, havia estabelecido em Paris a École Sociétaire, com pretensões de convertê-la no centro do movimento

¹³ Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁴ Doutora em História Social/Pós Doutorado em Teoria Literária (IEL)- Unicamp e professora da Pontifícia Universidade Católica - Campinas.

¹⁵ GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *A Aurora do socialismo: fourierismo e o falanstério do Saí. (1839- 1850)*. 2002. 297f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

¹⁶ Historiador francês pela Universidade de La Rochelle

fourierista, por outro lado uma dissidência resistia à centralização do movimento em Paris. [...] Os que resistiam eram, sobretudo, os operários. [...] Enquanto Considerant se ocupava em difundir a teoria no bojo da burguesia [...], os operários, ao contrário, entusiasmados com as propostas de Fourier, organizavam-se em sociedades com o fim de recolher fundos para a realização imediata de falanstérios na França.[...]¹⁷

Benoît Jules Mure, fazia parte do grupo dissidente dos operários, e saiu da Europa como representante da *Union Industrielle* com o intuito de implementar um falanstério no Brasil, tendo sido recomendado por Silvestre Pinheiro Ferreira¹⁸ à Manuel de Araújo Porto Alegre¹⁹. Dessa forma, Mure, no início, não teve muitas dificuldades em adentrar no meio político e conseguir as terras para a implantação do seu empreendimento.

Através do Ministro do Império, Mure foi apresentado ao Imperador. Ele enfatizava os benefícios que a colônia traria ao Brasil, como a tentativa de avanço tecnológico, ocupação de regiões vazias e a busca pela eliminação gradativa do tráfico. Com esse discurso, Dr Mure teve o apoio do imperador e sua autorização para escolher o local ideal, além de um empréstimo no valor de 64 mil réis.

Mure, partiu então em um navio da Marinha de guerra para a região do desterro (SC). Foi durante essa viagem que Mure definiu onde construiria seu falanstério. Entre os rios Saí-Guaçu e Saí- Mirim, no atual município de São Francisco do Sul em Santa Catarina.

A escolha da Península do Saí como local para sediar o projeto, deu-se principalmente por seus aspectos naturais, com o relevo favorável para plantações. Além dos recursos naturais, o local ficava próximo ao porto de São Francisco do Sul, o que facilitaria o envio de suas produções até outras regiões.

O contrato para a fundação da colônia foi firmado entre o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império²⁰ com o Dr. Mure, deixando claro que cabia a ele as decisões da colônia, o cumprimento do contrato, a administração dos recursos financeiros e a distribuição de terras. De acordo com esse documento, Mure seria responsável também pela contratação e pelo transporte de colonos vindos da França.

¹⁷ VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. *Franceses no Brasil - Séculos XIX - XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.151.

¹⁸ Filósofo e político português que ocupou diversos postos governamentais nos primeiros anos da década de 1820, entre os quais os de ministro do Reino, ministro da Guerra e ministro dos Negócios Estrangeiros.

¹⁹ Manuel de Araújo Porto Alegre (1806- 1879), além de diplomata brasileiro, foi poeta, pintor, professor, jornalista, diplomata e teatrólogo.

²⁰ Nesse período, o cargo era ocupado por Cândido Jose de Araújo Viana e foi com ele que Benoît Jules Mure firmou o contrato, em 11/10/1841, para a fundação da colônia do Saí.

Com a notícia de que no contrato não constava o nome da *Union Industrielle*, os franceses resolveram partir em direção ao Brasil por conta própria e a frente estavam Jamain e Derrion. Ao chegarem no Rio de Janeiro e verem o contrato assinado entre Mure e o Império, começaram os desentendimentos. A maioria dos imigrantes não se sujeitaram as condições contratuais, principalmente por estarem mais envolvidos com o novo grupo da *Union Industrielle* e logo, os diretores dessa sociedade, resolveram formar outra colônia em terras próximas do Saí.

Com a cisão do grupo, Jamain e Derrion, junto com os colonos que apoiaram o novo grupo da *Union Industrielle*, compraram terras próximas ao Saí, onde estabeleceram a colônia do Palmital. Isto não foi suficiente para que cessassem os conflitos, pois a cada navio de imigrantes franceses que chegava, acirravam-se as disputas entre as duas colônias. Muitos imigrantes ao se interarem das condições como a falta de infraestrutura, e do desentendimento que se dava entre o Saí e o Palmital, rumavam para outros locais: Montevideú, Curitiba, alguns nem saíam do Rio de Janeiro.

Apesar disso, não se pode considerar como inexpressivos os feitos realizados na colônia do Saí. No curto período de vida da colônia foram abertos caminhos que melhoraram o acesso, o desmatamento criou espaços para as plantações, também foi construída uma olaria e uma forja que abasteciam de ferramentas a colônia e outras localidades próximas. Contudo, durante o ano de 1843, após três anos de início, as colônias do Saí e do Palmital, não resistiram a falta de incentivo e de força de trabalho e declinaram rapidamente.

Em uma das suas viagens para a capital, Mure não voltou mais. Ele deixou o Saí em agosto de 1843, ficou no Rio de Janeiro onde trabalhou ativamente até 1848 como médico e divulgador da homeopatia. Apesar do abandono e do visível fracasso ao qual a colônia se destinava, Mure tentou conseguir novos subsídios para que o projeto não findasse. Mure sempre culpou os desertores do Palmital como responsáveis pelo fracasso da colônia e do ideal falansteriano.

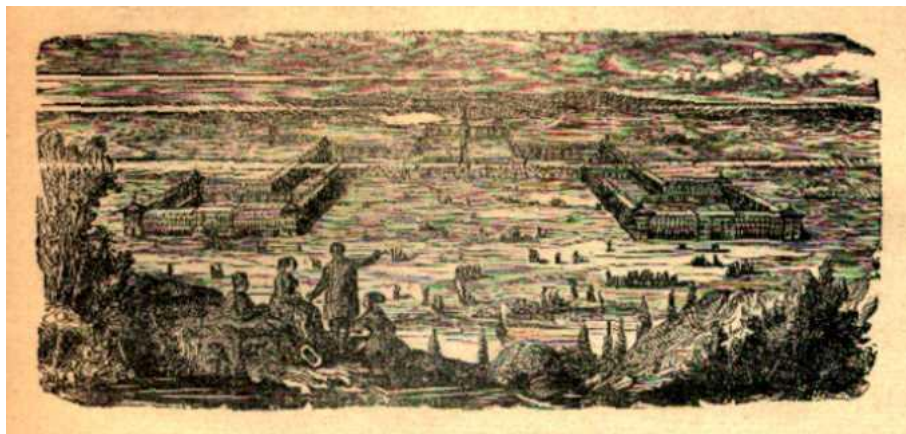


Figura 3: Representação ilustrativa do falanstério do Saí.

Fonte: www.thecities.com.br Disponível em:

<[http://www.thecities.com.br/imagens/Brasil/Santa_Catarina/São_Francisc
o_do_Sul/Hist&coacute;ria/Falanstério_do_Saí/0_1422219890.3262.j
pg](http://www.thecities.com.br/imagens/Brasil/Santa_Catarina/S%atilde;o_Francisc%o_do_Sul/Hist%oacute;ria/Falanst%eacute;rio_do_Sa%iacute;/0_1422219890.3262.jpg)> Acesso em: 29 de abr. 2015.

Considerações Finais

Dentro do campo urbanístico, há uma série de reformadores sociais que fazem uma crítica ao modo como vivem e propõem outros modos de viver coletivamente e muitos desses pensadores, que viviam no século XIX e que em um determinado momento se questionaram sobre essa temática, são temas de estudos atualmente.

A questão é que grande parte dos reformadores sociais que são mais apreciados, são os que viviam e tinham suas propostas fixadas no continente europeu. Em virtude do que foi mencionado, conclui-se que houveram experiências ligadas aos movimentos socialistas no Brasil e que este esteve, desde sua descoberta, dentro de uma rede de conhecimentos no ocidente, apesar das crises.

Aqui no Brasil, Benoît Jules Mure, francês, tenta organizar um modo de viver cooperativamente e trouxe a ideia dos falanstérios, chegando a começar a sua implantação. Esse acontecimento, porém, teve pouca repercussão apesar de possuir grande potencial como estudo para a investigação de como foram pensadas as cidades para o futuro.

Apesar dos desentendimentos, dificuldades financeiras e outras adversidades que ocorreram na tentativa da implantação do Falanstério do Saí, o desejo dos reformadores sociais que trabalharam no Brasil, de transformar a sociedade em que vivem, é o mesmo dos que interviram em outros países. Então, será que para estudar os pensadores urbanísticos não podemos analisar e valorizar também os que atuaram sobre o Brasil?

A representação da figura feminina na Revista Silhueta em 1932

Thiago Henrique Costa Miranda

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

thiagohcm1993@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar a representação da figura da mulher nas propagandas publicitárias da Revista Silhueta, publicada em Belo Horizonte. A análise pauta-se em duas edições datadas nos meses de março e maio de 1932, ano do lançamento da primeira edição do magazine e da conquista feminina ao direito do voto. O estudo é feito através das imagens publicitárias e anúncios nos quais a mulher está inserida como protagonista e principal consumidora dos produtos que a revista oferece, como eletrodomésticos e artigos de beleza. A finalidade é mostrar como as revistas e a publicidade podem ser veículos importantes para moldar mentalidades e que, de certo modo, utilizam da propaganda como uma forma de “silenciar” a luta feminina e conduzir a mulher para um consumismo que estimula o “tripé social” imposto a ela, de ser mãe, esposa e dona de casa. Por fim, a Revista Silhueta, que obteve ampla divulgação no Brasil, é uma importante fonte documental que contribui para o contínuo estudo da história das mulheres.

Palavras-chave: Gênero; Imprensa; Mulher; Revista; Propaganda.

A luta feminina e o contexto brasileiro no Governo Provisório de Vargas.

Por muito tempo as mulheres ficaram submetidas às vontades dos homens e foram inferiorizadas pelo que a sociedade entendia como a “fragilidade do sexo”. A ótica masculina via a mulher como um ser subalterno, voltada para o prazer (dos homens) e para as atividades do lar. Entretanto, com as principais revoluções liberais, cria-se na consciência feminina a ideia de autonomia, capacidade de tomar suas próprias decisões e de lutar por seus direitos. As mulheres passam a se unir na defesa de um interesse comum que é a igualdade entre os gêneros.

A Revolução Francesa pode ser identificada como a raiz do movimento feminista sob influência ideológica do Iluminismo. Nos tempos de liberdade, igualdade e fraternidade, as mulheres acreditavam que os direitos sociais e políticos poderiam ser adquiridos e deveriam ser estendidos a elas enquanto cidadãs. Uma figura emblemática desse período é a da escritora Marie Gouze, também conhecida como Olympe de Gouges, que produziu um texto sobre o modelo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que não incluía as mulheres, exigindo a completa assimilação delas nos âmbitos jurídicos, políticos e sociais. Nesse contexto, as mulheres saíram às ruas lutando tanto ao lado dos homens como por conta própria, exigindo o cumprimento de suas reivindicações.

Esse e outros movimentos feministas se espalharam por todos os cantos do mundo. Em meados do século XIX, por exemplo, as mulheres trabalhavam nas fábricas em péssimas condições, jornadas diárias de 18 horas, e recebiam salários mais baixos que os homens. A análise realizada por Gayle Rubin aborda justamente este último ponto: “Tem-se argumentado que as mulheres são uma força de trabalho reserva para o capitalismo, que os salários geralmente mais baixos das mulheres fornecem uma mais-valia extra para um empregador capitalista (...)”²¹.

A antropóloga, inspirada nas ideias marxistas, fornece uma reflexão sobre a relação da mulher e o trabalho considerando o conceito da mais-valia ainda mais abusivo, afinal os salários das mulheres eram mais baixos, a exploração da mão de obra seria a mesma e o lucro fornecido ao patrão maior.

Os movimentos foram tomando proporções colossais, as mulheres eram duramente reprimidas pela polícia, mas a mobilização contra os baixos salários e a petição por jornadas de trabalhos reduzidas era crescente. Nos fins do século XIX, o feminismo dá um importante passo na luta da mulher em prol de maior participação nas decisões políticas, começando pelo direito ao voto. Os núcleos irradiadores dessa emancipação foram a Inglaterra e os Estados Unidos²², que por intermédio das *suffragettes* organizaram campanhas e passeatas para garantir às mulheres a obtenção dessa igualdade política. Segundo Mônica Karawejskyk:

²¹ RUBAN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Trad. Christiane Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Côrrea. ed. S.O.S Corpo. Recife, março 1993, p. 3.

²² Apesar de o movimento ter sido mais forte na Inglaterra e nos Estados Unidos, o primeiro país a permitir o voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1883.

Desde então, a questão do sufrágio feminino passou a ser a agenda principal das reivindicações femininas, deixando de ser considerada apenas como o símbolo da desigualdade entre homens e mulheres para ser elevada à prioridade do movimento, ou seja, o voto deixou de ser considerado como meramente simbólico e passou a ser visto como a chave para grandes mudanças, uma vez que tais mudanças pareciam estar condicionadas às decisões do Parlamento.²³

Com o tempo a ideologia feminista atingiu outras esferas e as bandeiras do movimento foram levantadas por nações de todos os continentes. O Brasil, por exemplo, inspirou-se nas lutas sufragistas inglesas e a atuação feminina, a partir do século XX, deslocou-se do contexto das classes altas e atingiu as camadas populares.

Um dos nomes que merece destaque na luta pela igualdade dos direitos jurídicos no Brasil é Bertha Lutz²⁴. Formada em ciências naturais na Universidade de Sorbonne representou as mulheres brasileiras na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, e ao retornar ao Brasil fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino²⁵, organização engajada na luta pelo direito ao voto.

Trazendo essa pequena introdução da luta feminina por direitos igualitários ao período denominado Governo Provisório (1930-1934), recorte temporal de minha pesquisa, pretendo abordar as mudanças no âmbito político e a influência destas na vida das mulheres brasileiras. Além disso, esse período será abordado por dois motivos principais, o primeiro é a conquista do voto feminino no ano de 1932 e o segundo é o lançamento da Revista Silhueta de Belo Horizonte no mesmo ano.

O Governo Provisório de Getúlio Vargas trouxe mudanças significativas na sociedade brasileira. Primeiramente, o governo não estava mais nas mãos das grandes

²³ KARAWAJCZVK, Mônica. *As sufragettes e a luta pelo voto feminino*. In: História, imagem e narrativa nº17, Rio Grande do Sul, outubro 2013, p.6.

²⁴ SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret Lopes. *Para ler Bertha Lutz*. Captado em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100016>. Acesso em: 20 mai. 2015.

²⁵ BONATO, Náilda Marinho da Costa; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. *Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista*. Captado em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Nailda%20Marinho%20da%20Costa%20Bonato%20e%20Ligia%20Martha%20Coimbra%20da%20Cos.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2015.

oligarquias que antes “revezavam” o poder (São Paulo e Minas Gerais) com o auxílio das fraudes eleitorais e dos votos de cabresto. Entretanto, o Congresso Nacional foi fechado e os governadores destituídos de seus cargos, Vargas era quem fazia as leis e assinava os decretos, ademais nomeava os cargos de interventores estaduais.

Getúlio passou a intervir fortemente na economia do país, a demanda cafeeicultora começou a diminuir e a indústria continuava a crescer, a vida urbana foi se destacando cada vez mais. Vargas também criou leis sociais buscando o apoio do proletariado e a contenção de greves e passeatas. Em 1934, o Brasil tinha uma nova Constituição que buscava o equilíbrio entre os três poderes, eleições diretas e secretas para presidente e o voto feminino, aprovado em 1932. Segundo o Decreto nº 21.076, de Fevereiro de 1932, o Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta: “Art. 2º. É eleitor o cidadão maior de 21 anos, *sem distinção de sexo*, [grifos meus] alistado na forma deste Código.”²⁶

Em contrapartida, no preâmbulo dos avanços e conquistas que aconteceram no cotidiano feminino brasileiro a historiadora Semíramis Nahes ressalta:

Como se pode deduzir, numa época politicamente conturbada como essa, as lutas feministas que aparecem nos anos 20, com a ascensão do comunismo na Rússia, as reivindicações da mulher operária, do sufrágio feminino vão, no Brasil, experimentar uma pausa ou até mesmo um retrocesso, uma vez que à política tradicionalista e à ditadura do Estado Novo interessava, sobremaneira, manter a mulher presa ao lar, a cuidar da prole sem visível interferência no caos político que se anunciava. A visão da dicotomia feminina: mulher do lar / mulher prostituta, a valorização dos trabalhos do lar, do cuidado com os filhos e maridos, em detrimento do trabalho fora do lar, são uma consequência previsível do autoritarismo e do cerceamento de liberdades que se anunciava cada vez mais iminente nos anos 30. O direito ao voto e à profissão de professora de primeiras letras – “as normalistas” – eram as únicas conquistas sociais permitidas, uma vez que preservavam a visão da mulher educadora “de crianças”; na época, as carreiras de professor de segundo e terceiro graus eram, predominantemente, exercidas por homens.²⁷

O apontamento de Semiramis é relevante, pois no governo de Getúlio Vargas foi projetado uma cartilha pedagógica com o intuito de retornar as mulheres ao lar, lugar que

²⁶ Legislação Informatizada - Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932, Art.. 2º.

²⁷ NAHES, Semiramis. Revista Fon Fon: A imagem da mulher no Estado Novo (1937/1945). ed. AeC. São Paulo, 2007, p. 27

elas poderiam servir a pátria e a família ao mesmo tempo. A intenção seria alienar a figura feminina sobre o contexto político e os problemas sociais, colocando a mulher na função de mãe, esposa, educadora e dona de casa. Essa iniciativa promoveu um retrocesso da mulher ao espaço privado e na luta feminina por direitos e igualdade.

Esse tipo de atitude foi se intensificando ao longo do governo varguista principalmente, com a criação da DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – em 1939, órgão responsável pela censura e pela publicidade política que exaltava o governo de forma nacionalista, progressista, moderna e sem críticas, afinal estas eram proibidas. Além disso, utilizava dos meios de comunicação como, jornais, rádio, revistas para intensificar a manipulação e a alienação dos indivíduos, principalmente as mulheres.

A revista como instrumento ideológico.

Nos fins do século XX, a terceira geração dos *Annales* realizou deslocamentos importantes no campo das Ciências Humanas, principalmente ao incentivar a interdisciplinaridade e trazer contribuições metodológicas para a historiografia. Jacques Le Goff e Pierre Nora buscaram, em uma coletânea, explicitar as novas transformações:

Obra coletiva e diversificada, pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história.²⁸

Ao mencionar *novos objetos*, os autores, abarcam novos tipos de fontes para o estudo do historiador que busca outros objetos de análise. A partir dos anos de 1970 vários projetos já utilizavam os periódicos e as revistas como fonte de pesquisa histórica, pois se entendia que a imprensa era, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenções sociais.

As revistas como fonte e objeto de estudo necessitam de um olhar especial, afinal estas são instrumentos ideológicos que moldam as mentalidades de seus leitores. O pesquisador deve estar ciente que a produção do magazine é um projeto coletivo, ou seja,

²⁸ Goff Jacques Le; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, v, 1, pp. 11-2.

existe um grande número de colaboradores, diretores e editores com múltiplas concepções e posicionamentos engajados em sua elaboração. De acordo com Regina Crespo:

Una revista o un suplemento representan el punto de vista de un grupo, su intervención político-ideológica, su lugar y herramientas en la arena cultural. Si son resultado de un proyecto colectivo, las revistas y suplementos reflejan la estructura misma del proyecto que les dio origen y los cambios que este va sufriendo a lo largo del tiempo.²⁹

Além disso, a revista tem funções políticas e sociais, isso quer dizer que o magazine molda comportamentos e aliena seus assinantes com as informações contidas em suas páginas. Para isso, os produtores e colaboradores estudam o público que pretendem atingir por meio de pesquisas mercadológicas e avaliam o conteúdo que será escrito mediante estas informações.

As revistas e a imprensa são manipuladoras, pois são seus organizadores que selecionam os debates e os temas que serão abordados em suas edições, ademais a escrita é algo subjetivo e influencia na construção e na formação ideológica dos leitores. As publicações da revista *Silhueta*, por exemplo, não utilizam suas reportagens sobre moda, produtos de beleza, lazer ou crônicas como apenas algo informativo, mas com intensões premeditadas que atingem seu público por um viés ideológico alienante.

A Revista *Silhueta* e a representação da mulher nas propagandas publicitárias.

Antes de começar minha abordagem sobre meu objeto de pesquisa, é importante mencionar que irei trabalhar com duas edições da Revista *Silhueta*, datadas nos meses de março e maio de 1932, localizadas no acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

A Revista *Silhueta*, lançada no mês de março de 1932, obteve circulação nacional e era destinada, principalmente, às mulheres. A revista trazia além de temas sobre moda, beleza e formas de tratar o corpo, várias crônicas, contos, imagens de artistas de *Hollywood*

²⁹ CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, p. 1-15.

e, claro, propagandas publicitárias de vários produtos que inseriam as mulheres como os principais personagens e modelos.

A origem do nome também é mencionada nas páginas de sua primeira edição. De acordo com o Dicionário Aurélio, a palavra “silhueta” pode significar: 1. Perfil; 2. Contorno de uma forma que pode ser corpo ou coisa; e 3. Refere-se a uma vista lateral de alguma pessoa, perfil, contorno. Entretanto, o colaborador da revista J. C. Dias Costa escreveu um conto relacionando a palavra ao nome de um antigo político francês, Étienne de Silhouette, que exerceu temporariamente o cargo de Ministro das Finanças e tentou implementar reformas que desagradaram a nobreza da época, levando sua rápida saída do posto. A partir de então, a palavra *silhouette* ficou conhecida por algo que acontece de forma ligeira e com o tempo a origem do termo foi sendo substituída para agregar outros sentidos.

Outro ponto que merece uma análise mais a fundo é a relação de homens e mulheres que trabalhavam na organização da Revista Silhueta destinada, majoritariamente, ao público feminino. Nas edições de março e maio é possível perceber que o número de homens é amplamente superior ao de mulheres. Nas duas edições existem 3 diretores, 8 redatores e as mulheres só aparecem como colaboradoras, em número bem inferior, por exemplo, na edição de março dos 63 colaboradores apenas 7 eram mulheres e na edição de maio 5 mulheres em um total de 31 colaboradores. Esses dados servem para mostrar que as revistas de caráter feminino, na maioria das vezes, eram escritas para as mulheres e não por elas. É plausível que algumas mulheres utilizavam codinomes masculinos para escrever, mas da mesma forma o número de homens ainda era superior.

O ponto central do artigo está vinculado à representação da figura feminina nas propagandas publicitárias, como a principal consumidora dos produtos. Além disso, a forma como são representadas nos anúncios e as mercadorias que divulgam, colocam a mulher como a única responsável pelo lar e pelo bem estar da família. As representações são o conjunto de explicações e crenças que permitem evocar dados, acontecimentos, pessoas ou objetos. Nesse caso, estamos nos referindo à manipulação da figura feminina dentro das propagandas e como a mentalidade dos indivíduos foi moldada em prol do retrocesso da mulher ao tradicional “tripé social” de ser mãe, esposa e dona de casa.

O primeiro anúncio, por exemplo, é da edição de março e divulga a “Casa Hermann”, uma loja de atacado e varejo que vende: “Artigos para toucador, para a hygiene da boca e da pelle – Artigos para presentes – Agulhas e Seringas – Productos Pharmaceuticos”. A figura central da imagem é uma mulher sentada em uma poltrona segurando um frasco de um produto, rodeada de outros frascos. A mulher tem os cabelos curtos e cacheados, usa um vestido que mostra suas pernas e calça sapatos. O que chama atenção na imagem é justamente a utilização da figura feminina na venda de determinados produtos como agulhas – usadas em atividades denominadas femininas como a costura ou o crochê – seringas e produtos farmacêuticos – materiais usados, geralmente, por enfermeiras (profissão destinada às mulheres, por se tratar da sutileza e do cuidado).



Imagem 1: APCBH: Revista Silhueta, Belo Horizonte, ano I, v.1, n.1, mar. 1932. p. 13.

As outras duas propagandas abaixo anunciam a venda de dois produtos eletrodomésticos: um fogão e um ferro de passar roupas. A primeira imagem é referente aos “Fogões Luna”, no anúncio as letras da palavra “Luna” dão origem a quatro características do fogão e mostram o diferencial do produto – “Lindos - Ultra-fortes – Nacionaes – Aperfeiçoados” – A ilustração exhibe o eletrodoméstico com três painéis e

uma mulher abrindo o forno para colocar outra travessa. A figura feminina representada é magra, tem os cabelos presos e penteados, usa avental e calça sapato de salto. Nos anos de 1920 e 1930 surge a expressão *sex-appeal* que modificou o padrão de beleza feminino, até mesmo na forma de andar e falar. Ademais muitas mulheres adotaram os cabelos curtos e os vestidos retos por serem mais cômodos. Essa mudança do padrão estético de corpo ideal pode ser identificada também na imagem anterior, além disso, ao mesmo tempo em que as propagandas insistem em representar a mulher na cozinha ou se embelezando, elas norteiam no modo de se vestir e de se portar.

A segunda propaganda refere-se ao ferro de passar “General Electric”. O produto traz uma novidade que a publicidade chama de: “Ultimo triumpho da fabricação nacional...” essa inovação diz respeito à ranhura do ferro que facilita o trabalho de engomar e evita arrancar ou quebrar os botões das roupas. Como de costume nas propagandas da revista a figura que realiza a tarefa de doméstica é uma mulher, entretanto dois pontos no anúncio chamam atenção. O primeiro é que o produto é destinado às mulheres com todas as letras: “Senhoras donas de casa”, o segundo está implícito nos dizeres “Lêde e observe a ilustração acima e aproveite a oportunidade que vos oferecemos...”. A intenção não é apenas mostrar o ferro de passar e sua inovação, mas também representar a mulher realizando a tarefa do lar que é vista como apenas feminina.



Imagem 2: APCBH: Revista Silhueta, Belo Horizonte, ano I, v.1, n.1, mar. 1932. p. 5.



Imagem 3: APCBH: Revista Silhueta, Belo Horizonte, ano I, v.1, n.1, mai. 1932. p. 36.

O uso de cores, fotografias, desenhos e propagandas é mais um fator que induz a leitora a folhear a revista e, conseqüentemente, desperta o seu desejo pela moda, pelos modernos eletrodomésticos e pelos produtos de beleza. Contudo, é notável que a revista não traz elementos que engrandecem a luta feminina, nem mesmo menciona o importante salto na conquista do voto, apenas aborda elementos que promovem a alienação do público leitor a respeito dos problemas políticos e reduzem o papel feminino ao tradicional “tripé social” de ser mãe, esposa e dona de casa.

A revista é um instrumento manipulador, e vimos isso no contexto do governo de Getúlio Vargas. Todavia, é um objeto de pesquisa que merece análises minuciosas, pois traz muitas discussões sobre suas reais intenções e a forma como aborda determinados temas. O objetivo dos produtores pode vir de forma implícita e, com isso, a análise historiográfica do contexto e da fonte torna-se necessária.

As publicações e as propagandas publicitárias da Revista Silhueta trazem elementos que ilustram essa manipulação camuflada, afinal as intenções dos publicitários é estimular a venda, promover o diferencial de seus produtos e colocar a mulher tradicional como sua representante. Concluindo, saliento que as publicações e as propagandas publicitárias não visam apenas dar conselhos sobre moda, beleza ou promover os produtos mercadológicos, existe sempre uma função ideológica por trás de cada revista. Esta função pode seguir o posicionamento político tanto dos diretores e organizadores quanto do Estado que manipula e censura as informações que circulam nas mídias e meios de comunicação.

Henrique de Beaurepaire-Rohan e a construção de um saber sobre cidades

Guilherme Estevão de Lima Maciel

Graduando em Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ
guilherme.estevao1@gmail.com

RESUMO: Uma série de estudos a partir da década de 1960 vem lançando luzes sobre a historicidade do urbanismo, uma disciplina com ambição científica, que toma por objeto as cidades e que se consolidou apenas no início do século XX. Dentre estes estudos, observa-se também um interesse em relação ao nascimento da disciplina, que autores chamaram de "pré-urbanismo". Especificamente no Brasil, pode-se dizer que o urbanismo possuía raízes no desenvolvimento de uma cultura de construção de cidades que perpassa diversos debates, como o reconhecimento e o agenciamento do território, bem como, o desejo de melhorar as condições de vida de sua população. Neste sentido, pode-se dizer que se trata de um conhecimento que remonta ao período em que o Brasil ainda era uma colônia, perpassando o Império até chegar à República. Dentre diversos atores que participaram da construção desse saber, o presente trabalho centra-se na figura de Henrique de Beaurepaire Rohan (1812-1894), engenheiro militar cuja atuação reflete o perfil de um verdadeiro humanista. Analisaremos aqui parte de sua variada obra, enfocaremos aquelas que buscam descrever e propor intervenções em cidades. Atentos à natureza das questões levantadas, bem como, suas diferentes temporalidades, temos por objetivo principal trazer insumos para uma maior compreensão da formação do urbanismo no país.

PALAVRAS-CHAVE: Pré-urbanismo, Henrique de Beaurepaire Rohan, Cidades.

Henrique de Beaurepaire-Rohan e o Relatório de 1843

O presente trabalho se centra na figura de Henrique de Beaurepaire-Rohan (1812-1894), engenheiro militar brasileiro, que ingressou no Exército aos sete anos, seguindo os passos de seu pai, o conde Jaques Antônio Marcos de Beaurepaire. Atuando, inicialmente, como cadete, na comissão de inspeção de vários distritos militares e alcançando outros postos, até se tornar tenente, concluir seus estudos matemáticos e se graduar como engenheiro, integrando o Corpo de Engenheiros do Exército. A partir de 1837, trabalhou na província do Rio de Janeiro, sob o comando do Major Henrique Niemeyer Bellegarde³⁰ e iniciou sua atuação como engenheiro militar.

Henrique de Beaurepaire-Rohan desenvolveu, ao longo de sua vida, inúmeros

³⁰ Engenheiro militar e historiador português, que atuou no Brasil desde os quinze anos, formando-se pela Real Academia Militar do Rio de Janeiro.

trabalhos, sejam eles do âmbito teórico ou prático. Dentre suas principais realizações como engenheiro, podemos destacar a elaboração do Relatório de Obras municipais para a Câmara do Rio de Janeiro, em 1843. Esse documento foi produzido enquanto exerceu a função de Diretor de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, no mesmo ano em que publicou o documento.

O relatório se constituiu em um estudo que apresentava as obras executadas na capital, até aquele momento, e reunia documentos que realizavam um breve histórico de desenvolvimento da cidade. Contudo, a proposta de traçar uma linha evolutiva da cidade não se estendeu ao longo do trabalho, para lamentação do autor, pois ainda não havia, até então, um ensejo por parte do governo local em estabelecer essa análise e, para Beaurepaire-Rohan, era fundamental para ampliar a compreensão do lugar e para o traçado de projetos futuro.

Além desta análise, o trabalho apresentado à Câmara propunha também uma série de intervenções urbanas na cidade, os “melhoramentos” para utilizarmos o vocabulário da época. Essas propostas articulavam, ao mesmo tempo, aspectos para melhoria da circulação, da higiene, do embelezamento e da dimensão social da cidade.

É nesse âmbito que Henrique de Beaurepaire-Rohan propõe, por exemplo, atenção ao esgotamento e à distribuição de água; aponta a relação entre o técnica de calçamento e esgotamento de águas pluviais; confere atributos estéticos à arborização; reitera a proposta de derrubada do morro do Castelo; indica a necessidade de alterar a localização do matadouro público dos cemitérios existentes; tece um plano de alargamento das ruas, valorização das calçadas e reconfiguração de quadras e lotes.

Cabe sinalizar que esse conjunto de propostas de intervenção e estudo a cerca das condições e modo de organização da cidade antecede em trinta anos organização da Comissão de Melhoramentos Urbanos do Rio de Janeiro (1875) que propunha intervenções urbanísticas, sanitaristas, tendo como ênfase de atuação a conclusões de obras no Canal do Mangue, demolição do Morro do Senado e abertura de grandes avenidas na região central da cidade. Além disso, é também muito anterior às conhecidas intervenções propostas por Pereira Passos, em 1906.

Sendo assim, é possível se perguntar como poderíamos situar as propostas de intervenção de Henrique de Beaurepaire Rohan no âmbito de um saber construir específico

sobre cidades? Poderíamos considerá-lo um urbanista?

Pré-urbanismo e urbanismo de regularização

Para tentar lançar luz sobre essa questão, nos aproximamos de dois conceitos apresentados por Françoise Choay³¹, na obra *Urbanismo - Teorias e realizações*: o de “pré-urbanismo” e de “urbanismo de regularização”.

Choay apontou que até o século XVI, as cidades (tendo como referência aquelas situadas na Europa), não eram objetos de discursos. Tratava-se, do que a autora chamou, de “cidades vividas em silêncio”.

É somente a partir dos tratados desenvolvidos por Alberti³² que se iniciou um discurso específico sobre cidades. Não ainda como ciência urbana, mas a partir de uma visão de "arte urbana".

Para Choay, o “urbanismo”, surge então no fim do século XIX e se opunha a “arte urbana” por se identificar como ciência e não como arte, além de compreender a cidade como um organismo e não apenas no seu quadro a ser construído.

Contudo, entre os séculos XVIII e XIX, pode-se observar uma série de reflexões e realizações que pareciam já envolver conhecimentos dessa disciplina nascente sem contudo ter sido criado um nome em relação ao qual seus praticantes se reconhecessem. Para o conjunto de ações ainda sem nome, Choay denominou “pré-urbanismo” e para o conjunto de realizações, a autora chamou de “urbanismo de regularização”.

Os discursos do “pré-urbanismo” se manifestaram em diversas formas e, para melhor compreendê-los, a autora os classificou como: progressistas e culturalistas. O modelo progressista estava ligado à ordenação do espaço urbano, de forma que torne eficiente e adequado ao novo contexto científico, as construções de novas ordens sociais e econômicas, num contexto pós Revolução Industrial. Valorizando as funcionalidades, a higiene, estandardização das edificações por tipologias e funções. Já o modelo culturalista

³¹ Françoise Choay é historiadora de teorias e formas urbanas e arquitetônicas, professora de urbanismo, arte e arquitetura na Université de Paris VIII. Cursos filosofia antes de se tornar crítica de arte. Nos anos 50 colaborou nas revistas *L'Observateur*, *L'Œil* e *Art de France*. Nos anos 60 dirigiu a seção parisiense da *Art international*. Da década de 1970 até hoje, publicou diversos estudos sobre arquitetura e urbanismo. Dirigiu a coleção *Espacements* nas Éditions du Seuil.

³² Arquiteto, teórico de arte e humanista italiano. Foi filósofo da arquitetura e do urbanismo, pintor, músico e escultor. Personificou o ideal renascentista do "uomo universale", o letrado humanista capaz em numerosos campos de atividade.

se opunha a essa visão de cidade, levando em conta todos os transtornos sociais, políticos e econômicos dessa nova sociedade, orientando, então, projetos “contra-sociedade”, sustentados em novas estruturas e instituições, como os falanstérios, que são comunidades específicas, organizadas de maneira quase reclusa para não se “contaminassem com o exterior”, como apresenta Choay.

Para a autora, o “urbanismo de regularização” propunha regularizar e/ou adaptar as cidades antigas às novas demandas das cidades industriais e capitalistas. Ilustrando essa concepção, sinaliza as propostas de Cerdá, com o Plano de Barcelona e o desenvolvimento de uma nova forma de traçado urbano, viário, ocupação e distribuição de quadras, baseado na *Teoria Geral de Urbanização*, desenvolvida por ele que enfatiza a circulação e habitação. Além das intervenções realizadas por Hausmann em Paris, que foi um projeto de reestruturação urbana apoiado num princípio de embelezamento da cidade, dentro de um novo contexto político, pós revolução burguesa. A reforma também se apoiou nos princípios enfatizados por Cerdá.

Pode-se dizer que, a partir do trabalho de Beaurepaire Rohan, podemos observar um saber sobre cidade que ora aparenta se aproximar da noção de pré-urbanismo, ora parece se aproximar da noção de “urbanismo de regularização”. Se aproxima ao adequar as cidades a uma nova lógica de organização urbana (urbanismo de regularização) e aplicar seu traçado em princípios de embelezamento, higiene e circulação (pré-urbanismo), como sinalizado no relatório apresentado a Câmara do Rio de Janeiro.

Contudo, é necessário observar que o trabalho de Choay está muito mais centrado na experiência de indivíduos que atuaram em cidades europeias e norte americanas e aspectos específicos da cultura de construir cidades no Brasil não são abordados em seus trabalhos.

Atuação dos engenheiros militares nas cidades brasileiras

Buscando nos aproximar mais de um saber construir cidades no Brasil, passemos a leitura do trabalho de Beatriz Bueno, *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*.

Beatriz Bueno³³ ressalta a figura da Real Academia Militar na função institucional de promover a formação teórico-prática dos engenheiros, dotando-os de técnicas de desenho, capacidades de mensurar e dimensionar o território que sofreria intervenção, desde o século XVII. As bases teóricas para a compreensão das formas de organizar as cidades foram oferecidas por esse saber. A autora centrou-se sua análise, em grande parte, na atuação dos engenheiros militares no período colonial e não no Império, contexto de Henrique de Beaurepaire-Roahn. Entretanto, é importante para compreender uma cultura e construção de um saber prático que norteou a atuação do engenheiro e que se formou por, pelo menos, dois séculos.

A autora mostra também, como o processo de gestação de vilas e cidades no Brasil esteve, por mais de três séculos, vinculados a um caráter político e formação de “cidades reais”, de implantações, que se estabeleciam para promover o povoamento, demarcação e defesa territorial. Até a vinda da Família Real, no início do século XIX, a configuração das cidades era regida, preponderantemente, sob um olhar de defesa do espaço e poder da coroa, resultando na ocupação e formação delas por todo litoral e gerando algumas implantações, como de São Luís do Maranhão e Belém do Pará, cuja configuração morfológica e traçado de ruas se organizou ao redor de seus fortes.

Assim, pode-se dizer que no Brasil, os engenheiros militares, desde o século XVII, adquiriram destaque, por atuarem diretamente criação de cidades. Mais do que propor alterações espaciais no território, esse grupo de profissionais foi fundamental na construção de um saber civil, possibilitando o levantamento das dimensões do país e aspectos sociais, políticos e econômicos.

[...] havia estreita vinculação entre os interesses metropolitanos e a política de colonização que, por sua vez, se materializava numa política de urbanização mais ou menos intensa e controlada pela Coroa e num urbanismo mais ou menos dirigido e sofisticado. Entre a política colonizadora descentralizada de 1500 a 1640 e a política urbanizadora altamente centralizada do século XVIII, Nestor Goulart Reis Filho observa um período intermediário de progressiva centralização administrativa, que não por acaso configurou uma rede de novas vilas com traçado tendencialmente regular. (BUENO, 2011, p. 279)

³³ Historiadora e doutora em Arquitetura e Urbanismo, graduada pela USP

A atuação de vários engenheiros militares não se restringiu apenas ao campo construtivo. Passando a ocupar cargos dentro das estruturas política, sejam provinciais ou nacionais,

Dentro desse contexto entre política e intervenção urbana, a figura de Henrique de Beaurepaire-Rohan emerge como um ator relevante e, destrinchando suas obras e reflexões é possível identificar um olhar específico sobre a ideia de cidade e organização do território.

Beaurepaire-Rohan apresentou uma atuação significativa no que se refere à produção cartográfica ao longo de sua vida. Essa atividade, no Brasil, naquele momento, representou um processo de expansão do conhecimento do território nacional, entretanto, não se restringia a apenas descrever seus aspectos físicos. Os levantamentos quantificavam também outros aspectos, tais como os socio-econômicos.

Tratavam-se do que ficou conhecido como corografias, Plantas e cartas topográficas acrescidas de relatórios com informações sobre populações e outros aspectos quantificáveis. Todo esse trabalho foi fundamental para que o poder central, o Império à época, reconhecesse seu território e pudesse estabelecer políticas de atuação em diversos setores.

Deve-se pontuar que ser engenheiro na época de Beaurepaire-Rohan significava também ser um militar. Por isso, sua atuação deve ser compreendida dentro do exercício militar.

Em 1837, por exemplo, esteve em comissão no Rio Grande do Sul levantando a planta do entricheiramento, estudo para criação de barreiras militares, na cidade de Porto Alegre durante a revolta do Rio Grande do Sul. Após sua participação, foi nomeado, em 1843, Diretor de Obras Públicas da Capital, sendo ainda, no mesmo ano, enviado pelo Imperador ao Mato Grosso para explorar o baixo Paraguai. Além de, no ano seguinte, elaborar as plantas das posições ocupadas pelo Exército na Bahia.

Foi após essa a viagem ao Mato Grosso que Henrique de Beaurepaire-Rohan desenvolveu o relatório de obras municipais para a Câmara do Rio de Janeiro. Essa questão é de especial interesse, pois temos por hipótese que os apontamentos do engenheiro para a cidade do Rio de Janeiro também ilustram o conhecimento adquirido e observado nos demais locais de sua atuação.

Como se sabe, o Relatório para o Rio de Janeiro se configurou como um estudo amplo e importante para a capital naquele momento e uma colaboração fundamental na construção de uma reflexão sobre cidades, no Brasil. Beaurepaire-Rohan construiu ao longo da vida um vasto conteúdo literário acerca das cidades brasileiras no qual atuou, seja na elaboração e planejamento de obras públicas, seja como na presidência de províncias. Documentou uma série de obras, entre elas “Viagem de Cuyaba ao Rio de Janeiro pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina”; “Viagem ao campo de Palmas”, em 1852; “O campo do Ipiranga”, em 1855. No mesmo ano, foi vice-presidente da província do Paraná, além de escrever, oito anos depois, considerações sobre a seca no Norte e Nordeste, no Correio Mercantil.

Ocupou novos cargos governamentais, tornando-se presidente das províncias do Pará e da Paraíba; Ministro de Estado, Ministro de Guerra, em 1864; Vocal do Conselho Supremo militar, em 1869. Publicou estudos sobre projetos de vias de comunicação com Assunção e o Mato Grosso do Sul com a província do Rio Grande do Sul, em 1872.

Em 1873, preparou a Carta Geral do Império com levantamento planimétrico do Brasil para exposição de Mundial Viena. As exposições costumam apresentar propostas e tendências que influenciarão o desenvolvimento de diversos segmentos sociais, em todo mundo. Publicou, em 1877, um o artigo “As secas do Ceará”, “Estudos acerca da organização da carta geographica e da historia physica e política do Brazil” e concebeu o projeto de organização do corpo de saúde do exército.

Todos os estudos e considerações de Henrique de Beaurepaire-Rohan descortinam um vasto conhecimento sobre o território. O engenheiro militar atuou em várias regiões do país e levantou em suas obras aspectos amplos sociais, políticos e econômicos de cada região, como uso de mão de obra estrangeira e indígena, tipologias construtivas, o manejo dos recursos naturais, as questões topológicas e ambientais.

Conclusões

Tendo a compreensão dos conceitos de pré-urbanismo e urbanização de regularização, além de se apoiar nas práticas dos engenheiros militares e formas de gestão do território urbano brasileiro, é possível inferir que esse processo não foi exclusivo do continente europeu e seus pensadores, como, de alguma maneira, estudos como os de Choay sugerem. Como vimos com Bueno, práticas semelhantes já eram percebidas no

Brasil, desde o século XVII.

Especificamente, ao analisar a trajetória e obras de Henrique de Beaurepaire-Rohan, é possível exibir uma gama de intervenções e desenvolvimentos que englobavam conhecimentos prévios de ordenação, usos públicos, hierarquias urbanas, com adequação as realidades locais e planejamento de práticas construtivas. Desta forma, é possível estabelecer paralelos com o que Choay chamou de pré-urbanismo ou urbanismo de regularização.

Contudo, como vimos, sua atuação merece ainda estudos mais específicos que levem em consideração as práticas construídas nas cidades do Brasil em que atuou.

Concepções sobre o "Terceiro Mundo" na fundação da revista *Tricontinental*: imaginando comunidades, forjando um projeto político

Lídia Maria de Abreu Generoso

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

lidigeneroso@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho analisa a revista *Tricontinental* como fonte e objeto de pesquisa, com o intuito de refletir sobre essa publicação e as formas como buscou cumprir seu programa editorial e fortalecer o projeto político e cultural de cooperação, integração e solidariedade revolucionária da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL), da qual foi "braço teórico" e porta-voz. Entre os diversos conteúdos publicados pela revista, buscaremos focar nossa análise nas discussões, apropriações criativas e re-significações conferidas por seus editores e colaboradores ao conceito de "Terceiro Mundo" em suas primeiras edições. Quais foram os limites desse conceito?

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Mundo, Esquerdas, revista *Tricontinental*, história transnacional

[o] 'Terceiro Mundo' consiste no mundo mais poderoso de nosso tempo.[...] Dele as grandes mudanças acontecerão [!]³⁴

A revista *Tricontinental* e como estudá-la?

A revista *Tricontinental*, publicação editorial cujo estudo motivou a produção deste artigo, fez parte de um projeto político e cultural de "solidariedade militante" entre movimentos revolucionários e de libertação nacional e de intelectuais da África, da Ásia e da América Latina. Esse projeto foi constituído de maneira oficial a partir da Conferência

³⁴ WEISS, Peter. The most powerful world of our time. *Tricontinental*, v.2, 1967, p. 163.

Tricontinental³⁵ de Havana que, em janeiro de 1966, reuniu em Cuba representantes de movimentos revolucionários e de libertação nacional, bem como intelectuais dos três continentes³⁶. Na ocasião, foi fundada a Organização de Solidariedade entre os Povos de Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), órgão responsável por dar sequência às deliberações da Conferência, entre elas, o desejo de fundar para a organização um "braço teórico", que viria a materializar-se, a partir de abril 1967, na publicação da revista *Tricontinental*³⁷.

A revista *Tricontinental* tornou-se importante espaço de debate e reflexão sobre o "Terceiro Mundo"³⁸ enquanto projeto político e cultural. Foi publicada bimensalmente em Espanhol, Inglês, Francês e Árabe³⁹. A missão da revista, segundo seu editorial de fundação, era a de promover "uma maior compreensão dos importantes problemas enfrentados pelos povos

³⁵ *Acreditamos que a Conferência Tricontinental constitui-se como importante marco para as histórias das esquerdas em África, Ásia e América Latina, uma vez que congregou - de maneira pioneira - líderes e intelectuais dos três continentes em um mesmo fórum de debate, a fim de pensar estratégias e mecanismos coletivos para aproximação e solidariedade, bem como para a destruição do capitalismo, do imperialismo e do colonialismo em escala global, estabelecendo entre movimentos revolucionários e de libertação nacional uma aliança política e militar. Corroboram com essa perspectiva os autores Robert J. C. Young e Anne Garland Mahler. Além desses, Ocean Sur e Ediciones Tricontinental publicaram em parceria, em 2006, Rebelión Tricontinental: las voces de los condenados de África, Asia y América Latina, uma antologia de textos anteriormente veiculados na revista. Os dois prólogos dessa antologia, elaborados por Ulises Estrada e Luis Suárez nos trazem informações importantes sobre a fundação e edição da revista. Ver: TRICONTINENTAL, Ediciones; PRESS, Ocean. Rebelión Tricontinental: las voces de los condenados de África, Ásia y América Latina. La Habana: 2006; MAHLER, Anne. The Global South in the belly of the beast: Viewing African-American Civil Rights through a Tricontinental lens. Latin American Research Review, Vol. 50, No. 1. 2015; MAHLER, Anne. Beyond the Color Curtain: Empire and Resistance from the Tricontinental to the Global South. Tese de Doutorado, Emory University, 2013; YOUNG, Robert J. C. Postcolonialism: an historical introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2001; YOUNG, Robert J. C. Postcolonialism: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003 (Kindle Edition); YOUNG, Robert J. C., Postcolonialism: From Bandung to the Tricontinental. Historein 5 (2005): 11-21.*

³⁶ Foram 150 representantes de 28 países africanos, 197 representantes de 27 países asiáticos, e 165 representantes de 27 países da América Latina, além de 88 observadores e convidados de diversos países e organizações internacionais. In: TRICONTINENTAL; PRESS. *Rebelión Tricontinental*. p. 9.

³⁷ Em verdade, a OSPAAAL funda a *Editora Tricontinental*, responsável pela publicação e distribuição de uma série de materiais além da revista *Tricontinental*: o boletim *Tricontinental* e diversos livros, cartazes e filmes.

³⁸ *Optamos por não tratar, nesse artigo, das origens e usos do conceito fora de nosso objeto de pesquisa. Para mais informações, sobre o conceito e história do Terceiro Mundo, ler Chaliand, Vigevani, Prashad e Almeida; para mais informações sobre a Conferência Tricontinental, suas implicações para o que se convencionou chamar aqui de "Terceiro Mundo", bem como críticas contemporâneas ao uso do conceito "Terceiro Mundo", ler Mahler e Young. Para origem do conceito, ler Saury. In: ALMEIDA, Rodrigo Davi. As posições políticas de Jean-Paul Sartre e o Terceiro Mundo (1947 - 1979). UNESP/Assis/SP, 2010. Tese de Doutorado; CHALLAND, Gerard. Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977; SAUVY, Albert. Trois Mondes, une planète. L'Observateur, 14 août 1952, #118, p.14; VIGEVAANI, Tullio. Terceiro Mundo: Conceito e História. São Paulo: Editora Ática, 1990; PRASHAD, Vijay. The Darker Nations: A Biography of the Short-Lived Third World. New Dehli: LeftWorld Books, 2007 (Kindle Edition); PRASHAD, Vijay. 'The South Also Exists,' as the Third World Once Did. In: Report: the Multi Polar Moment? Nacla Report on the Americas. V. 40, i. 005, 2008;*

³⁹ Sabe-se que as versões em inglês e espanhol foram publicadas de forma contínua, ao passo que suspeitamos que as edições em italiano, francês e árabe tenham sido modificadas por seus editores locais. Encontramos edições impressas na França, por exemplo, que não eram compostas pelo mesmo material que as impressas em Cuba. Esse mapeamento, por seu caráter extremamente complexo, não será abordado extensivamente por essa pesquisa.

do Terceiro Mundo, e como superá-los através de medidas eficientes"⁴⁰ e "denunciar sistematicamente as políticas criminosas de intervenção, pilhagem e agressão utilizados pelo sistema imperialista mundial [...] contra os povos afro-asiático-latino americanos"⁴¹. Para tal, a revista buscava "coletar em suas páginas as contribuições dos mais proeminentes líderes do Terceiro Mundo, bem como intelectuais revolucionários intimamente ligados às manifestações culturais dos países subdesenvolvidos"⁴², a fim de que pudesse servir "como meio de agitação, difusão e intercâmbio de experiências revolucionárias, bem como das mais nobres ideias dos homens que lutam pela completa liberdade da humanidade"⁴³. A revista foi editada, durante o período aqui analisado, por José Pérez Novoa, chefe do Departamento Sociocultural da OSPAAAL, sediado em Havana. Sua tiragem era de 50 mil exemplares, distribuídos gratuitamente a movimentos revolucionários, partidos de esquerda e intelectuais⁴⁴.

Estudamos a revista *Tricontinental* sob a ótica da História Transnacional, segundo a qual é preciso "romper com a ideia e os limites da nação como marco espacial"⁴⁵. Essa proposta constitui-se, portanto, em torno do estudo do movimento entre lugares e regiões, buscando não simplesmente abordar o processo histórico que acontece em diferentes lugares de maneira isolada. Barbara Weinstein afirma que a História Transnacional se dá através do estudo de zonas de contato: "pontos não necessariamente físicos nem geográficos onde os 'encontros' internacionais mais intensos transparecem"⁴⁶.

Nesse trabalho, partimos do pressuposto teórico-metodológico de que a revista *Tricontinental* pode ser concebida precisamente como uma zona de contato, amparados pela afirmação de Weinstein de que essas podem ser "'comunidades' de discurso e conhecimento"⁴⁷. Robert J. C. Young, autor de alguns dos poucos trabalhos publicados sobre nosso tema de pesquisa, conceitua a revista em questão como um "campo de trabalho transnacional"⁴⁸. Estudar a revista *Tricontinental* é, também, uma importante oportunidade de retirar da Europa o *status* de *locus* da produção de todos os saberes, e compreender, através da perspectiva transnacional, "como o liberalismo, o marxismo e

⁴⁰ TRICONTINENTAL, Editorial; To the Reader. In: *Tricontinental*, 1967 #1, p. 4.

⁴¹ _____. *Editorial*, ed. #1. p.3.

⁴² Entre os colaboradores de revista *Tricontinental* no período estudado, encontram-se muitos dos mais reconhecidos líderes políticos do que se convencionou chamar "Terceiro Mundo", nominalmente Fidel Castro, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Carlos Fonseca Amador e Salvador Allende; além de intelectuais de renome como Jean-Paul Sartre, Gabriel García Márquez, Frantz Fanon e Carlos Altamirano. A revista se encarregou, ainda, de republicar textos "clássicos" sobre política e revolução escritos por Lenin, Che Guevara, Carlos Marighella, Camilo Torres, José Carlos Mariátegui, Malcolm X, entre outros.

⁴³ TRICONTINENTAL, *Editorial* ed. #1; p.4.

⁴⁴ TRICONTINENTAL, *Rebelión Tricontinental*. p.10.

⁴⁵ PRADO, Maria Lígia Coelho. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional. *Revista Digital Escuela de Historia UNR*, #3, 2011/2012. p.18.

⁴⁶ WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14 jan./jun. 2013. p.13

⁴⁷ WEINSTEIN. *Pensando a história fora da nação*.... p.17.

⁴⁸ YOUNG. *Postcolonialism: a very short introduction*. po. 524.

todos os outros sistemas foram transformados e, em determinadas ocasiões, aprofundados em um mundo que não era"⁴⁹ necessariamente o europeu.

Nossa abordagem está em consonância com a História Conceitual do Político proposta por Pierre Rosanvallon, segundo o qual deve-se "apreender o político no entrelaçamento das práticas e representações"⁵⁰, buscando assim, superar a "análise e o comentário de grandes obras"⁵¹, e assim incorporar à essa proposta teórico-metodológica o estudo de elementos importantes da cultura política, como a imprensa. Sob essa ótica, os conceitos podem, e devem, ser *postos a prova* pelas experiências e examinados nos limites de suas definições, limites esses que só são evidenciados por seus usos aplicados. Amparados nesse autor, optamos por estudar a forma como a revista debate, se apropria e re-discute o conceito de Terceiro Mundo, a fim de compreender as transformações que colaboradores da revista *Tricontinental* almejam impor a ele. Dialogando também com Koselleck⁵², compreendemos como a interação entre distintos campos de experiência e horizontes de expectativa interferem na forma como indivíduos históricos operam e dão significados aos conceitos.

Esse trabalho se situa, ainda, em meio a nossos esforços pela elaboração de uma compreensão mais ampla, abrangente e profunda da Conferência Tricontinental, e principalmente, de seus desdobramentos. Apresentaremos e analisaremos, nesta oportunidade, as concepções sobre o "Terceiro Mundo" elaboradas por Stokely Carmichael e Peter Weiss veiculadas na primeira e segunda edições da revista⁵³, a fim de sustentar nosso argumento de que a revista operou como um "campo de trabalho transnacional"⁵⁴ e estabelecer uma melhor compreensão acerca do que a revista publica, bem como das formas como se compreende o "Terceiro Mundo" no momento inicial de sua publicação.

O "Terceiro Mundo" nas páginas da revista *Tricontinental*

O primeiro texto abordado por esse trabalho foi um ensaio publicado pela revista *Tricontinental* em sua primeira edição, intitulado *The Third World, our world*, de autoria de Stokely Carmichael. A trajetória de Stokely Carmichael é bastante interessante e as influências transnacionais entre o autor, a Conferência Tricontinental e a Revolução Cubana são trabalhadas por Seidman⁵⁵, Rodriguez⁵⁶ e Gronbeck-Tedesco⁵⁷. Nascido Stokely Carmichael, o líder político do movimento negro estadunidense viria a mudar seu

⁴⁹ _____. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional. p.18.

⁵⁰ ROSANVALLON, Pierre. Por uma História do Político. São Paulo: Alameda, 2010. p.87.

⁵¹ _____. Por uma História do Político. p.86.

⁵² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio, 2006.

⁵³ Serão analisados: CARMICHAEL, Stokely. The Third World: our world. *Tricontinental*, 1967, #1, p.15-22 e WEISS. The most powerful world of our time. *Tricontinental*, v.2, 1967, p. 163-167.

⁵⁴ YOUNG. *Postcolonialism: a very short introduction*. po. 524.

⁵⁵ SEIDMAN, Sarah. **Tricontinental Routes of Solidarity: Stokely Carmichael in Cuba.** *Journal of Transnational American Studies*, ano 4, #2 (2012).

⁵⁶ RODRIGUEZ, Besenia. "De la Esclavitud Yanqui a la Libertad Cubana": U.S. Black Radicals, the Cuban Revolution, and the Formation of a Tricontinental Ideology. *Radical History Review*, #92 (2005): 62–87.

⁵⁷ GRONBECK-TEDESCO, John. The Left in Transition: The Cuban Revolution in US Third World Politics. *Journal of Latin American Studies*: 2008, 40, p.651-673.

nome alguns anos após a publicação desse ensaio em *Tricontinental* para Kwame Touré. Sua trajetória se inicia no Student non-Violent Coordinating Committee, passando por sua participação no movimento dos Panteras Negras - do qual ainda era membro quando publicou o artigo - e culminando em sua adesão ao All-African Peoples Revolutionary Party. Em entrevista ao jornal cubano *Granma*, Carmichael afirmou que a revista era "uma bíblia nos círculos revolucionários"⁵⁸.

Seu texto, publicado na sessão *Land of ideas*, busca aproximar as realidades da *black people*⁵⁹ estadunidenses daquela dos demais povos do "Terceiro Mundo", através da evocação das experiências de discriminação e racismo sofridas por ambos e da tentativa de ressaltar que racismo e exploração são, ambos, recrimináveis produtos de um sistema capitalista. Afirma:

[d]iferentemente de muitas das pessoas do Terceiro Mundo [...] nós estamos dentro dos Estados Unidos há quatrocentos anos e reconhecemos a profundidade desse racismo. Portanto, temos dois fronts de luta a travar: o racismo e a exploração, que são produtos de um sistema capitalista.⁶⁰

A partir da associação entre racismo e exploração, Carmichael afirma que a *black people* estadunidense se junta

com os povos do Terceiro Mundo, porque nos entendemos como, e somos de fato, colônias dentro dos Estados Unidos. [...]. A estrutura de poder que explora e oprime a vocês é exatamente a mesma que nos explora e nos oprime. [...] E como os poderes imperialistas internacionalizaram seu sistema, nós devemos também, internacionalizar nosso sistema, para que nossa luta seja internacional: [E cita Che Guevara] criar dois, três, muitos Vietnams.⁶¹

Em inúmeros momentos, Stokely Carmichael utiliza expressões como "nosso mundo", "nós do Terceiro Mundo", entre outras, deixando claro que, segundo o autor, o conceito de Terceiro Mundo deve ser alargado. Nesse sentido, mais do que apenas uma aliança entre o Black Power e os movimentos presentes na Conferência Tricontinental, Carmichael defende uma concepção de "Terceiro Mundo" que se fundamentasse nas condições compartilhadas de exploração de seus "membros", e não nas disposições geográficas fundamentadas em continentes geograficamente estabelecidos. Conforma, nesse sentido, o que Alexandra Pita González⁶² descreve como uma geografia imaginária, fundamentada com base nos encontros e no estabelecimento de redes.

⁵⁸ _____. *Tricontinental Routes*.... p.3.

⁵⁹ Dos desafios e incongruências do trabalho transnacional, se apresenta aqui: como traduzir "black"? Não parece apropriado traduzir como "preto", palavra que possui conotação negativa em seus usos no português brasileiro; ao mesmo tempo, traduzi-lo como negro, palavra comumente utilizada no Brasil, e reivindicada pelos movimentos sociais contra a discriminação de raça daqui, parece inapropriado frente à conotação negativa dessa palavra nos Estados Unidos. Optamos por manter o termo *black people* - politicamente aceito na sociedade estadunidense - sem tradução, ao que solicitamos a compreensão do leitor.

⁶⁰ CARMICHAEL. *The Third World: our world*. p.16.

⁶¹ _____. *The Third World, our World*. p.21.

⁶² PITA GONZALEZ, Alexandra Pita. Las revistas intelectuales como Fuente para el estudio de redes intelectuales. In: MONTIEL, C; MARTÍNEZ MENDOZA, S. *Voces en papel: La prensa en Ibero-america de 1792 a 1970*. Universidad Autonoma de Chiapas: 2008. p.86.

Segundo Carmichael, a *black people* nos Estados Unidos tem mais em comum com o "Terceiro Mundo" que com o sonho americano; a população branca dos Estados Unidos, por sua vez, seria incapaz de entender a urgência da luta anti-capitalista, por estarem alienados em função da dicotomia criada pela Guerra Fria e das benesses que recebiam do sistema capitalista e da exploração e racismo que esse impunha a outrem. Esses fatores tornavam, segundo o autor, a revolução uma tarefa a ser executada pela *black people*, bem como lutar contra a Guerra do Vietnam dentro dos Estados Unidos, e fazê-lo não só no campo simbólico e da conscientização, mas também através da luta armada.

Um último aspecto interessante do ensaio de Carmichael é que o autor encerra-o declarando clara oposição à União Soviética e aos Partidos Comunistas no Terceiro Mundo que promovem alianças de classe pelo desenvolvimento industrial. Carmichael defende que só será possível mudar a situação vigente de exploração, opressão, colonialismo e racismo através da luta armada e da "solidariedade militante" entre o *Black Power* estadunidense e os setores do Terceiro Mundo que optaram pela luta armada. Entende-se "solidariedade militante", nesse contexto, como os laços formados entre grupos políticos diretamente ligados à OSPAAAL - movimentos, partidos, entre outros - que buscaram promover ações de apoio material ou simbólico mútuo, e assim construir relações de cooperação e diálogo. A promoção da "solidariedade militante" é pauta frequente das publicações da OSPAAAL.

Nas palavras de Carmichael:

Nós já tentamos, por quatrocentos anos, coexistir pacificamente dentro dos Estados Unidos: e não deu em nada. A opressão não acabou. É claro, para nós, que só podemos ficar do lado daqueles no Terceiro Mundo que defendem a luta armada; aqueles que falam sobre coexistência pacífica, falam apenas pela manutenção do status quo. Nós já pegamos em armas; não é mais uma questão de [decidir] para que lado ir. Estamos prontos para destruir o imperialismo por qualquer meio necessário.⁶³

O texto de Stokely Carmichael buscou aproximar o *Black Power* da OSPAAAL, circunscrevendo mais um grupo ao "Terceiro Mundo". Isso só é possível porque o autor define esse grupo com base em condições compartilhadas de opressão em um sistema capitalista liderado pela Europa e pelos Estados Unidos: a exploração e o racismo. Além disso, em função do posicionamento Soviético a favor de que a região espere por condições apropriadas, bem como das políticas de coexistência pacífica entre EUA e URSS, Carmichael aponta que o Terceiro Mundo se definiria em oposição também a esse. Por fim, ao dizer que o *Black Power* só pode ficar ao lado dos defensores da luta armada revolucionária, demarca sua convicção de que a luta armada era a única solução para os problemas desse "Terceiro Mundo", evocando uma tradição de defesa da violência semelhante à feita por autores como Frantz Fanon⁶⁴.

Peter Weiss, por outro lado, defende que nenhum país ou grupo deve ser considerado parte do "Terceiro Mundo", conceito cujo uso deve ser abandonado. Em "O mundo mais

⁶³ CARMICHAEL. *The Third World: our world*. p.22.

⁶⁴ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

poderoso de nossos tempos", o autor discorre sobre os países que compõe essa "região" e suas relações com a intelectualidade e a cultura. Apresenta também suas peças de teatro recentes e a forma como buscou ser um intelectual europeu aliado às lutas dos três continentes. Seu artigo foi publicado na sessão *New Expression* da revista *Tricontinental*, e descrito pelo editorial daquela edição como um texto que carrega uma "concepção polêmica sobre o conceito de Terceiro Mundo e a posição que deve ser assumida pelo intelectual europeu"⁶⁵.

Enquanto o texto de Carmichael sobre a temática do Terceiro Mundo foi publicado em *Land of Ideas*, sessão privilegiada da publicação e reservado aos debates sobre a revolução, o texto de Weiss ficou reservado a um local de pouco destaque na revista, em uma coluna esporádica. Ainda que Weiss trate de cultura em seu ensaio, essa abordagem nos parece, no mínimo, curiosa.

Peter Weiss foi um reconhecido intelectual das esquerdas nascido na Alemanha, que à época da publicação dessa colaboração, residia na Suíça. O que propôs com *The most powerful world of our time*⁶⁶ foi, resumidamente, a substituição do uso do conceito de Terceiro Mundo por algum outro, com argumentos que fariam brilhar os olhos de qualquer pós-colonialista, que criticaram a ideia de Terceiro Mundo com base em fundamentos epistemológicos. Defende o estabelecimento de denominações alternativas dessa "região", que valorizassem suas características positivas e seu potencial revolucionário.

"Para começar, eu quero mudar as terminologias"⁶⁷, conclama o autor em sua frase introdutória. "[E]u não gosto da expressão 'Terceiro Mundo' e não gosto de falar sobre 'países subdesenvolvidos'"⁶⁸, em crítica aberta a termos que haviam sido recorrentes nos editoriais, artigos, cartas e reportagens publicadas pela revista até então. E o autor continua, fazendo questão de explicar, e ressaltando o potencial revolucionário e transformador dessa região geograficamente imaginada:

[a] expressão 'Terceiro Mundo' se baseia em um pensamento classista, qualifica uma terceira classe do mundo, e não expressa o que compõe o [que se convém chamar de] Terceiro Mundo. [...] [e]sse "Terceiro Mundo" consiste no mundo mais poderoso de nosso tempo. Precisamos escolher uma nova expressão para ele; poderíamos chamá-lo "mundo revolucionário" ou "mundo da luta por libertação", ou chamá-lo por um nome que mostre seu caráter militante, dinâmico e explosivo. Dele as grandes mudanças acontecerão, ele sobreviverá pelos próximos anos.⁶⁹

Suas justificativas são não só políticas, como morais e epistemológicas. O autor critica a própria fundamentação da ideia que posiciona a Europa ou os Estados Unidos como Estados nacionais desenvolvidos, aproveitando a oportunidade para criticar também as concepções de desenvolvimento que implicam em caracterizar a esses países como desenvolvidos - e ao "Terceiro Mundo" como subdesenvolvido, em um par de oposição.

⁶⁵ TRICONTINENTAL, "To the Reader". In: *Tricontinental*, 1967, #2, p. 6.

⁶⁶ WEISS. *The most powerful world of our time*. p. 163-167.

⁶⁷ _____. *The most....* p.164.

⁶⁸ _____. *The most....* p.164.

⁶⁹ _____. *The most....* p.165.

Eu não quero chamar aos países que estão emergindo, e que estão lutando pela construção de novas sociedades, nova atitude frente à vida, países subdesenvolvidos. Eles não são subdesenvolvidos em comparação com os assim-chamados países desenvolvidos. Eles não têm, é claro, o mesmo nível de industrialização e equipamento técnico [que os países que convencionou-se chamar desenvolvidos], mas alcançaram algo que muitos dos assim-chamados países desenvolvidos ainda não alcançaram: eles mudaram dinamicamente, ou estão à caminho dessa mudança, suas sociedades de uma maneira mais completa que aquele que se efetiva nas sociedades Ocidentais⁷⁰.

Critica, nesse sentido, que se considere o nível de industrialização e equipamento técnico como medidor de desenvolvimento, defendendo que se incorpore à concepção de desenvolvimento a efetivação de transformações sociais. Uma vez que desloca-se o eixo de análise da fase de industrialização para o social, segundo o autor, não seria possível definir países como os Estados Unidos um país desenvolvido ou de Primeiro Mundo.

Percebe-se, portanto, que Weiss faz uma crítica epistemológica à forma como o "Primeiro Mundo" havia denominado esse grupo de países, forma essa que partia da conclusão etnocêntrica de que Europa e Estados Unidos eram portadores do que pode-se definir como desenvolvimento e progresso. Weiss não buscou dialogar com as origens do termo "Terceiro Mundo", ou com as formas como Sauvy⁷¹ o delimitou a partir de uma clara alusão à Revolução Francesa e seu potencial revolucionário; talvez por que, após 15 anos, a definição de Sauvy já tivesse se perdido.

Fica claro para nós que, em sua primeira edição, a revista *Tricontinental* parece ter aceito e incorporado o conceito de "Terceiro Mundo" sem criticar seus aspectos negativos. As respostas à *The most powerful world of our time*, apesar desse ter sido considerado um artigo "polêmico", são interessantes. As sugestões de Weiss para substituir a denominação do grupo - de "Terceiro Mundo" para "mundo revolucionário" ou "mundo da luta por libertação nacional" - não parecem ter sido aceitas ou implementadas. Percebe-se que os editores de *Tricontinental* se recusaram a abrir mão dos únicos termos disponíveis de grande aceitação para se referir a um grupo tão grande e plural de países. Passaram a escrever "assim chamado Terceiro Mundo" com alguma frequência, na frágil tentativa de resolver esse impasse.

Considerações finais

O que a contraposição desses dois textos, em edições consecutivas da revista *Tricontinental*, nos diz sobre o estudo dessa revista? E sobre o conceito de Terceiro Mundo? Primeiramente, fica claro que não se pode pensar em revista, nem mesmo aquela que é "porta-voz"⁷² de movimentos, ou pautada por um forte "editorialismo programático"⁷³, como objeto de estudos estanques e rígidos. Não se pode, nesse sentido, eliminar o caráter

⁷⁰ WEISS, Peter. *The most...* p.165.

⁷¹ SAUVY, Albert. Trois Mondes, une planète. *L'Observateur*, 14 août 1952, #118, p.14;

⁷² CRESPO, Regina. Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación. *Anales do Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales*. Colima, Universidad de Colima, 2010. p.4.

⁷³ BEIGEL, Fernanda, Las revistas culturales como documentos de la historia Latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. #20, 2003, p.113.

dinâmico da produção de uma revista, que inclui processos de colaboração e edição - para citar apenas alguns. Revistas são, precisamente, "objeto capaz de lançar luz sobre as particularidades da construção de um projeto coletivo"⁷⁴, por evidenciarem os conflitos e urgências presentes em sua conformação.

Não se pretende aqui esgotar os debates publicados na revista acerca do conceito de Terceiro Mundo, mas demonstrar que esse - como qualquer outro - esteve sujeito às críticas e modificações ao longo do tempo. Essas críticas, por outro lado, não podem ser compreendidas sem que se considere a dimensão histórica de seus usos, particularmente, o fato de que alguns textos de *Tricontinental* buscaram exatamente reapropriá-los e modificá-los em função de necessidades concretas do presente. Defende-se, portanto, que o conceito seja estudado a fundo pela historiografia, e que se compreenda, também, seu grande potencial como mobilizador da realidade⁷⁵, não só no âmbito das relações internacionais em seu sentido clássico, estabelecidas entre Estados nacionais, mas incorporando também a forma como fundamentou a criação de zonas de contato, como *Tricontinental*.

Acreditamos que com o auxílio de uma História Conceitual do Político, como propôs Rosavallon⁷⁶, é possível evidenciar a forma como se operou com o conceito de Terceiro Mundo na revista *Tricontinental*, principalmente quando tenta-se perceber como esse foi definido na prática. Os usos do conceito de Terceiro Mundo foram claramente influenciados pelos interesses políticos e imediatos de seus colaboradores aqui citados. Para Stokely Carmichael, no sentido de expandir e aprofundar o projeto político e cultural conformado na OSPAAAL, incluindo novos atores na concepção de Terceiro Mundo. Por outro lado, o interesse expresso por Peter Weiss foi o de valorizar a dimensão do potencial revolucionário dessa região geograficamente imaginada e recusar alcunhas pejorativas como "Terceiro Mundo" e "subdesenvolvido". Usando Koselleck⁷⁷, percebe-se que esses atores buscam articular seus campos de experiência - militante, revolucionária, intelectual - a horizontes de expectativa para o futuro. Para além dos limites desse trabalho, ressaltamos o quão interessante e frutífero tem sido o trabalho com a revista *Tricontinental*, e reiteramos nossa afirmação de que seu estudo é extremamente necessário e importante para que se compreenda mais da História do Século XX.

⁷⁴ _____. *Las revistas culturales como...* p.111.

⁷⁵ VIGEVANI. *Terceiro Mundo: conceito e história*. p.22.

⁷⁶ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História do Político*. São Paulo: Alameda, 2010.

⁷⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio, 2006.

João de Barros na relação com Nicolau Maquiavel: um estudo do vocabulário político do *Panegírico de D. João III*⁷⁸

Fernando Altoé
Graduando em História
Universidade Federal de Viçosa
fernando.altoe@yahoo.com.br

RESUMO: Nossa pesquisa tem como foco de análise o *Panegírico de D. João III* (1533), um escrito do humanista português João de Barros (1496-1570). Radicados no gênero oratório, os panegíricos são definidos como composições literárias em prosa ou verso voltadas para o elogio de um determinado indivíduo. No caso do *Panegírico de D. João III*, foi escrito e endereçado ao monarca D. João III e lido em Évora em 1533 perante o rei, a corte e os cidadãos daquela cidade. Além do caráter elogioso, o *Panegírico de D. João III* se destaca pelas ideias políticas que possui e por um vocabulário político que evidencia a percepção de João de Barros acerca do Estado moderno português. O autor se empenha por apresentar ao rei um conjunto de ações ou modos de atuar à frente do seu governo com vistas a alcançar o bem estar e a segurança do Estado, discutindo temas como a conservação do Estado, a relação do rei com seus súditos, os conselheiros e as virtudes do governante, as empresas da guerra e a relação entre Estado e religião. Devido a uma estrita ligação que unia a Península Ibérica à Itália, foi possível a Barros ler as principais obras de Maquiavel (os *Discursos*, publicados em 1531, e *O Príncipe*, de 1532) e, em seu Panegírico, pôde reproduzir algumas ideias do escritor florentino ou mesmo contestar. Nosso objetivo é, pois, analisar o vocabulário político do *Panegírico* dentro do contexto em que foi elaborado, levando em conta a relação entre Barros e Maquiavel.

PALAVRAS-CHAVE: João de Barros; Nicolau Maquiavel; Estado moderno.

Introdução

A evolução política da realeza portuguesa, do período medieval para o moderno, foi marcada por uma crescente centralização do poder político nas mãos do monarca, tese essa defendida por historiadores como José Mattoso⁷⁹ e Eduardo d'Oliveira França Paiva⁸⁰,

⁷⁸ Este texto desdobra-se da pesquisa que venho desenvolvendo com o projeto “O “modus operandi” do Panegírico de D. João III: um estudo das ideias políticas de João de Barros na relação com Nicolau Maquiavel e os ecos em Giovanni Botero (1531-1589)”, orientado pelo prof. Rubens Leonardo Panegassi e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

⁷⁹ Cf. MATTOSO, José. A consolidação da monarquia e a unidade política. In: MATTOSO, José e SOUSA, Armindo de (orgs.). *História de Portugal*. Segundo Volume: A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

⁸⁰ Cf. FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*. Bauru: Edusc, 2013.

enquanto que na perspectiva de António Manuel Hespanha⁸¹ esse processo foi caracterizado por uma singular autonomia dos outros detentores do poder público concorrentes à monarquia, quais sejam, os senhores leigos e eclesiásticos e os concelhos. Anteriormente ao século XIV, o rei era dotado de um poder senhorial, de prerrogativa pessoal e não sujeita à lei, a não ser à divina. Esse aspecto patriarcal do poder, típico do pacto feudal entre o rei e a nação, aos poucos foi cedendo lugar a um poder forte e centralizado, tendo como protagonista uma monarquia habilidosa em tirar partido das divisões internas da nobreza e impor sua autonomia. Segundo Mattoso, de um corpo social com unidades tendencialmente autónomas (senhorios e concelhos), irá se sobrepor, em Portugal, um poder político de conjunto – a monarquia – que conjugará as prerrogativas do poder régio e fortalecerá o vínculo daquelas unidades em torno de si. É por aí que se define a maneira pelo qual o poder monárquico se tornou dominante, salienta o autor⁸².

Ao lado da centralização do poder e do fortalecimento da monarquia e do exercício régio, encontra-se uma literatura política voltada para a representação do perfeito soberano, bem como para a sua edificação e edificação de seus súditos, com saberes autorizados sobre o príncipe, o reino, as virtudes, a paz, a guerra, a conservação e acrescentamento do reino⁸³. Expressiva em Portugal desde o século XV, é no século XVI, no entanto, sobretudo durante o reinado de D. João III (1521-1557), que se encontrará uma quantidade assinalável de textos a ocupar-se da figura do príncipe e do ofício régio, o que revela, segundo Ana Isabel Buescu, a importância ideológica que se confere à constituição de um discurso sobre o príncipe e a monarquia quinhentista⁸⁴. No plano europeu, data da mesma época grandes obras voltadas para o governo de uma república: *O Príncipe* (1513) de Maquiavel; *A educação de um príncipe cristão* (1516) de Erasmo; e *A educação do príncipe* (1516-

⁸¹ Cf. HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa no Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1984.

⁸² MATTOSO, *A consolidação da monarquia e a unidade política*, p. 221-244.

⁸³ Dois exemplos desse tipo de literatura são analisados por Flávio Reis: o *De republica per regem gubernanda* (1496), de Diogo Lopes Rebelo, e o *Clarimundo* (1528) de João de Barros. Cf. REIS, Flávio Antônio Fernandes. A arte de governar no “*De republica per regem gubernanda*” de Diogo Lopes Rebelo e no “*Clarimundo*” de João de Barros. *Revista Signum*, vol. 15, n. 1, p. 15-38, 2014.

⁸⁴ Cf. BUESCU, Ana Isabel. Um discurso sobre o príncipe: a “pedagogia especular” em Portugal no século XVI. *Penélope*. Gênero Discurso e guerra, n° 17, p. 33-50, 1997, p. 38. Destaque-se, por exemplo, a *Breve Doutrina e Ensino de Príncipes* (1525), ofertada a D. João III por António de Beja; a *Doutrina de Lourenço de Cáceres ao infante D. Luís, sobre as condições e partes que deve ter um bom príncipe e Sobre os Trabalhos do Rei* (1528), de Lourenço de Cáceres; o *Libro Primero da Princesa Christiana* (1543) e o *Livro Segundo del Príncipe Cristão* (1544), ambos de Francisco de Monzón; *Da [Criação] dos Príncipes* (1545), de António Pinheiro e o *Tratado Moral de Louvores e Perigos dalguns Estados Seculares* (1549), de Sancho de Noronha.

1519) de Guillaume Budé. De modo geral, a literatura medieval e renascentista está cheia desses tratados que, sob diferentes títulos, foram escritos para a educação dos reis. Conforme observa Ernst Cassirer, “Entre os anos de 800 a 1700 publicaram-se perto de mil livros destinados a ensinar o rei como se devia conduzir a fim de poder ser ‘ilustre no seu elevado cargo’”⁸⁵.

Michel Senellart observa que, até o século XVI, a arte de governar encontra-se ligada ao conceito de uma prática moral (e não calculista e cínica) do poder, ordenada para o bem comum⁸⁶.

O pressuposto doutrinário das versões católicas e luteranas da razão de Estado leva em conta a unidade de integração das partes do “corpo” à cabeça. A metáfora do corpo político é substancializada nos textos neoescolásticos dos séculos XVI e XVII e, em Portugal, o que se observa é o pacto de sujeição do corpo místico do Estado. Desse modo, a soberania é definida como a absoluta submissão de todo o povo ao príncipe. Este, por sua vez, deve manter a justiça e a paz com vistas ao bem comum, teoricamente entendido como o fim último da razão de Estado⁸⁷.

Como observou João Adolfo Hansen, a obra de Maquiavel representa um divisor de águas das doutrinas sobre o poder e a razão de Estado. Em *O príncipe*, o florentino concebe o Estado como um artifício criado para o exercício do poder, desvinculado portanto da *lex naturalis* que o tomismo e sua releitura pela Segunda Escolástica entende como implantação de Deus na terra. Maquiavel descarta o caráter transcendental defendido pelas doutrinas das monarquias católicas e os seus preceitos concorrem com a ética cristã e literalmente dissolve a oposição *ser/parecer* que a fundamenta⁸⁸.

Embora escrito em 1513, *O príncipe* só foi publicado em 1532. Os estudos pioneiros de Martim de Albuquerque demonstraram que João de Barros leu tanto *O príncipe* quanto os *Discursos* e, em seu *Panegírico de D. João III*, o humanista português interpolou passagens inteiras desses escritos, utilizando os exemplos e contextualizando-os numa estrutura ética,

⁸⁵ CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976, p. 168.

⁸⁶ SENELLART, Michel. *As artes de governar: do regime medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 13.

⁸⁷ Cf. HANSEN, João Adolfo. Razão de Estado. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 138.

⁸⁸ Cf. HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. *Floema especial*, ano II, n. 2 A, p. 133-169, out. 2006, p. 161.

assumidamente moral e religiosa⁸⁹. Giuseppe Marcocci, por sua vez, anunciou que o *Panegírico* pode ser considerado a primeira reação europeia conhecida à edição daquelas obras de Maquiavel⁹⁰. Nosso objetivo, aqui, é evidenciar essa relação entre Barros e Maquiavel e analisar as exposições argumentativas de ambos no que toca ao exercício do governo.

João de Barros e Maquiavel e a oposição *ser/parecer* virtuoso

Maquiavel define as qualidades virtuosas do príncipe que irão garantir sua capacidade de manter o controle sobre o Estado do qual se apoderou e, para tal, formula preceitos baseados na ameaça de punição por má conduta, no compromisso com o expansionismo territorial e na disposição de manter o controle político por meio da força, medidas necessárias a manter os súditos em constante estado de insegurança. Segundo Rosemary O'Day em seu estudo introdutório ao *O príncipe*, Maquiavel busca com seu texto auxiliar um novo príncipe a manter o poder e o controle sobre o seu Estado e apresenta diversos exemplos de situações e problemas que esse príncipe venha a enfrentar, de modo a aconselhá-lo quanto aos modos de atuar à frente do governo. Assim, para exercer o controle sobre o Estado, o governante deverá agir com sutileza, e mesmo com astúcia e crueldade, se preciso for. Necessitará também de um exército caso queira ver respeitada a sua lei⁹¹.

A questão posta para o governante é a de como conquistar, manter e ampliar o poder. Maquiavel considera que a vida virtuosa pode, sim, ser objeto de consideração, no entanto, ele entende a virtude como um artifício de utilidade para se atingir os fins do poder. Como escreveu Hansen, “A novidade radical que introduz é a separação entre vida votada à virtude e vida votada ao sucesso político. Na separação, a aparência virtuosa se autonomiza do ser virtuoso, assumindo realidade própria, que implica imediatamente a redefinição política do conceito de ‘virtude’”⁹². Maquiavel, portanto, se afasta dos princípios teológico-políticos da razão de Estado católica preocupada com os meios de realizar virtuosamente o bem comum.

⁸⁹ ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal*. Estudo de História das idéias políticas. Lisboa: Alêthia Editores, 2007.

⁹⁰ Cf. MARCOCCI, Giuseppe. O modelo do Império Romano: Maquiavel em Portugal. In: *A Consciência de um Império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

⁹¹ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Sérgio Bath. Introdução e guia de estudos por Rosemary O'Day. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, p. 11-17.

⁹² HANSEN. Educando príncipes no espelho, p. 161.

Como é sabido, a concepção de um governo virtuoso é tópico recorrente da literatura medieval e renascentista dedicada a realçar as virtudes cristãs para a boa condução do governo por parte de príncipes, reis e imperadores. Aliás, desde Aristóteles repete-se a virtude como uma disposição adquirida de fazer o bem: bem que só existe na pluralidade das boas ações e das boas disposições, que na acepção grega da palavra *arete* os latinos traduziram por *virtus*⁹³. Em sua obra *A cidade de Deus*, Santo Agostinho toma a paz, a ordem e a justiça como fundamentos da monarquia cristã e define as virtudes que fazem do príncipe cristão um bom príncipe⁹⁴. Já no século VII, o arcebispo e enciclopedista Isidoro de Sevilha, ao retomar a etimologia latina dos termos *rex* (“rei”), *regere* (“dirigir”) e *recte* (“retamente”), passa a afirmar que o rei, quando chamado a reger, deve agir corretamente. Se agir com retidão, conserva o nome de rei; por outro lado, perde-o se pecar. Logo, ao rei não basta concentrar em si todos os poderes, mas todas as virtudes⁹⁵. É a prerrogativa de um governo centrado no reto exercício das virtudes que informará os autores dos chamados espelhos de príncipes⁹⁶.

Também os panegíricos, assim como os espelhos de príncipe e os tratados teológico-políticos, levam em conta o cultivo das virtudes cardeais⁹⁷. O *Panegírico de D. João III*, do humanista João de Barros, foi escrito em 1533 e direcionado ao monarca português. Em sua oração, Barros discorre sobre as qualidades que se deve exigir da liderança política e considera a posse da virtude como a chave para o bom governo. Do quadro escolástico das virtudes cardeais, a discussão em torno da justiça, prudência, fortaleza e temperança

⁹³ Cf. COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 4-6.

⁹⁴ Cf. LE GOFF, Jacques. *São Luís: biografia*. Trad. Marcos de Castro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 358 e ss.

⁹⁵ Cf. SENELLART. *As artes de governar*, p. 69-71.

⁹⁶ Os espelhos de príncipe constituem um gênero da literatura política medieval e apresentam como característica básica o elenco das virtudes convenientes a uma autoridade cristã: “Propondo sempre que a justiça é a síntese de todas as virtudes e que o príncipe antes de tudo deve ser justo, o modelo de educação exposto nos espelhos pressupõe [...] a ideia aristotélica da correção da natureza pela arte, adaptando-a, porém, aos fins da “razão de Estado” contra-reformada”. Cf. HANSEN, Educando príncipes no espelho, p. 150-151. Marco Antônio Reis observa que a Época Moderna, à sua maneira, deu sequência a esse tipo de literatura política, no entanto, apesar de incorporarem elementos novos, os espelhos “mantiveram-se como uma espécie de catecismo real, trazendo as normas para administrar o Estado, segundo as virtudes cristãs”. Cf. LOPES, Marco Antônio. Os espelhos de príncipes: um velho gênero para uma nova história das ideias. *Caderno de História*, Belo Horizonte, v. 4, n. 5, p. 21-30, dez. 1999, p. 24.

⁹⁷ São comuns a tais discursos, ainda, a expressão de uma concepção organicista da sociedade, a defesa da monarquia como regime político ideal, a exaltação do ideal de rei sábio, justo e guerreiro que governe pelo bem comum, a condenação da tirania e a representação da pessoa do monarca em seus aspectos interiores e exteriores. Cf. BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-1549)*. Lisboa: Cosmos, 1996, p. 64 e ss.

ganha relevo. A justiça é tida como a virtude mais necessária para a conservação do estado e para a garantia da paz e tranquilidade dos reinos. É também a que ocupa o primeiro lugar, “porque sendo Deus perfeita justiça, os reis, que por ele são ordenados e cujo poder representam, a ele só em tudo devem seguir”⁹⁸. E continua: “[...] mas claro é a todos quão aceita virtude a Deus e ao mundo, e quão proveitosa às repúblicas é a justiça, e pelo contrário, quantos e quão grandes males nascem da sem justiça”⁹⁹. A justiça promove a paz, já a falta de justiça provoca o ódio e as diferenças dentro do reino.

O príncipe, além de promover a justiça, deve ser prudente. De acordo com Barros, “Entre as virtudes que são necessárias para não somente o príncipe, mas qualquer homem ser justo, sempre o primeiro lugar foi dado à prudência”¹⁰⁰. O humanista divide esta virtude em três partes: aconselhar bem, julgar bem e mandar bem. O governante prudente é aquele que conhece a verdade e por isso não se limita a “despender o tempo em coisas que não revelam nem servem de nada”¹⁰¹. No entanto, mesmo sendo conhecedor da verdade, o bom príncipe não deve abrir mão do bom conselho, pois o contrário disso será o mal para sua república: “é coisa clara que nenhum reino não pode durar muito sem ajuda de príncipe que tenha bom conselho; mas cumpre que os conselheiros sejam verdadeiros e amigos de Deus, e que saibam e não sejam de pouca idade”¹⁰². Barros ainda afirma que no conselho não pode entrar paixão, ódio ou cobiça, nem pouco amor de Deus, pois tais vícios são prejudiciais às repúblicas.

Sobre a fortaleza o humanista tece os seguintes comentários:

Forte é quem defende a boa razão e igualdade, as quais nunca podem estar sem justiça; forte é quem ama a virtude, não por interesse, mas pela glória do outro, que espera; forte é quem sempre mostra um mesmo rosto à fortuna, nem se espantando com nada nem de deixando vencer dalgum apetite. Fortaleza é procurar as causas da paz, não menos que vencer batalhas campais, por quanto as ordenações da paz aproveitam sempre, os males da guerra são muitos, e o bem da vitória as mais vezes dura pouco¹⁰³.

Como se percebe nesta passagem, o príncipe ideal para Barros é aquele que “ama a virtude” não movido por interesses mundanos, mas por entender que a observação das virtudes é a

⁹⁸ BARROS, João de. Panegírico do Rei D. João III, por Manuel Rodrigues Lapa. In: *João de Barros, panegíricos*. Lisboa: Sá da Costa, 1943, p. 4-5. A ortografia foi atualizada por nós. Procederemos assim com as demais citações.

⁹⁹ _____. Panegírico de D. João III, p. 22.

¹⁰⁰ _____. Panegírico de D. João III, p. 104.

¹⁰¹ _____. Panegírico de D. João III, p. 104.

¹⁰² _____. Panegírico de D. João III, p. 108.

¹⁰³ _____. Panegírico de D. João III, p. 122.

chave para o cumprimento dos mistérios da divindade. Não basta *parecer* virtuoso, mas *ser* virtuoso: “mal me poderá a mim ensinar quem não olha o que faz, e mal me poderá mostrar o caminho quem vai errado como eu”¹⁰⁴, escreve Barros.

Completando o quadro das virtudes cardeais, Barros discute sobre a temperança. Esta virtude, segundo o humanista, consiste em desprezar as vaidades e honras sobejas e em sujeitar o apetite à razão:

Uma das propriedades desta parte é resistir ao apetite e submetê-lo em tudo à razão. Então um príncipe se pode chamar perfeitamente temperado, quando não menos obedece a si mesmo do que seus vassallos obedecem a ele; quero dizer: quando obedece à justiça e às leis, que são representadas no cetro real; e bem se diz que a fonte de toda a temperança consiste em ser o apetite sujeito à razão¹⁰⁵.

O príncipe que vive na observância das virtudes é bem-aventurado e promove o bem de sua república: “Já vemos por experiência a principal defesa do reino pender da bondade e santa inclinação do príncipe. Já vemos por demais ser cercado de armas o rei que não é cercado de amor de seus vassallos”¹⁰⁶, escreve Barros. Com efeito, a posse da virtude por parte do príncipe faz com que os seus vassallos lhe tomem como modelo de conduta e referência a ser seguida¹⁰⁷. Também João Botero insiste na necessidade da conduta virtuosa por parte do governante. Escreve o teólogo:

O fundamento principal de qualquer Estado é a obediência dos súditos ao seu Superior, e esta alicerça-se na excelência da virtude do Príncipe, porque, assim como os elementos, e os corpos de que deles se compõem, obedecem sem resistência aos movimentos das esferas celestes, pela nobreza da natureza delas, e os céus inferiores seguem o movimento dos superiores, assim os povos se submetem de boa vontade ao Príncipe em que resplandeça alguma excelência de

¹⁰⁴ BARROS, Panegírico de D. João III, p. 103.

¹⁰⁵ _____. Panegírico de D. João III, p. 150.

¹⁰⁶ _____. Panegírico de D. João III, p. 98.

¹⁰⁷ “[...] por certo o príncipe cristão, que bem conserva esta parte, não somente a si, mas a todo o povo, que lhe obedece e toma seu exemplo, aproveita muito, e tanto mais com esta virtude que com as outras, quanto é esta mais espiritual e chegada a Deus; posto que, sem bem querermos olhar, encadeadas e tecidas estão todas as virtudes entre si, que aonde há perfeita justiça, também há perfeita paz e amor do próximo; nem pode haver perfeita paz sem perfeita religião”. Cf. BARROS, Panegírico de D. João III, p. 61. Luís de Sousa Rebelo já acentuou que “nos *Panegíricos de D. João III* e da *Infanta D. Maria* João de Barros procura acentuar apenas as qualidades do monarca e da Infanta e trata de fazer realçar nesses retratos a vivência de altos valores éticos, que imprimem cunho de nobreza àqueles que são capazes de os aceitar como norma de conduta”. Cf. REBELO, Luís de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p. 134. De forma semelhante escreveu Joaquim Romero Magalhães: “o retrato do rei perfeito devia servir a qualquer um – no Panegírico Barros não escreve crónica. É o rei arquétipo que se procura fixar e transmitir, sem traços singularizantes”. Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. “As estruturas políticas de unificação: o rei”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 62.

virtude, pois ninguém desdenha de obedecer e ficar debaixo de quem lhe é superior, mas de quem lhe é inferior ou até igual¹⁰⁸.

Para os teóricos e tratadistas políticos das monarquias católicas, a virtude permite elevar a alma e a grandeza de espírito do homem e a insistência na conduta virtuosa por parte do governante decorre diretamente do modelo consensual de governo legal por ele traçado. Erasmo de Roterdã, ao perguntar o que distingue um verdadeiro rei de um ator, apresenta como resposta: “É o espírito que é correto para um príncipe: ser como um pai para o estado. É com este entendimento que o povo lhe jurou fidelidade”¹⁰⁹. E João de Barros não deixa de lembrar a D. João III de sua obrigação enquanto rei: “[...] assim como o fim do bom piloto é fazer próspera viagem, e do médico dar saúde, e do capitão alcançar vitória, assim do bom príncipe é conservar a vida e descanso de seus vassallos [...]”¹¹⁰. Em suma, a promoção do bem comum deve ser a meta de qualquer governante, segundo a concepção cristã tradicional de poder.

Se para manter o poder a lição católica reza que o príncipe deve *ser* virtuoso, Maquiavel dirá que o governante deve apenas *parecer* virtuoso, distanciando-se, portanto, do modelo da virtude aristotélico-cristã¹¹¹. Em *O príncipe*, o florentino escreve que é natural aos soberanos, pela posição elevada que ocupam, contarem com certas qualidades que lhes valem elogios ou vitupérios. No entanto, diante da impossibilidade de um príncipe possuir todas as qualidades, dada a sua condição humana, “é necessário que tenha a prudência necessária para evitar o escândalo provocado pelos vícios que poderiam fazê-lo perder seus domínios, evitando os outros se for possível; se não o for, poderá praticá-los com menores escrúpulos”¹¹². Em outra passagem Maquiavel é mais incisivo: “Não é necessário que um príncipe tenha todas as qualidades, mas é muito necessário que as aparente todas. Ousaria mesmo afirmar que possuí-las todas, e sempre as observar, chega a ser perigoso, mas a aparência de possuí-las todas é útil”¹¹³.

¹⁰⁸ BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Trad. Raffaella Longobardi Ralha. Coordenação e introdução Luís Torgal. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 17.

¹⁰⁹ ERASMO DE ROTTERDÃ. A educação de um príncipe cristão. Trad. Vanira Tavares de Sousa. In: *Conselho aos governantes/Isócrates... et al.* Brasília: Senado Federal, 1998, p. 314.

¹¹⁰ BARROS, Panegírico de D. João III, p. 24.

¹¹¹ Cf. HANSEN. Educando príncipes no espelho, p. 161.

¹¹² MAQUIAVEL. *O príncipe*, p. 73.

¹¹³ _____. *O príncipe*, p. 77.

Como observou Hansen, “Maquiavel não e ‘maquiavélico’ ou ‘imoral’, obviamente, como os espelhos o constituem, pois seu ‘príncipe novo’ tem outro pressuposto”¹¹⁴. Se o pressuposto político do príncipe católico é fundamentado pela religião, Maquiavel se baseia na observação da política efetiva, tal como era praticada nas cidades italianas de seu tempo. Ou seja, ao descartar Deus da política, o florentino se utiliza de outros pressupostos que não se reduzem ao bem comum católico¹¹⁵.

Barros, em seu *Panegírico*, embora não faça qualquer menção a Maquiavel, rebate os argumentos do florentino de forma contundente¹¹⁶. Para o humanista, “Não há engano mais prejudicial que o daqueles, que, no tempo em que mais enganam, trabalham por que pareçam homens de bem. Por isso no príncipe não deve entrar dissimulação alguma nem arte, mas em tudo seja claro, constante e forte [...]”¹¹⁷. Barros reafirma a importância das qualidades que deve ter uma liderança política e o bem que elas causam: “Contudo, lembre-se o bom príncipe que nunca muito custou pouco, e que a virtude, de sua natureza, é trabalhosa, da qual, como dizia Aristóteles, a raiz é amarga mas o fruto é doce”¹¹⁸. Em suma, a virtude, para Barros, não é apenas passiva, mas ativa: ela promove a justiça, a paz e o triunfo da religião. Daí a importância de se observá-la, ou mais, vivê-la.

¹¹⁴ Cf. HANSEN. Educando príncipes no espelho, p. 161.

¹¹⁵ Cf. HANSEN. Razão de Estado, p. 137.

¹¹⁶ Como foi mencionado anteriormente, os estudos de Martim de Albuquerque demonstraram que Barros interpolou passagens inteiras das obras de Maquiavel (especialmente os *Discursos* e *O príncipe*), publicadas pouco antes de escrever seu *Panegírico*. Giuseppe Marcocci, por sua vez, anunciou que o *Panegírico de D. João III* pode ser considerado a primeira reação europeia conhecida à edição daquelas obras de Maquiavel.

¹¹⁷ BARROS. Panegírico de D. João III, p. 63.

¹¹⁸ BARROS. Panegírico de D. João III, p. 103.

Itaguara-MG: Uma comunidade imaginada através da imprensa local, entre os anos de 1968 a 1992¹¹⁹

Rafael Penido Vilela Rodrigues

Graduando em História, 7º período

Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH

rafaelpenidodh@gmail.com

RESUMO: Neste trabalho procuraremos identificar a construção de narrativas identitárias a respeito do município mineiro de Itaguara através do estudo de periódicos locais, especialmente artigos de jornais que tratem das práticas culturais que marcavam a vida cotidiana de seus habitantes. Utilizaremos o conceito de “comunidades imaginadas”, cunhado por Benedict Anderson, para realçar o aspecto simbólico das construções identitárias e as tensões entre diferentes grupos que compõem a sociedade que reivindica esta herança cultural. Para realizar essa tarefa, trabalhou-se com os jornais presentes nos arquivos do Museu Sagarana e da Biblioteca Pública Municipal Guimarães Rosa, utilizando, sobre tudo, os jornais: Ita-Panorama (1968 a 1973), Conquista: Jornal de Itaguara (1982 a 1983), Vida Diocesana (1987 a 1989) e Ita-Comunicação (1989 a 1992). A utilização desses jornais possibilitou, no nosso entender, recuperar as diferentes interpretações a respeito do que supostamente distinguiria a comunidade itaguarense das demais, evidenciando os fatores culturais presentes no que se diz ser pertencente à Itaguara.

PALAVRAS-CHAVE: Periódicos; Identidade cultural; Itaguara-MG.

Introdução ou o mito de fundação e a cartografia imaginária

Ao sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, na divisa com as Regiões Campos das Vertentes e Oeste de Minas, a 95 km da capital, localiza-se o município de Itaguara.¹²⁰ Uma cidade no perímetro da metrópole mineira que, segundo as estimativas de 2014 do IBGE, conta com uma população de aproximadamente treze mil e oitenta e sete (13.087) habitantes.¹²¹

Itaguara localiza-se em posição geográfica privilegiada, as margens do Rio Pará, afluente do Rio São Francisco, e a 95 quilômetros da capital mineira. Em especial o Rio Pará, nos séculos XVII e XVIII, era o divisor das comarcas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas, e que, segundo o historiador Diogo de Vasconcelos, foi ponto de passagem para a expedição do bandeirante Lourenço Castanho Taques, que veio da região de São Paulo nos finais do século XVII em busca das sonhadas esmeraldas. Esse argumento de Diogo

¹¹⁹Este artigo é adaptação da primeira parte da monografia realizada pelo autor, intitulada: *Lugares da memória e a(s) memória(s) do lugar: Itaguara entre a Tradição e a Modernidade*. Uma pesquisa realizada para a obtenção do título de Graduação em História.

¹²⁰Disponível em: <http://www.iga.br/SiteIGA/mapas/cgi/IGA_09_Cartografia.php> Acesso em: 17 de abril de 2015.

¹²¹Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=313220>> Acesso em: 17 de abril de 2015.

Vasconcelos se tornou, entre os itaguarenses, o ponto de fundação do povoamento da região, e sustenta o mito de origem da comunidade. Fato que por sua vez foi imortalizado no hino da cidade:

Sob o verde esperança da mata / Dorme o índio seu sono tranqüilo /
Nas sedências de ouro e de prata / A sonhar da esmeralda c'o brilho. /
Se o torrão que hoje é nosso custara / Todo ardor que o nativo carinha /
/ Eia! Vamos pertence a Itaguara / Destas plagas tornar-se a rainha. / O
desperta e o feroz patriota / Com seu tosco aparelho de guerra / Que
importa a vitória ou a derrota / Só deseja salvar sua terra. / Da
Conquista lhe nascem as dores / E do seio se levanta Sobreiras /
Homem digno e demais fundadores / Nos deixaram lembrar as
bandeiras. / Conquistanos o passado é de glória / Itaguara pra nós é
Conquista / Mostraremos em marcha notória / Tendo as bênçãos de
Deus sempre a vista / Os ministros do Altar nos congregam / A
marchamos unidos ao Bem. / Conterrâneos, o lema que pregam / É
transpor as fronteiras do Além.¹²²

Pode se observar nas primeiras estrofes do Hino que há menção aos índios e às esmeraldas, reportando a passagem de Lourenço Castanho pela região, quando, segundo Diogo de Vasconcelos, ocorreram batalhas entre os bandeirantes e os índios nativos. Ainda exalta o antigo nome da comunidade – Conquista – onde nas estrofes “Conquistanos o passado é de glória / Itaguara pra nós é Conquista”, percebe-se o louvor ao passado, chamando os viventes pelo antigo gentílico – conquistanos – a reconhecer o seu passado e a exaltá-lo, de forma que há o nome oficial do município, mas para os habitantes permanece Conquista. Atualmente ainda é possível perceber nos nomes das lojas comerciais, nos times de futebol, nas empresas prestadoras de serviços, nas fábricas de móveis, etc., são inúmeros os locais que se apropriam do nome de Conquista para titular os seus empreendimentos. O que mostra uma forte identificação com o “passado de glórias”.

Contudo, pode-se dizer que são múltiplas identidades construídas através de gerações entre os itaguarenses. De forma que lançamos os olhares para as identidades atribuídas ao município, possibilitando compreender à dinâmica que dá consistência ao imaginário dos viventes enquanto reconhecedores de parte pertencente da comunidade. Como argumenta José Carlos Reis (2006), o trabalho do historiador consiste em reescrever a História, de forma que isso se dá pelo próprio fato da “especificidade mesma do conhecimento histórico: os homens e as sociedades humanas no tempo. [...] Os homens e as sociedades humanas, por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo”.¹²³ Naturalmente, o estudo da História se volta para o passado, observando os rastros deixados pelos homens e as sociedades nas “areias do tempo”. Contudo, encontra-se a perspectiva de que o trabalho do historiador é definido pelo seu próprio tempo vivido. Ao observar os rastros deixados na areia do tempo ele vê de um lugar, de um determinado ângulo, condicionando a sua análise narrativa.

¹²²Hino de Itaguara. Letra: Paulo de Oliveira Rezende. Música: Luiz Gonzaga de Paula. 14 de novembro de 1994.

¹²³REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. 8ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.7.

Neste artigo trabalhou-se com a perspectiva de Benedict Anderson (2008), quando afirma que “qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”.¹²⁴ Nessa vertente é considerada a integração concomitante entre os habitantes e a cidade, de maneira que as pessoas representam na cidade espaços de memória, onde as suas experiências cotidianas transmitem à cidade, ou mesmo ao campo, as suas representações de memória, uma vez que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.¹²⁵ Dessa forma os espaços de memória são lugares onde se pode, por associação com as representações dos indivíduos, delinear as identidades e o imaginário de pertencimento de uma comunidade.

A construção da memória: os jornais e os lugares de memória

No que diz respeito ao uso dos jornais, é considerado uma noção utilizada por Anderson onde ele define que os jornais produzem “a ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo”.¹²⁶ Por essa noção podemos considerar ainda que os jornais criam uma simultaneidade entre os leitores, que por sua vez se inserem em uma ideia de compartilhar da ação de outros, ao ponto que o leitor produz na sua leitura e em si mesmo uma noção sociológica que tem em vista a atividade de outros que compartilham da mesma ação, simultaneamente.

Os jornais são analisados como produtos culturais construídos e que ao mesmo tempo a comunidade apropria-se de suas matérias como se elas fossem parte de suas identidades. No entanto, é considerado também que os jornais apresentam lacunas, pois eles são instrumentos de comunicação que visam atingir um determinado público, reproduzindo narrativas construídas de determinados lugares sociais que dão significado ao enredo.

A investigação foi realizada a partir de jornais encontrados nos arquivos do Museu Sagarana (MUSA) e da Biblioteca Pública Guimarães Rosa, dois espaços institucionais ligados à memória da cidade, uma vez que cada uma dessas instituições tem por princípio a manutenção do saber mnemônico.

A Biblioteca Pública Municipal Guimarães Rosa foi, desde a década de 1970, o local que serviria de arquivo para trabalhos, jornais, periódicos, impressos, publicações, fotografias, documentações, pesquisas, etc. A Biblioteca era, até a fundação do MUSA em 2012 no primeiro mandato do prefeito Alisson Diego Batista Morais, o único espaço destinado à memória de Itaguara. Mas era um espaço que tinha pouco incentivo para o

¹²⁴ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.33.

¹²⁵LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 476.

¹²⁶ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.56.

desenvolvimento de pesquisas e exposições, já o Museu Sagarana, nas palavras do bispo diocesano Miguel Ângelo, vem a ser:

[...] a instituição do “Templo das Musas”, onde se abrigue a história viva da comunidade, a musa das fotografias e dos documentos relativos a Itaguara; da musa dos vídeos com personagens importantes da comunidade das mais diversas áreas; da musa da “Biblioteca Conquista”, onde se recolhem recortes de jornais e publicações científicas, literárias e musicais sobre Itaguara e de seus filhos; da musa do teatro e das exposições temporárias para a valorização de talentos e a divulgação da cultura local e regional; da musa do crescimento. Os sonhos se realizam quando sonhados conjuntamente por uma população envolvida com um projeto cultural de qualidade que contemple não apenas o gosto das massas iludidas pela manipulação da mídia, mas a construção de sua identidade como povo.¹²⁷

Observa-se que D. Miguel busca referências nas Musas da mitologia grega para dar sua definição ao MUSA – lembrando que as Musas são filhas de Mnemosíne, a deusa titã que representa a personificação da memória. Mas, além disso, tal comparação feita pelo bispo diocesano representa a significação dada ao Museu como o espaço de memória que se constitui. Evidenciando a necessidade de por a prova uma memória da comunidade, valendo-se de ferramentas que proporcionem um maior envolvimento, deixando de ser apenas o arquivamento de materiais e passando também para exposições que promovam visitas e produções de pesquisas.

Tanto a Biblioteca Pública quando o MUSA são definidos como lugares de memórias: uma definição conceitual a ser pontuada, pois abriga noções importantes para se pensar a relação entre a história e a memória. Partindo da definição de lugares de memórias proposto por Pierre Nora (1993), podemos observar que os lugares de memórias são necessários quando uma sociedade não vive mais a memória espontânea, ou seja, os lugares de memórias são a busca por um passado que não se sente mais, que está distante do cotidiano.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. [...] Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõem uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado.¹²⁸

¹²⁷ROSA, Fleury. Um passado de glórias, um futuro de conquistas. In: *Revista Viva Grande BH*, Contagem - MG, ano 2, n. 11, 2014, p. 38.

¹²⁸NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: KHOURY, Yara Aun. *Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história: traduções*. São Paulo, PUC/SP, nº10, Dez. 1993, pp. 8-9.

Tendo o MUSA e a Biblioteca Pública como lugares de memórias, podemos interpretá-los como espaços que expressam a necessidade de representar o passado, reconstruindo a memória que habitava entre os itaguarenses. Nesse sentido, os jornais encontrados nesses arquivos são da mesma forma uma reconstrução do passado, ao passo que eles estão incluídos no acervo histórico dessas instituições.

Desta forma, os jornais são explorados como construções culturais selecionadas pela memória arquivística dessas instituições, o que nos conduz a pensá-los como parte das expressões da memória coletiva do município. De maneira que ao por em prática um processo de seleção arquivística é levado em conta o “valor” que o documento a ser preservado tem para o grupo a qual a instituição é ligada. Ao levar em conta os acervos dos arquivos devemos olhar para eles como monumentos que pretendem transmitir um determinado aspecto da memória coletiva. Assim como os *documentos monumentos*¹²⁹ os arquivos constroem uma rede de poder através da memória enquadrada em uma determinada perspectiva, promovendo leituras particulares sobre o passado e construindo expectativas para o futuro.

Nos acervos desses espaços foram encontrados treze coleções de jornais, mas para este trabalho foram selecionados quatro dentre elas. Essa seleção foi feita levando em conta os aspectos presentes nos jornais no que diz respeito à problemática que eles apresentavam sobre as identidades culturais de Itaguara, observando as particularidades identificadas em cada um deles na preocupação com a manutenção da história da cidade e dos antigos viventes. De forma que foram selecionados para este trabalho os jornais *Ita-Panorama*, *Conquista: Jornal de Itaguara*, *Vida Diocesana* e *Ita-Comunicação*.

O jornal *Ita-Panorama*, com as suas quarenta e nove edições que vão de novembro de 1968 até abril de 1973. No contexto do Governo Militar, as narrativas desse jornal dialogam com as políticas de urbanização, modernização, progresso e com o sentimento ufanista que era difundido nesse período. Em Itaguara, nesse período também foi fundado a Biblioteca Pública Municipal Guimarães Rosa, em 1970, no primeiro mandato do prefeito Antônio Ferreira de Moraes. Um projeto que pretendia expandir os horizontes dos habitantes a partir da educação e da “cultura”. A Associação dos Ex-Alunos do Ginásio Monsenhor João Rodrigues, que por sua vez era responsável pelo editorial do *Ita-Panorama*, teve participação importante na fundação da Biblioteca, mobilizando os itaguarenses com o projeto, publicando notas nos jornais que incentivavam o envolvimento da população e até mesmo cobrando a efetivação por parte da prefeitura. Para a Biblioteca este jornal é parte de sua própria consolidação e efetivação, ter suas edições em seus arquivos é conservar a sua própria memória.

O *Ita-Panorama* caracteriza-se em leituras que narram uma história *mestra da vida*, através de um passado glorioso que é capaz de inspirar o progresso, a modernização, o desenvolvimento, o futuro. Contudo, a proposta desse jornal, além de estar em diálogo com o jogo simbólico de poder que estava em voga no momento do convencionalmente denominado “milagre econômico”, também fez parte do projeto da Associação dos Ex-

¹²⁹LE GOFF. *História e Memória*, p. 59-60.

Alunos que pretendiam promover a “cultura” em Itaguara. As matérias do *Ita-Panorama* representam leituras identitárias que emergiram do período entre 1968-73; são matérias que respondiam o que foram os itaguarenses, o que são e o que viriam a ser, identificando no passado as bases para as “virtudes” que levam Itaguara ao progresso.

Já o *Conquista: Jornal de Itaguara*, que se encontra nos arquivos do MUSA com seis edições que vão de novembro de 1982 a agosto de 1983, traz para nós o nome simbólico da antiga Conquista. Um nome sugestivo para suas matérias, onde encontramos narrativas que lançam o olhar para as tradições, para a memória, valorizando a preservação, fazendo um retorno ao passado e até mesmo muitas vezes colocando em cheque o progresso, a modernidade, o futuro.

Para pensarmos essas posições do jornal, valendo-nos da perspectiva trabalhada por Tânia De Luca (2008),¹³⁰ observarmos as redes de sociabilidade, geração e cultura política que constituem a construção de tais ideias. De maneira que logo na capa de sua primeira edição de novembro de 1982, encontramos a matéria *Itaguara Recusada*, onde se expõe a oposição do corpo editorial do jornal em relação ao recém-eleito prefeito Pedro Rosa das Chagas: “Demonstrando rancor, ódio, espírito de vingança, Pedro Rosa negou, por duas vezes, a dar uma entrevista para o número ‘Zero’ do CONQUISTA, onde seriam debatidos os problemas da cidade, alegando que tinha sido muito ‘humilhado’ durante a campanha e que não era ninguém”.¹³¹

Esse oposicionismo é chave para entendermos a valorização do passado, expresso em suas matérias, de forma que as argumentações tem por base o debate sobre a política da cidade, apresentando leituras que “desvalorizavam” aquele presente. Deve se ter em vista também que os anos de rodagem do *Conquista* – 1982-83 – foram marcados pela crise de representatividade do Governo Militar, a recessão da economia, a valorização da democracia, enfim, era um momento que requeria olhar para o passado e reavaliá-lo, pois os desdobramentos que levaram até aquele presente não convenciam mais; era necessária uma descontinuidade, ou até mesmo um retorno ao “passado remoto”, anterior aos militares.

A insatisfação aos dezoito anos de Ditadura Militar é evidenciada também em outras edições onde podemos perceber a valorização da democracia, da liberdade, assim como a oposição do jornal frente o prefeito Pedro Rosa, fazendo do passado o seu ponto de apoio, explicitando as supostas precariedades do primeiro mandato do prefeito entre 1974 a 1977. De tal forma, ao retomar o passado, o *Conquista: Jornal de Itaguara* está articulando uma identidade para uma Itaguara que não se reconhece no presente, que não vê perspectivas positivas em seu horizonte, por isso busca a valorização da memória, levando a edição de dezembro de 1982 a publicar uma matéria onde se diz: “E só a preservação consciente da cultura é capaz de conduzir o homem à liberdade. Para matar

¹³⁰DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

¹³¹Itaguara Recusada. In: *Conquista: Jornal de Itaguara*. Itaguara, nº 0, ano 1, Nov. 1982.

um povo mate-se lhe a memória. E todos os tiranos sabem disto”.¹³² Com isso, o *Conquista* possibilita-nos ter uma compreensão de uma Itaguara que emerge a partir da leitura que busca na preservação do passado as argumentações para a consolidação dos valores dos antepassados no presente; representando a predisposição dessas narrativas em (re)afirmar os itaguarenses por sua *história*.

Já o jornal *Ita-Comunicação*, também encontrado nos arquivos do Museu Sagarana, com maior volume *arquivístico*, contendo cento e uma edições que vão de julho de 1989 a novembro de 2000: é um jornal que matem em seu corpo editorial boa parte dos membros do *Conquista: Jornal de Itaguara*, mas que constrói uma leitura diferenciada das memórias da comunidade. Contudo, tendo em vista a extensão deste jornal, optamos por trabalhar com as trinta e três edições arquivadas que vão de julho de 1989 até dezembro de 1992, sendo levado em conta o primeiro mandato do prefeito Rui Alberto Lara, que foi apoiado pelo corpo editorial deste. Isto possibilita-nos um recorte que proporcione o entendimento mais consistente das matérias dos jornais e das expectativas de seus discursos.

No corpo editorial do *Ita-Comunicação* podemos identificar alguns membros que também compunham o *Conquista: Jornal de Itaguara*, como: Dino Sávio, o editor responsável do *Conquista* e do *Ita-Comunicação*; Ubiraci Prata Lima, diretor tesoureiro do *Conquista* e membro colaborador do *Ita-Comunicação*; Wagner Lara, responsável pela administração e publicidade do *Conquista* e membro do conselho editorial do *Ita-Comunicação*; Alberto Rezende, responsável pela reportagem geral do *Conquista* e membro colaborador do *Ita-Comunicação*. Esses são alguns dentre outros que compunham o corpo dos dois jornais. Contudo, se o *Conquista* caracterizava-se como um jornal da oposição de Pedro Rosa das Chagas, o jornal *Ita-Comunicação* lança sua primeira edição em julho de 1989, após o encerramento do mandato de Pedro Rosa e configura-se como apoiador do recém-eleito prefeito Rui Alberto Lara. Na edição nº0 apresenta a matéria *O que o Povo de Itaguara Precisa Saber*: onde denuncia as “omissões” no mandato anterior e apresenta as “conquistas” que o recém-eleito prefeito Rui Lara irá proporcionar para a cidade.

As edições que circularam no primeiro mandato de Rui Lara apresentam uma leitura singular, onde podemos encontrar discursos que constroem um horizonte de expectativas que resignifica as relações com o passado, buscando autonomia para caminhar rumo ao futuro. Uma perspectiva que é entendida quando observamos em suas matérias a oposição ao prefeito anterior, ou até mesmo ao regime político anterior: neste caso o retorno ao passado é configurado pela justificativa do apoio ao prefeito recém-eleito. Essas caracterizações das trinta e três edições do *Ita-Comunicação* apresentam uma leitura da história da cidade em narrativas que se dispõem pensadas a partir da crise das tradições, crise das ideologias, negando o passado, propondo leituras historiográficas que entram na reflexão sobre como alcançar o futuro e o desenvolvimento da cidade de forma autônoma, sem as amarras conservadoras do passado.

Já o jornal *Vida Diocesana*, também encontrado nos arquivos do MUSA, contendo apenas a edição de setembro de 1987 e a de maio de 1989, não é diretamente de Itaguara,

¹³²RIBEIRO, Miguel Freitas. Memorial nos Ares. In: *Conquista: Jornal de Itaguara*. Itaguara, nº 1, ano 1, Dez. 1982.

mas da Diocese de Oliveira-MG, a qual a paróquia de Itaguara pertence. Nessas duas edições arquivadas no Museu encontramos matérias que são referentes à Itaguara, representando as memórias, as tradições e os símbolos da cidade, como o Hino de Itaguara em sua íntegra e a História da Paróquia Nossa Senhora das Dores. Suas edições demonstram uma preocupação em afirmar o passado ligado à tradição, aos valores dos antepassados, neste caso valores que emergem dos princípios católicos que se sustentam a partir da memória.

É significativo que neste jornal dos finais da década de 1980, quase o mesmo período do *Ita-Comunicação*, presente essa perspectiva de propagar o passado, principalmente em um momento de crise das representações como nos finais da década de 1980. Por ser um jornal ligado à Igreja Católica, suas matérias apresentam uma leitura que tem na manutenção e articulação das tradições e da memória a sua base referencial. As duas edições do jornal *Vida Diocesana* demonstram uma Itaguara imersa no diálogo que discute o valor das tradições e as suas expectativas para a modernidade. A busca por referências no passado é ao mesmo tempo repensada ao lançar o olhar para o horizonte, como é evidenciado nas matérias *Conflitos de Gerações* e *Havia Mês de Março nos Anos 40*: duas matérias de maio de 1989 que abordam as relações dialógicas entre o campo de experiência e a modernidade que é alcançada ao olhar o horizonte de esperas.

Considerações finais

Podemos notar que as leituras apresentadas pelos jornais constroem diferentes representações sobre Itaguara. Em cada momento da escrita o passado é (re)significado para compor as fundamentações do presente. Se em 1968-73 o *Ita-Panorama* transpunha as “virtudes” do passado para o presente em função de caminhar rumo ao progresso, em 1982-82 o *Conquista* coloca em dúvida a busca pelo progresso, pelo desenvolvimento e a modernidade, pois esses “movimentos” da sociedade estavam levando a memória da cidade ao esquecimento.

Podemos observar também que além das conjecturas do presente, a rede de poder que compõe o corpo editorial é fundamental na construção dos discursos. Por exemplo, os jornais *Ita-Comunicação* e *Vida Diocesana*, ambos dos finais da década de 1980. Enquanto o *Ita-Comunicação* quer romper com as amarras conservadoras do passado para seguir com autonomia rumo ao progresso, o *Vida Diocesana* rememora as heranças culturais num momento de crise das representações, uma articulação que aparentemente busca reforçar as identidades.

Aos poucos, é possível adentrar em uma cidade imaginada por diferentes olhares. São diferentes interpretes sobre um mesmo objeto; são construções discursivas que representam Itaguara imaginada por um jogo de espelhos, por uma troca de imagens sobre o que foi o passado e o que seria o futuro.

Itaguara é construída como uma comunidade imaginada através da comunhão dos produtos culturais, enraizados no mito de origem, em relação aos bandeirantes e o passado de Conquista. Itaguara é uma comunidade imaginada também em seu horizonte de

expectativas, dispondo-se ao futuro, em um olhar conjunto que contempla a si mesma no horizonte, mesmo sendo ele “(re)imaginado” e inalcançável.

Em nome da tradição: discursos memorialistas nos debates sobre a mudança da capital mineira (1890-1893)

Thaís Lanna Junqueira

Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

thaislj@gmail.com

RESUMO: Nos primeiros anos da República brasileira, os debates a respeito da transferência da capital mineira de Ouro Preto para outra localidade dividiram políticos, imprensa, intelectuais e sociedade em dois grupos distintos: os mudancistas e os não-mudancistas. Em 1893, os primeiros venceram a disputa e, já em 1897, inaugurava-se a Cidade de Minas, atual Belo Horizonte, deixando a antiga capital relegada ao passado colonialista e imperial que se preferia esquecer. Na historiografia, é comum se afirmar o pioneirismo dos intelectuais modernistas, na década de 1920, em um discurso memorialista sobre Ouro Preto enquanto cidade histórica. Procurando questionar tal visão, nos propomos, neste trabalho, a investigar a existência de tal discurso em um momento anterior a esse, ainda no século XIX, nos debates que se travaram nas sessões da assembleia legislativa mineira, bem como na imprensa local, entre 1890 e 1893. Procuraremos analisar, por meio de conceitos como “memória”, “tradição” e “identidade”, de que forma ideias modernas de preservação do patrimônio estavam presentes nos argumentos dos não-mudancistas, frente à ameaça da perda do status de Ouro Preto como capital.

PALAVRAS-CHAVE: Ouro Preto; Mudança da capital; Memória; Patrimônio; Preservação

A produção historiográfica brasileira que trata dos discursos históricos sobre a cidade de Ouro Preto normalmente tem como recorte temporal a década de 1930, toma como sujeito central o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o *SPHAN*, e tem como objeto central de análise o patrimônio arquitetônico da cidade. Poucas são as pesquisas desenvolvidas até então nas quais os historiadores deslocam seus olhares para outros momentos da construção de um discurso memorialista sobre Ouro Preto, sobretudo aqueles inseridos em períodos anteriores ao mencionado. Igualmente raras são as narrativas históricas que têm como atores principais pessoas e grupos sociais fora da esfera da administração pública, representada pelos órgãos oficiais de proteção ao patrimônio, criados no governo Vargas, ou do movimento modernista, que se consolidou no cenário cultural brasileiro a partir da década de 1920. Além disso, são poucas as obras que tratam

diretamente de questões referentes elaboração de memórias, identidades e tradições, conceitos intrinsecamente ligados aos discursos e práticas preservacionistas.

Partindo da premissa de que todo objeto de estudo é histórico, isto é, tem uma trajetória de construção ao longo do tempo, entendemos que a imagem de Ouro Preto como cidade histórica não é algo intrínseco a ela, nem esteve presente no imaginário social dos mineiros desde sempre. Ela foi elaborada em circunstâncias determinadas, por atores específicos com interesses bem definidos ao longo de algumas décadas. Dentre os trabalhos que tratam deste processo de construção da imagem histórica da cidade sob uma perspectiva crítica, podemos destacar: *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*, de Rodrigo Meniconi¹³³; *Ouro Preto, a construção de uma cidade histórica 1891-1933*, de Caion Meneguello¹³⁴; *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*, de Janete Fonseca¹³⁵; e *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897*, de André Mantovani¹³⁶.

O que as obras citadas têm em comum é o destaque que dão às tentativas de modernização da cidade ocorridas nos primeiros anos da República. Além disso, percebe-se, nelas, uma tendência à afirmação de que o discurso memorialista sobre Ouro Preto substituiu o discurso modernizador após da mudança da capital. Queremos propor, aqui, uma outra leitura desse período, que admite a coexistência do discurso memorialista com o discurso modernizador, numa fase em que Ouro Preto ainda sustentava seus *status* de centro administrativo do estado. Em outras palavras, a hipótese aqui levantada é a de que os discursos memorialistas, que embasam as práticas preservacionistas, sobre a cidade de Ouro Preto têm uma história, cujo elemento deflagrador encontra-se no contexto de disputas políticas acerca da mudança da capital mineira, na última década do século XIX.

¹³³ MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. 155f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2000.

¹³⁴ MENEGUELLO, Caion Natal. *Ouro Preto: construção de uma cidade histórica, 1891 - 1933*. 233f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação em História. Campinas, 2007.

¹³⁵ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. 146f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História. Belo Horizonte, 1998.

¹³⁶ MANTOVANI, André Luiz. *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897*. 185f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em História. São Paulo, 2007.

A proposta de se transferir a capital de Minas Gerais não era inédita quando a República brasileira se instaurou. Ao longo do século XIX, essa foi uma pauta defendida em diferentes momentos, por diversas pessoas. O início dessa história se encontra, na realidade, na Inconfidência Mineira. Como se sabe, os conjurados tinham como parte de seu projeto emancipador a transferência da capital de Ouro Preto para São João del Rey. Desde então, a capital passou a ser alvo de diversas críticas¹³⁷ e propostas de transferência da sede do poder executivo mineiro foram feitas em diferentes momentos ao longo do século XIX - há registros de propostas que datam de 1833, 1843, 1851, 1867.¹³⁸

Com a recém-república criada, no entanto, essa ideia ganhou novos ares, novos adeptos e novos argumentos, devido, sobretudo, ao fortalecimento do ideário progressista no qual se embasava o republicanismo brasileiro. Higienismo, medicina social, cientificismo e novas concepções urbanas estavam na base dos projetos de construção de nova capitais nessa época. Alguns argumentos utilizados pelos defensores da transferência da capital para outra localidade eram a topografia complexa, a sujeira das ruas, a deficitária rede de esgotos, o difícil acesso à cidade, a economia decadente.¹³⁹ O fim da monarquia também contribuiu para fortalecer a ideia, já que Ouro Preto era comumente identificada com o Império, o qual carregava até em seu nome – Imperial Cidade de Ouro Preto.¹⁴⁰ Outro fator importante que influenciou as decisões foram as disputas regionais que se estabeleceram ao longo do século XIX entre a região central e o Sul e Zona da Mata mineiras. Estas últimas viveram um considerável crescimento proveniente da economia cafeeira, enquanto o Centro passou boa parte deste século em estagnação. Como mostra Maria Efigênia Lage de Resende, esta questão foi tão significativa que chegou a suscitar movimentos separatistas no Congresso Constituinte de 1981.¹⁴¹

As discussões entre os constituintes foram o palco privilegiado do debate em torno do tema da mudança, haja vista que um terço dos escritos dos anais referem-se a esta

¹³⁷MENEGUELLO. *Ouro Preto: construção de uma cidade histórica, 1891 – 1933*, p.23.

¹³⁸ASSIS, Luiz Fernandes de. A mudança da capital na Constituinte mineira de 1891. *Caderno Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 141-181, jan/jun. 1997. p. 141.

¹³⁹MENEGUELLO. *Ouro Preto: construção de uma cidade histórica, 1891 – 1933*, p.198.

¹⁴⁰SILVA, Rodrigo Machado da. A caducidade das disposições transitórias: o polêmico debate a respeito da transferência da capital mineira (1890-1893). *Outros Tempos*, São Luis, v. 9, n. 14, p.72-97, 2012. p. 74.

¹⁴¹RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. In: VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA - ANPUH, 1974, Belo Horizonte. Anais... São Paulo: s/ed., 1974, p. 601-633.

questão.¹⁴² Formaram-se, então, dois grupos distintos: os mudancistas e os não mudancistas. Em ambos os lados da disputa, houve participação de políticos ouro-pretanos e também daqueles provenientes de outras cidades, até estados. A imprensa também foi um importante meio de divulgação de ideias e de defesa de pontos de vista, de maneira tão ferrenha que tomou a forma de disputas políticas acirradas entre os dois lados. Dentre os periódicos não mudancistas, destacaram-se *A Província de Minas*, transformado em *A Ordem* após da proclamação da República, e o *Jornal de Minas*, ambas publicações de Ouro Preto. Do lado mudancista, destacou-se *O Pharol*, jornal da imprensa de Juiz de Fora, que chegou a ter proibidas transcrições de suas notícias nos jornais ouro-pretanos. A população logo também começou a participar da querela, principalmente nos *meetings* (encontros nas ruas) organizados pela imprensa, tanto em Ouro Preto, quanto em Juiz de Fora.¹⁴³

É possível dizer que havia uma forte diferença entre as concepções de modernidade dos dois grupos: os mudancistas acreditavam no progresso a partir de um marco zero, queriam apagar todas as marcas vergonhosas e símbolos de atraso que eram a colônia e o império. O progresso que buscavam estava voltado para o futuro, para o que haveria de ser construído ainda. Já os não mudancistas, que também queriam o progresso por meio de uma capital moderna, acreditavam que este só poderia ser alcançado com um apego a determinadas tradições; era um presente que deveria olhar para o futuro, porém andando de mãos dadas com o passado. A forma de conseguir isto era se voltando ao passado glorioso de Ouro Preto, inventando e fortalecendo tradições e usando a história, sobretudo a dos bandeirantes e dos inconfidentes, como esteio da modernidade. Alegavam que a semente do caráter republicano e da luta pela liberdade, que fazia parte do sangue mineiro, tinha sua origem na revolta de Tiradentes, e associavam a essa ideia um elemento geográfico, isto é, à própria Ouro Preto (como se suas ruas e pedras, instituições e população fossem a corporificação dos valores que enunciavam).

Nos parece muito clara, aqui, a presença, nos argumentos dos não mudancistas, da ideia de “patrimônio espiritual” mencionada por Jacques Le Goff, ao citar Michelet. Segundo ele, “(...) o patrimônio é espiritual. Com isso, entendo a introdução no campo do patrimônio de uma noção da diversidade das tradições, os movimentos insurrecionais, os

¹⁴² _____. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte, p. 608.

¹⁴³VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. A Capital controversa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLIII, n^o2, p. 29-43, jul/dez. 2007. p. 31.

de contestação, tudo o que permitiu a um povo ser aquilo que é”.¹⁴⁴ Os defensores da permanência da capital em Ouro Preto procuravam a comoção da opinião pública, por meio da construção de uma memória coletiva, que se deu, sobretudo pela instituição de “lugares de memória” – conceito cunhado por Pierre Nora.¹⁴⁵ Segundo a historiadora Regina Abreu, esses lugares

precisam ser compreendidos no sentido pleno do termo, do mais material e concreto, como os monumentos aos mortos e os Arquivos nacionais, ao mais abstrato e intelectualmente construído, como a noção de linhagem, de geração, ou mesmo de região e de “homem-memória”.¹⁴⁶

Em Ouro Preto, estabeleceu-se a comemoração de fatos e feitos heroicos passados naquela cidade. Os não mudancistas pretendiam usar o discurso memorialista – que se corporificava na realização de festas cívicas, como as de comemoração do 21 de abril, e na construção de monumentos, como o em homenagem a Tiradentes, presente até hoje na praça de mesmo nome¹⁴⁷ – como um aliado aos projetos de modernização da cidade na batalha pela manutenção do *status* de capital da antiga Villa Rica.

Ao pensarmos no campo do patrimônio, tendo em vista o que foi analisado até então, é interessante nos questionarmos sobre o conceito de preservação: ele é necessariamente oposto ao de modernização? Carsalade afirma que “o que se preserva, na realidade, é a identidade em transformação, ou seja, a preservação não está na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de mudar junto com as mudanças sócio-culturais”.¹⁴⁸ Outras perguntas importantes para guiar a reflexão sobre a aplicabilidade desse conceito no contexto estudado são: o que se preserva e para que se preserva? Para respondê-las, recorreremos a Mário Chagas, que afirma: “Aquilo que se quer preservar (...) não são objetos, mas os seus sentidos e significados”.¹⁴⁹ É possível dizer, portanto, que nos discursos memorialistas dos não mudancistas, havia preocupações

¹⁴⁴LE GOFF, Jacques. Reflexões sobre a história: entrevista de Francesco Maiello. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 54.

¹⁴⁵NORA, Pierre. Entre Memória e História – a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, jul./dez. 1993.

¹⁴⁶ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, p. 37-52, jul./dez. 2005. p. 40.

¹⁴⁷DRUMOND, Maria Francelina Ibrahim. Tiradentes – herói na Imprensa de Ouro Preto do século XIX. In: *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da Cultura – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1993. p. 190-196.

¹⁴⁸CARSALADE, Flávio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.139/4166>>. Último acesso em: 22 dez. 2014.

¹⁴⁹CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 79.

preservacionistas, porém distintas daquelas que deram origem aos órgãos oficiais de proteção do patrimônio no governo Vargas. Em outras palavras, havia um desejo de se preservar a memória de um passado construído como heroico, ainda que essa preservação não estivesse traduzida em termos de conservação material da cidade. Também não podemos ser ingênuos a ponto de nos esquecermos que era interesse desses grupos conservar outras coisas além de um passado de glórias: privilégios, poder e *status* político. Nesse sentido, acreditamos que, por meio de discursos memorialistas, a instituição de “lugares de memória” pelos não mudancistas, no contexto dos debates sobre a mudança da capital mineira, constituiu-se como precursora dos discursos preservacionistas sobre Ouro Preto, consolidados no século XX.

Para concluir, devemos sempre nos lembrar que o campo do patrimônio é inegavelmente um campo de conflitos e relações de poder. Por trás de debates acadêmicos, políticas públicas de proteção, práticas preservacionistas e reivindicações populares por reconhecimento de patrimônios de diferentes grupos sociais que compõem a nação, subjazem lutas de representação e disputas de poder que são eminentemente políticas. Isso porque o que dá origem a práticas patrimonialistas são discursos de memória, um importante instrumento de dominação que está no cerne do processo de construção identitária dos povos. Um exemplo já muito estudado por historiadores, arquitetos e cientistas sociais é a atuação do governo autoritário de Vargas na institucionalização de políticas de proteção ao patrimônio nacional com claros objetivos políticos de conformação de um discurso sobre a nação.¹⁵⁰ Este trabalho, que é ainda uma pesquisa em fase inicial, pode, portanto, ser entendido como uma tentativa de investigar a face política dos discursos memorialistas que são utilizados no campo do patrimônio.

Foi nosso interesse, aqui, levantar alguns questionamentos e hipóteses iniciais para uma investigação que busca compreender em que medida os usos políticos da memória, em um contexto crítico de ameaça de perda simbólica por parte de uma elite política mineira, se configuraram como precursores dos discursos preservacionistas sobre a cidade de Ouro Preto, acalentados nas décadas posteriores à mudança e oficializados nos anos 30 do século XX.

¹⁵⁰FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio e processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC – IPHAN, 2005.

Acervo maestro Chico Aniceto: edição de obras raras e revisão do catálogo

Felipe Novaes Ricardo

Licenciando em Música com Habilitação em Violão

Bolsista PIBIC/FAPEMIG

f.novaesr@gmail.com

RESUMO: O projeto acervo maestro Chico Aniceto: edição de obras raras e revisão do catálogo visa a restauração, revisão e edição de manuscritos autógrafos e cópias de reconhecidos compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX, tais como José Joaquim Emerico Lobo de mesquita e João de Deus de Castro Lobo.

Introdução

O projeto acervo maestro Chico Aniceto: edição de obras raras e revisão do catálogo, em concordância com os padrões editoriais da musicologia brasileira, visa a restauração, revisão e edição de manuscritos autógrafos e cópias de reconhecidos compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX.

O desenvolvimento de trabalhos relativos à edição de música do passado brasileiro é de fundamental importância, pois, concordando com Ilari, “sem música editada, a execução, a apreciação e o estudo são simplesmente impossíveis”¹⁵¹. Dessa maneira, a edição de obras de relevância histórico-musical, presentes no Acervo Maestro Chico Aniceto, contribuirá a um maior entendimento das práticas e das poéticas musicais brasileiras e mineiras dos séculos XVIII, XIX.

Fases iniciais

O Centro de Pesquisa da Escola de Música da UEMG detém a guarda de acervos de manuscritos musicais de importância ímpar para a pesquisa em música brasileira, notadamente a música mineira. O fundo musical Acervo Maestro Chico Aniceto, especialmente, possui originais e cópias de obras de reconhecidos compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX, bem como de compositores de outros Estados tais como Padre

¹⁵¹ ILARI, Bernardo. Prefácio/Foreword. In: CASTAGNA, Paulo (coord.). *José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2008. (Patrimônio Arquivístico-Musical Mineiro, v.1)

José Maurício Nunes Garcia e Carlos Gomes¹⁵². O projeto, em sua primeira fase, relativa à pré - organização do acervo, os documentos foram doados à Escola de Música da UEMG em 2004, pela família do maestro, sendo em seguida submetidas a um processo de limpeza, separação e pré-organização¹⁵³.

No primeiro momento os critérios utilizados, quanto à forma de armazenamento e classificação, foram estabelecidos de acordo com a especificidade e singularidade do acervo. A partir da pré-organização e separação dos documentos procurou-se reunir os conjuntos correspondentes ao um mesmo grupo, visando a organicidade e praticidade da consulta. Tendo em vista às características do acervo, o critério adotado na pré-organização dos documentos obedeceu à divisão das obras em *sacras* e *não sacras*.

Em um segundo momento, a partir da classificação inicial, na segunda fase do projeto demonstrou-se necessária a subdivisão das obras baseada em gêneros musicais. As peças foram separadas e agrupadas em envelopes, que por sua vez, compõem uma pasta. Cada pasta é correlata a um gênero musical. O número total de peças é de 690, sendo 501 não sacras e 189 sacras.

| | |
|-----------|--|
| Sacra | Dobrado / Marcha / Valsa / Dança / Fantasia / Passo Doppio Concerto, Ópera e Sinfonias / Piano / Hino / Peças instrumentais não religiosas variadas |
| Não Sacra | Missa / Domine / Semana Santa / Ladainha / Domingo de Ramos Ó Salutes e Tantum Ergo / Credo / Moteto / Responsório Fúnebre Maria / Te Deum / Vários / Peças Digitalizadas / Peças Raras Métodos, Estudos e Manuscritos musicais / Documentos Diversos |

Tabela 1 – Classificação por gênero musical

Fase atual

Na fase atual do projeto foram editadas as obras *Moteto das Dores*, *Lauda Sion*, *Pater Mibi*, *Popule Meus*, *Tota Pulchras* e *Senhor dos Passos* pertencentes a pasta MOT – 01, além das peças *Missa de Suassny*, *Offícios para Missa de Defuntos* e *Memento para Encomendação de Almas*,

¹⁵² BRADÃO, D.S.L; COSTA, R.; VASCONCELLOS, F.K.L. *Descrição do processo de catalogação do Acervo Chico Aniceto*. In: Modus – Revista da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais, nº6. Barbacena (MG): EdUEMG, 2008, p.9-17, p.10.

¹⁵³ ————. *Descrição do processo de catalogação do Acervo Chico Aniceto*, p.10.

presentes na pasta MIS – 01 e MIS – 04, respectivamente. A partir da revisão do catálogo, demonstrou-se necessário uma reflexão a cerca dos critérios adotados nas fases anteriores, respectivos ao arquivamento dos documentos.

A partir da análise documental, os processos harmônico-estruturais adotados nas obras revelaram aspectos relativos à construção de um discurso musical *sui generis*, indicativo da originalidade e raridade das obras presentes nos acervo Chico Aniceto; tais como a presença de procedimentos contrários às regras preconizadas na Europa à época, relativos à condução de vozes e emprego e resolução de dissonâncias. Contudo, paralela às “transgressões veladas”¹⁵⁴, práticas antigas e incorporação das tradições européias.

De acordo com Castagna, no plano arquivístico-musical “é possível reconhecer três níveis básicos de organização, do mais simples ao mais complexo: 1) partes; 2) conjuntos; 3) grupos”¹⁵⁵ Ainda, segundo o autor, a música dos séculos XVIII e XIX foi “nitidamente estruturada em pelo menos três níveis de organização musical, do maior para o menor [...] 1) unidade cerimonial ou ‘ofício’; 2) unidade funcional; 3)secção”¹⁵⁶

Na fase atual do projeto assumimos tais parâmetros na revisão do catálogo, tendo em vista também que “partituras são documentos e possuem dados dos contextos sociais, culturais, históricos e políticos nos quais foram criadas”¹⁵⁷, respeitando as características do acervo elaborado pelo maestro Chico Aniceto.

A partir desses referenciais, relativo à revisão do catálogo, podemos indicar dois fatores: um relativo à duplicidade na classificação numérica dos envelopes e outro relativo à classificação dúbia a cerca do gênero musical - unidade funcional.

Durante o processo de revisão do catálogo constamos a necessidade de reavaliação dos critérios utilizados na classificação das obras por gêneros musicais e sua função cerimonial. Sob a classificação *música sacra*, o acervo possui a pasta Semana Santa na qual

¹⁵⁴ BRANDÃO, Domingos Sávio Lins. *O Sentido Social da Música em Minas Colonial*. 1993. Dissertação Mestrado (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia/FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1993, p. 234.

¹⁵⁵ CASTAGNA, Paulo. *Níveis de organização na música católica dos séculos XVIII e XIX*. I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical. Mariana, Coordenadoria de Cultura e Artes da UNI-BH, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana, 18 a 20 de julho de 2003. Mariana: Coordenadoria de Cultura e Artes da UNI-BH, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana, 2004, p.5.

¹⁵⁶ _____. *Níveis de organização na música católica dos séculos XVIII e XIX*, p. 7-8.

¹⁵⁷ BRANDÃO, et al. *Descrição do processo de catalogação do Acervo Chico Aniceto*, p.12.

consta o documento SSA – 01/589 *Popule Meus*, apesar do gênero musical indicar a classificação Moteto. Assim como os documentos RAR – 01/687; 688; 689 e 690, todos destinados à Semana Santa porém classificados na pasta Raros. As pastas ALB (álbuns), MET (métodos) e DOC (documentos), acrescidas posteriormente, obedecerem a critérios de arquivamento indiferentes ao gênero musical.

Constatamos que a classificação e arquivamento em pasta a partir do gênero musical é subvertida a partir dos critérios *unidade cerimonial*, por exemplo Semana Santa, ou *característica do documento*, raros, métodos, etc. Outro aspecto relevante diz respeito ao documento MOT – 01/653 *Pater Mibi*, o qual, a partir da revisão verificamos classificação equívoca. O documento apresenta texto referente à Feira IV (Pássio Dómini nostri Jesu Christe secúndum Lucam): “*Pater, dimitte illis*”. Além de a classificação numérica constar MOT -01/ 655.

Conseqüentemente os documentos foram realocados nas devidas pastas, salvo os pertencente a pasta RAR – 01; devido fragilidade dos documentos optou-se pela permanência. Estuda-se a reclassificação da pasta em SSA – 03, acrescentando o caráter *raro*. Já o MOT – 01/653 “655”, mantivemos a classificação numérica descrita no envelope (653), sendo alterada no catálogo posteriormente.

| | |
|--------------|---|
| MAR - 01/172 | <i>Funeral de São Francisco</i> |
| | <i>Há uma lágrima sobre o túmulo de D. Theófila</i> |
| COS - 01/357 | <i>Symphonia Guarany</i> |
| PNO - 01/357 | <i>A fada do bosque</i> |
| SSA - 02/594 | <i>Tractos a Quatro com Violinos</i> |
| LAD - 01/594 | <i>Ladainha Antônio de Meneses</i> |
| SSA - 02/595 | <i>Tractos para Sábado Santo</i> |
| LAD - 01/595 | <i>Ladainha Coração de Jesus</i> |

Tabela 2 – Duplicidade na classificação numérica dos envelopes

Além da numeração duplicada, as pastas DAN, FAN, PAS E PNO, respectivamente, Danças, Fantasias, Passo – Doppio e Piano apresentavam etiquetagem irregular, sendo conseqüentemente, reclassificadas segundo as abreviaturas propostas no

catálogo Chico Aniceto. Os envelopes com numeração dupla estão sendo reclassificados. Uma vez que a interseção de dois documentos sob o mesmo número altera toda a estrutura do catálogo, e, pela ocorrência em envelopes diferentes em pastas diferentes, a correção no catálogo encontra-se em andamento.

Considerações Finais

Na fase atual do projeto foram editadas obras de reconhecidos compositores mineiros do século XVIII, assim como obras sem autoria expressa. Contudo acreditamos que a obra de autoria desconhecida possui sua autonomia presa “em um sistema de remissões”¹⁵⁸, indicando, somente, um complexo de práticas, hábitos e técnicas comuns a uma determinada sociedade; a mineira do período colonial. A etapa relativa à revisão do catálogo apresenta-se em andamento, devido à complexidade das alterações necessárias.

¹⁵⁸ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves, 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

Visões do Protestantismo através do filme “O vento será tua herança”

Carolina Silva Horta Machado
Graduação em andamento em História
Universidade Federal de Minas Gerais
lina.shm@hotmail.com

RESUMO: Essa comunicação busca analisar o filme “O vento será tua herança”, que foi lançado em 1960 e reconta o caso Scopes, um processo jurídico que ganhou grande repercussão nos Estados Unidos. O filme tem como plano de fundo as discussões entre as teorias evolucionistas e criacionistas, que dividiam o país, já que em alguns Estados era proibido o ensino do evolucionismo. Além de levantar as questões religiosas advindas das transformações da virada do século XIX para o XX, o filme suscita questões políticas, sociais e ideológicas, como a forte oposição entre o Norte e o Sul americanos e os conflitos com o autoritarismo e a intolerância intelectual, que permeavam o período. Por fim, concluímos a análise percebendo que o filme remete a uma crítica a política governamental em vigor durante sua produção, o Macartismo. Que realizava uma enlouquecida caça aos comunistas muitas vezes desrespeitando-se os direitos civis. Assim, levantando as polêmicas do início do século, sutilmente, o diretor Stanley Kramer faz um paralelo com a realidade vivenciada pelos americanos no momento da produção do filme, que trabalha as diferentes e possíveis relações entre passado e presente.

PALAVRAS-CHAVE: Liberalismo teológico, Fundamentalismo, Macartismo.

A virada do século XIX para o XX é marcado por diversas inovações tecnológicas e científicas que modificaram a sociedade e a forma como os indivíduos compreendiam o mundo. Com a formação de grandes centros urbanos e um aumento da diversidade cultural advinda da chegada de imigrantes, os Estados Unidos vivenciaram uma era de grandes transformações ideológicas e religiosas. Surgia nesse contexto, novas explicações para a origem do homem e da terra que não mais eram baseadas na Bíblia e sim em cientistas como Charles Darwin. Também a história se aperfeiçoava como ciência e passou a utilizar seus métodos críticos para ler a Bíblia como um documento histórico, encontrando a partir de então erros e considerando que muitas passagens se utilizavam de uma linguagem figurada.

Essas transformações foram absorvidas pelo que ficou denominado de modernismo ou liberalismo teológico, que contestava certas doutrinas bíblicas “ a partir da

utilização de métodos científicos na interpretação e análise dos textos sagrados”¹⁵⁹. Dessa forma, a historicidade dos milagres e outras passagens bíblicas foram contestadas e passaram a ser tratadas numa perspectiva mitológica, substituindo a interpretação literal por uma interpretação simbólica e figurada. Assim a religião era de certa forma adaptada as novas descobertas científicas e ao pensamento moderno.

Como resposta ao liberalismo teológico, surge uma corrente que busca resgatar as verdades cristãs, postulando pontos que seriam essenciais para a fé cristã autêntica, entre eles a inerrância bíblica. Essa corrente se denominou fundamentalismo e se expandiu significativamente nos Estados Unidos, principalmente nos Estados do Sul, se opondo fortemente ao modernismo, a degradação moral e a secularização presente cada vez mais nos EUA. Assim, se oferecia as pessoas uma fonte de verdade em meio às incertezas advindas de tantas mudanças. O fundamentalismo não se restringiu ao campo religioso, passando a atuar em diversas frentes políticas e sociais, protestando contra a cultura moderna que se tornava dominante e que “virava as costas para Deus”. Se apropriando dos mitos fundacionais da nação¹⁶⁰, o fundamentalismo se tornou uma ideologia de vida que tem a missão de resgatar e restaurar a sociedade cristã Norte americana. Para tanto, os movimentos fundamentalistas se inseriram politicamente, buscando o retorno dos valores cristãos na formulação e execução das leis, para que sua ideologia pudesse se tornar hegemônica em toda a sociedade¹⁶¹.

Ilustrando os embates entre essas duas vertentes teológicas pode-se citar o caso Scopes, um processo jurídico que ganhou grande repercussão nos Estados Unidos e que trouxe a tona mais do que dicotomias religiosas. Com o avanço político do fundamentalismo, alguns Estados do Sul dos Estados Unidos aprovaram leis que proibiam o ensino do evolucionismo de Darwin nas escolas públicas. Porém em 1925 em Dayton, no Tennessee, o jovem professor John Scopes, infringindo a lei, ensina seus alunos sobre as teorias Darwinistas e acaba sendo preso. Assim se inicia o julgamento que ficou conhecido como Monkey Trial e que segundo Regina Horta:

¹⁵⁹ ROCHA, Daniel. Combatendo pela alma da nação: alguns apontamentos sobre a subcultura política fundamentalista nos Estados Unidos. *História Agora*, v. 13, p. 111, 2013.

¹⁶⁰ Os mitos fundacionais dos EUA são baseados na retórica religiosa puritana de povo eleito escolhido por Deus que tem a missão de criar uma “cidade sobre uma colina” que se tornaria exemplo de salvação para todos os povos do mundo.

¹⁶¹ ROCHA. Combatendo pela alma da nação, p. 108-123.

Configurou-se como uma encruzilhada de diálogos onde se discutia os perigos das perspectivas limitadas, ciência e fé, o contraste entre o norte e sul, o urbano e rural, os significados do sagrado, a importância do livre pensar, os valores e o alcance da Constituição Americana¹⁶².

Ao final do julgamento, John Scopes foi condenado a pagar uma multa de baixo valor, que demonstrava a complexidade de julgar dilemas ideológicos e religiosos. Os fundamentalistas se empenharam fortemente para a condenação de Scopes, e apesar de condenado, a multa era apenas simbólica. Assim, ao final do processo, a imagem fundamentalista é associada nacionalmente com o atraso, retrocesso e ignorância, fazendo o movimento recuar politicamente, mas não se isolar, atuando ainda por outros meios, como os programas de televisão e rádio¹⁶³.

Nas décadas de 50 e 60, os Estados Unidos vivenciam um novo *boom* religioso. Com as crises externas e internas que as guerras mundiais trouxeram e com a polarização em socialistas e capitalistas durante a Guerra Fria, o país é tomado pelas políticas do Macartismo e do forte anticomunismo. Reforçado pelas igrejas, que cresciam através da mídia e que comparavam o comunismo com o demônio e a heresia, o anticomunismo era proferido através de sermões apaixonados que descreviam a ameaça comunista como o fim dos tempos. Os EUA eram geralmente identificados como a nação que tinha a missão de salvar o mundo e a democracia cristã, legitimando as posições políticas. Dessa forma, a religião não tinha como intuito apenas a salvação da alma, mais também do “modo de vida americano”.

O termo Macartismo faz referência a política de perseguição aos comunistas empreendida pelo senador Joseph Raymond McCarthy, que conseguiu aprovar leis para controlar e penalizar aqueles que estivessem envolvidos em “atividades antiamericanas”¹⁶⁴. Assim, qualquer manifestação política, social ou artística que demonstrasse inspiração comunista era repreendida e censurada, fazendo com que várias pessoas fossem investigadas e impedidas de continuarem seus trabalhos. Essa política afetou fortemente a indústria cinematográfica, levando muitos diretores e produtores a saírem do país.

¹⁶² DUARTE, Regina Horta. O vento será tua herança: ciência, evolucionismo e sociedade. Coleção Scientia: Projeto “A história das ciências e o cinema vão às escolas”.

¹⁶³ ALVES JR, A. G. C. A Direita Cristã e o Florescer Econômico da Sunbelt nos Estados Unidos nos anos 1980. Cantareira (UFF), v. 2, p. 1-20, 2013.

¹⁶⁴ SOUZA, Rainer. Macartismo. Captado em: <http://www.brasilescola.com/historia-da-america/macartismo.htm>. Acesso em: 30 jun. 2015.

McCarthy, por meio de suas perseguições realizou uma verdadeira “caça as bruxas”¹⁶⁵, reforçando um patriotismo distorcido, já que era contrário à liberdade e feria os direitos civis americanos.

Também nesse momento se desenvolve uma interpretação moderna do criacionismo, que busca comprovar cientificamente a origem da vida segundo descrito na Bíblia. Denominado como “Criacionismo Científico”, essa vertente está intimamente ligada ao fundamentalismo, por também defender a leitura literal da Bíblia. Assim, se postula que “a Bíblia é um livro de ciência; o dilúvio foi universal e é capaz de explicar toda parte da coluna geológica que contém os fósseis; e, por último, a evolução biológica é apenas uma teoria, não havendo um único ancestral comum.”¹⁶⁶ A partir de então é possível inferir um diálogo entre a religião e a ciência, em que uma não se põe contrária à outra.

Nesse contexto, e baseado numa peça escrita em 1955, o diretor Stanley Kramer produz o filme “O vento será tua herança”, que foi lançado em 1960 e reconta o caso Scopes modificando o nome dos personagens principais. A história gira em torno do julgamento do professor Bertram Cates que é defendido pelo renomado advogado Henri Drummond, especialista do Norte em causas como essa. O advogado de acusação é Matthew Harrison Brady, ex-candidato a presidência dos Estados Unidos e um religioso fervoroso defensor da leitura literal da Bíblia, e grande amigo de infância de Drummond. Os dois advogados protagonizam diálogos acalorados no tribunal, onde a princípio toda população se põe favorável a Brady, mas durante o filme, as opiniões vão se dividindo e após a sentença, favorável a Cates, Brady enlouquecido acaba morrendo de infarto em pleno tribunal.

Ao longo do filme, a trajetória dos personagens e os diálogos deixam transparecer as questões políticas, sociais e ideológicas que a oposição entre criacionismo e evolução levanta. Assim se discutem, de acordo com Regina Horta:

A oposição entre o norte e sul americanos, as bases éticas do conhecimento, a tensão entre progresso e o apego ao passado, o autoritarismo e a intolerância intelectual, os riscos das opiniões

¹⁶⁵ Referência ao século XVI, onde ocorre a perseguição às supostas bruxas em Salém; período de forte intolerância religiosa.

¹⁶⁶ SCHUNEMANN, Haller E. S. O Papel do “Criacionismo Científico” no Fundamentalismo Protestante. *Estudos de Religião* (IMS), n. 35, p. 72-73, 2008.

majoritárias e das certezas absolutas, o conflito entre a busca da felicidade individual e a luta por ideais¹⁶⁷.

Já que o filme é protagonizado por dois juízes que, com visões opostas, representam o Norte e o Sul americanos, identificando o Sul como intolerante e retrógrado ao mesmo tempo em que o Norte representa o progresso e a liberdade. Além disso, o romance presente na trama entre o professor Cates e a filha do pastor, (onde ele abre mão do namoro e contraria o sogro defendendo o evolucionismo de Darwin) evidencia o conflito entre a felicidade individual e a luta pelos ideais.

Durante o julgamento o advogado Drummond leva vários cientistas como testemunhas de defesa de Cates, porém todas são recusadas pelo juiz, deixando-o furioso e abrindo espaço para um discurso sobre a liberdade de pensamento e dos direitos civis, protagonizado brilhantemente por Drummond. Ele alega que essas leis contra o ensino do evolucionismo são um atraso para a humanidade, pois impedem a liberdade de pensamento e levariam futuramente a uma onda de intolerância, retrocedendo ao século XVI, quando os fanáticos religiosos perseguiam e muitas vezes matavam as pessoas que possuíam outras crenças.

Após suas testemunhas serem negadas, Drummond surpreende a todos e utiliza como testemunha o próprio advogado de acusação. Se baseando na Bíblia para questionar Brady, Drummond demonstra ser também um grande conhecedor da Bíblia e ao final do filme, num sinal de conciliação entre a razão e a fé, ele junta a Bíblia e o livro de Darwin. Assim a mensagem final transmitida pelo filme é a de que existem várias formas possíveis de se vivenciar a fé cristã.

O título do filme “O vento será tua herança” é retirado da passagem bíblica do livro de Provérbios que diz: “O que perturba sua casa herdará o vento”, e que descreve sucintamente o que será apresentado ao longo do filme. A passagem é retomada ao final do filme, quando o jornalista que acompanha Drummond, jocosamente planeja que o obituário de Brady traga essa frase e é repreendido pelo advogado. Assim faz-se referência à intolerância com as diversas crenças e formas de pensar, demonstrando que aquele que questiona e perturba as crenças do outro não herdará nada e que o preconceito e a intolerância não levarão a lugar algum, devendo ambos serem respeitados.

¹⁶⁷DUARTE. O vento será tua herança, p.8.

Com a criação de diálogos que marcavam as disputas entre a intolerância e a liberdade de pensamento e o temor demonstrado diante de um retorno ao período que ficou conhecido pela “caça as bruxas”, é possível aludir à conturbada política Macartista que vigorava contemporaneamente a produção, onde se realizava uma enlouquecida caça aos comunistas muitas vezes desrespeitando-se os direitos civis. Assim, levantando as polêmicas do início do século, sutilmente, o diretor Stanley Kramer faz um paralelo com a realidade vivenciada pelos americanos no momento da produção do filme, que trabalha as diferentes e possíveis relações entre passado e presente.

Os livros na formação da nobreza portuguesa no século XV

Alex Rogério Silva

Mestrando em História e Cultura Social

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Campus de Franca)

alex465@gmail.com

RESUMO: O presente artigo aborda o conceito de livro e da sua difusão em Portugal no século XV, para a formação dos governantes e da corte portuguesa, onde a leitura e o conhecimento foram acrescentados como qualidades de um nobre. A dinastia de Avis desempenha esse papel através dos três reis autores D. João I, D. Duarte e o Infante D. Pedro que contribuem com escritos que contém matérias moralizantes para reger bem a si mesmo tendo em vista a salvação e o bem comum na governação.

PALAVRAS CHAVE: Portugal, Escritos morais, Tratados pedagógicos, Leitura.

CONCEITO DE LIVRO

El término 'libro' designa un objeto constituido por un conjunto e hojas que contienen o no un texto y reunidas bajo una encuadernación o atadura.¹⁶⁸

Livro: reunião de folhas impressas presas por um lado e enfeixadas ou montadas em capa¹⁶⁹

O livro no seu primeiro significado é entendido como um conjunto de folhas sejam elas manuscritas, datilografadas ou impressas que são reunidas e organizadas de forma que se possa facilitar a leitura. Seja qual for à natureza do texto, o primeiro interesse ao escrevê-lo é registrar algo a fim de que alguém em algum certo momento possa lê-lo.

São tidos como instrumentos de apreensão e ordenação do mundo e a escrita é atribuída à preservação do saber. Em Portugal, esta produção intelectual do final do século XIV e do decorrer do século XV foi relativamente diversificada e de certa forma abundante devido às condições periféricas do reino, o idioma português modernizava-se propiciando essa diversidade e o latim perde seus status em razão da não difusão entre a nobreza.

Tais escritos eram considerados artigos de luxo onde tinham não só valor material, mas também valores sentimentais. As tiragens eram inexpressivas dado que antes da imprensa, o trabalho se dava por cópias individuais. Esses trabalhos primeiramente

¹⁶⁸ BARBIER, Frédéric. *História Del Libro*. Spain: Alianza, 2005. p. 9.

¹⁶⁹ FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

elaborados pelos oradores, onde a produção e o conhecimento permaneciam. No final do século XIV e no século XV, o livro se torna um utensílio mais familiarizado da nobreza, aumentando assim o número de bibliotecas laicas.

Após a crise de 1383-1385, onde Portugal, proclama sua independência de Castela, através da Batalha de Aljubarrota e ascende ao trono uma nova dinastia, a de Avis, fundada por D. João I. Após essa independência vemos o fortalecimento de uma produção literária com o intuito de formar da nobreza.

Um movimento de exaltação do livro e daquilo que ele proporciona ganha intensidade em Portugal. Movimento que se traduz tanto num discurso apologético, ressaltando as virtudes e virtualidades da escrita, quanto em ações efetivas no sentido de promover a produção livresca.¹⁷⁰

Esse movimento não se limita somente a exaltar o valor dos livros, mas há também a justificativa de se preservar os saberes e se explicitam as motivações fundamentais de se escrever. Entre estas motivações se destaca a transmissão de bons ensinamentos, sobretudo de teor moral. Nesse aspecto os três mestres de Avis D. João I (1357-1433), D. Duarte (1391-1438) e o Infante D. Pedro (1392-1449), deixaram escritos onde tem por finalidade “[...] a preocupação pela reflexão sobre a educação do homem e, particularmente, sobre a formação política dos governantes e a dimensão ética do poder.”¹⁷¹

Esses escritos tratam das posturas para uma formação virtuosa do príncipe¹⁷² e estabelecer um modelo ideal de realeza, ou seja, se unificavam em um ideal pedagógico, pela preocupação em divulgar determinados valores e instruir os seus leitores a partilharem desses valores. Os valores defendidos além de ajudarem na tarefa de governar também eram prescrições de como alcançar a salvação.

Com o pensamento medieval enraizado na sociedade, onde a explicação do mundo passa por preceitos religiosos, os mestres de Avis nunca perderam de vista aos seus tratados a relação do homem com Deus. A pedagogia principesca tem como base a formação espiritual, utilizando para tal, fontes de conhecimento medievais como as

¹⁷⁰ FRANÇA, Susani, S. L. O intuito pedagógico nas crônicas e nos livros didáticos medievais portugueses. Estudos Portugueses e Africanos, Campinas, n. 31, p. 23, 1998.

¹⁷¹ BUESCO, Ana Isabel. Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-49). Lisboa, Cosmos, 1996. p. 50.

¹⁷² Essa formação virtuosa estaria condicionada em perseguir as virtudes e evitar os vícios, especificados como tais nas sagradas escrituras.

hagiografias, os livros de orações, alegorias, pois naquela época a verdade era aquela deixada por Deus, visto que, a principal fonte que os homens utilizavam para sustentação de seus atos e argumentos era a bíblia. Mas não só de textos religiosos e alegorias que os mestres de Avis tomaram como elemento principal para produzirem seus escritos, buscaram também nas obras clássicas da filosofia antiga e medieval a sustentação de suas teses, de forma

Auxiliares tão ou mais férteis na edificação dos senhores eram os livros de filosofia antiga e medieval. De Aristóteles aos Santos Padres da Igreja, passando por filósofos como Cícero, Sêneca, Avicena, vários eram os grandes nomes do pensamento filosófico citados pelos medievais. A importância dos livros desses sábios advém principalmente do fato de constituírem um verdadeiro manancial de reflexões, ora fundadoras, ora fundamentadoras do pensamento dos escritores quatrocentistas portugueses.¹⁷³

Toda a produção escrita da época, embora bem diversificada, há um ponto em comum: o intuito pedagógico. A tarefa de educar ganha espaço nos livros a que confere uma nova importância: moralizar. O objetivo de tais eram as “ensinanças” nos seus diversos níveis: desde educação religiosa, aos cuidados com a disciplina, o corpo e a conduta social.

O tratado de D. João I chamado *Livro da Montaria*, é um tratado de caça ao javali. A caça como a montaria, ou a cetraria eram desportos muito bem vistos nesse período, pois eram distrações para não se cansar o entender e uma forma de treino para os tempos de guerra, ajudando a manter as habilidades guerreiras em tempos de paz. Mas não somente com conceitos práticos foi idealizado esse projeto, mas também foi abordado aspectos moralizantes, mesmo que de modo implícito, pois como já mencionado, o ato de caçar e cavalgar descansavam o intelecto facilitando o cumprimento das principais obrigações reais. Além disso, o rei autor também descreve que o uso abusivo da montaria também é prejudicial, pois, passa a ideia de desleixo com as funções governativas e de defesa, gerando assim hábitos pouco saudáveis na alimentação, na vida religiosa, nas companhias e no bem falar. Ou seja

É assim que D. João deixa clara a sua convicção de que toda e qualquer atividade a qual o rei se dedicasse não devia nunca suplantiar as responsabilidades com o governo das suas gentes e

¹⁷³ FRANÇA, Susani S. L. Os reinos dos cronistas medievais (século XV). São Paulo: Annablume: Brasília, DF: Capes, 2006. p. 67.

terras, antes devia ser aproveitada para o aperfeiçoamento pessoal e para a melhoria da arte de reger. Do mesmo modo, os livros destinados aos príncipes tinham de contribuir tanto para o engrandecimento dos virtuais leitores como para o proveito do reino.¹⁷⁴

Outro tratado de lições de como cavalgar é produzido por D. Duarte, chamado *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, destinado não aos reis e príncipes, mas aos cavaleiros e escudeiros, onde além de lições de como bem cavalgar para que os nobres se apresentem de forma adequada nos jogos e diversas celebrações da corte e o cuidado com as armas, defende alguns valores na formação dos bons governantes como a fé, a esperança, a confiança a prudência, ou seja, ao lado das instruções de como os cavaleiros devem se portar diante das armas e da sela, faz menção as ações humanas: as virtudes, os vícios, a força, o domínio do corpo, etc. Os tratados acima mencionados “[...] procuravam reger as práticas desportivas valorizadas. Nesses tratados, percebe-se uma grande preocupação com a disciplina do corpo, principalmente nos ensinamentos das artes e ciências de bem cavalgar a caçar.”¹⁷⁵

Nesses tratados há a preocupação com a educação dos seus contemporâneos, pois através de passagens se torna nítido o direcionamento para que tipo de leitor, ou seja, os nobres, quais os proveitos de se cavalgar e caçar, comprovando assim as preocupações com a pedagogia de um ponto de vista prático, não deixando de lado a formação moral dos seus leitores.

D. Duarte escreve também outro tratado chamado *Leal Conselheiro* que juntamente com o de seu irmão, o Infante D. Pedro chamado *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, são classificados como doutrinas da boa conduta social. Nesses livros a moralidade ganha corpo, como matéria principal em uma obra. Pois:

Aos governantes cabia desempenhar um papel previamente definido, cujo fundamento estava no cuidado consigo, ou seja, na busca de aperfeiçoamento moral e espiritual, tendo por fim o bem estar dos seus subordinados. Nesse contexto, os livros ganham toda a importância: competia às obras escritas auxiliar os reis, os

¹⁷⁴ FRANÇA, Susani S. L. Os reinos dos cronistas medievais (século XV). São Paulo: Annablume: Brasília, DF: Capes, 2006. p. 84.

¹⁷⁵ SILVA, Michelle Tatiane Souza e. Práticas de leitura e ensinamentos morais na corte de Avis. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

príncipes e senhores na difícil missão de se conduzirem bem a si próprios para se tornarem aptos para conduzirem os outros.¹⁷⁶

O *Livro da Virtuosa Benfeitoria* como no *Leal Conselheiro*, o intuito é a formação dos dirigentes, fazendo-lhes conhecer seus deveres e seus privilégios devido o seu lugar na sociedade, na hierarquia. Neles há a exposição de feitos louváveis e ações condenáveis de antepassados, surgindo como caminho para a formação de reis e senhores, mostrando quais caminhos seguir, ajudando a desempenhar o seu papel. Mostram os atos que fazem com que reis sejam designados como virtuosos ou tidos como pecadores, no intuito de construir modelos de conduta considerados ideais.

Em um primeiro plano D. Duarte realiza em *O Leal Conselheiro*, uma enunciação da sociedade, com cinco estados, a saber: oradores, defensores, lavradores e pescadores, oficiais e artífices, e mesteres. A partir dessa fragmentação da sociedade, relata as competências de cada um, alertando sobre os prazeres em devaneio, recomendando sobretudo aos nobres cuidados com o corpo e a consciência. Em um segundo momento D. Duarte aconselha sobre o uso das faculdades humanas em busca das virtudes para fazer o bem, em busca da salvação, e a partir daí começa a enumerá-las, colocando em evidência também os comportamentos contrários, no intuito de construir um modelo de boa conduta.

Essa ideia de virtude e pecado se define a partir de parâmetros fixos, instituídos pelos valores morais defendidos pelo cristianismo, que se dilui nas reflexões acerca dos encargos de cada um dos Estados. Ele realiza uma análise minuciosa de quatro pontos para dissertar acerca do assunto: o que move as condutas, ou seja, se é através do entendimento ou da vontade que elas tomam forma; a qualidade das condutas, eivadas de virtudes ou vícios; qual sua resultante, o bem ou o mal; e as vantagens ou prejuízos que são propiciadas através dessa conduta. Através desses pensamentos que D. Duarte procura atingir seu objetivo pedagógico, sintetizando que a maior virtude de um homem é a lealdade.

Já o Infante D. Pedro em o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, aborda a organização da sociedade sustentada pelos senhores, sobre o fundamento ético da governação. Menciona os hábitos e costumes perpassados pelos pensamentos cristãos. Faz referência a filósofos da antiguidade, principalmente da obra *De Beneficiis* de Sêneca. O tratado é sobretudo

¹⁷⁶ FRANÇA. Os reinos dos cronistas medievais (século XV), p. 81.

dirigido aos reis e príncipes, pois eram deles a função de distribuir benfeitorias. Apresenta também os motivos nos quais os súditos deviam respeitar os reis e lhe serem fieis.

O livro tem início com a análise dos vocábulos que compõem o título da obra, analisando os diversos significados de benefício e suas implicações nas formas de execução. Há a construção de uma teoria da estrutura da sociedade, onde o senhor sustenta esta sociedade, pelo princípio da governação. Com esse conceito do senhor sustentar a sociedade gera outro aspecto a ser analisado de que com o exercício do poder, os senhores se aproximavam de Deus, pois enquanto este regia o mundo, os reis eram responsáveis pelos seus senhorios. No tratado também há o mapeamento das condutas dos senhores e a análise do benefício como algo moral que deve ser desempenhado em busca da honra e positiva fama. Através disso, o Infante D. Pedro propõe o seu objetivo pedagógico no intuito de encaminhar os homens aos seus afazeres fazendo com que suas idéias sejam postas em prática.

Assim, o Livro da Virtuosa Benfeitoria, configura-se como um tratado de ética religiosa e social, na medida em que informa as diversas personagens do jogo social acerca dos seus direitos e deveres. O estudo do benefício acaba por servir de pretexto para uma doutrinação mais ampla.¹⁷⁷

Em síntese geral, a publicação de livros em Portugal aumenta no século XV por diversas razões, fazendo com que após sua independência de Castela e ascensão da Dinastia de Avis, as publicações se intensifiquem, pois, os senhores se identificam com uma cultura livresca, onde o conhecimento é acrescentado como uma qualidade a mais dos senhores, e que anteriormente era reservado somente aos clérigos. A partir da aculturação dos senhores, estes escrevem para seus descendentes ou outros nobres com o intuito de educar, de modo implícito em alguns, como em tratados de teor técnico, ou de forma explícita os modelos de conduta, a serem seguidos para se tornarem dirigentes virtuosos e acima de tudo, alcançar a salvação. Para a escrita de tais tratados pedagógicos são feitas referências a livros religiosos, mas também a filósofos da Antiguidade na fundamentação de seus aconselhamentos; utilizam-se também de exemplos virtuosos ou viciosos na fundamentação de um caminho a seguir pelos novos governantes, ou seja, um trabalho de cunho pedagógico que visa à construção da imagem do governante na sociedade.

¹⁷⁷ FRANÇA, Susani S. L. Os reinos dos cronistas medievais (século XV). São Paulo: Annablume: Brasília, DF: Capes, 2006. p. 91.

A contribuição dos manuais técnicos para a produção das aguardentes nas Minas Gerais setecentistas

The contribution of technical manuals for production of brandies in Minas Gerais eighteenth century

Valquiria Ferreira da Silva

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

historiaval@hotmail.com

RESUMO: Várias memórias econômicas, instruções a futuros governadores e manuais técnicos foram produzidos no século XVIII, por portugueses e brasileiros, com o intuito de auxiliar a Coroa portuguesa na administração de suas colônias. No final dos oitocentos e início dos novecentos duas importantes obras *O fazendeiro do Brasil*, organizado por Frei José Mariano da Conceição e *Memórias sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar*, apresentada por José Caetano, procuraram difundir entre os colonos brasileiros os avanços tecnológicos a respeito da agricultura e dos gêneros agrícolas suscetíveis de serem cultivados no Brasil. Nesse sentido, esta comunicação visa, num primeiro momento, discutir o processo de produção das aguardentes presentes nessas duas obras, para, em seguida, a partir da análise de inventários *post mortem* e testamentos, observar como a construção desses saberes e práticas refletiram no cotidiano dos habitantes na região das Minas.

PALAVRAS-CHAVE: Aguardentes, produção, manuais técnicos.

ABSTRAC: Various economic memoirs, instructions to future governors and technical manuals were produced in the eighteenth century by portuguese and Brazilians, in order to assist the Portuguese Crown in the administration of their colonies. At the end of eight hundred and beginning of nine hundred two important early works *Fazendeiro do Brasil*, organized by Friar José Mariano da Conceição and *Memórias sobre a cultura da cana-de-açúcar*, by José Caetano, they sought to spread among the brazilian settlers advances technological about agriculture and farm products susceptible of being cultivated in Brazil. Thus, this communication is, at first, discusses the process of production of these spirits in these two works, soon after, from post-mortem analysis of inventories and wills observe how the

construction of such knowledge and practices reflected in the everyday of the inhabitants in the Minas region.

KEYWORDS: Brandies, production, manuals technical.

Ouro, agricultura, pecuária e aguardente de cana

Nas últimas duas décadas do século XVIII a capitania de Minas experimentou um rearranjo social em função da diminuição da produção aurífera,¹⁷⁸ a “economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias que sempre estiveram presentes passaram a ser seu eixo central”.¹⁷⁹ Na contramão de pensar o declínio da mineração como sendo a decadência da capitania como um todo, Cláudia Maria das Graças Chaves acentua que,

tradicionalmente conhecido como um período de decadência econômica, correspondente, na realidade, a uma fase de maior diversificação comercial a partir da crise na produção aurífera e a uma consolidação de atividades produtivas destinadas ao comércio de abastecimento.¹⁸⁰

Indícios dessas alterações na estrutura produtiva mineira podem ser encontrados nos relatos e memórias coevas. Na *Exposição* que o governador dom Rodrigo José de Meneses¹⁸¹ fez ao rei em 1780, observa-se o estímulo às atividades agrícolas e a necessidade de diversificação da produção da capitania. Nas *Instruções para o governo da capitania de Minas Gerais*, escritas em 1782, o desembargador da Relação do Porto José João Teixeira Coelho, que residiu onze anos na capitania, também discutiu os problemas que provocavam a paulatina decadência “daquela riquíssima e importante conquista”, e propôs “alguns meios de a remediar”.¹⁸²

¹⁷⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Antônio. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1670 a 1850*. Niterói, UFF, 1995. (História, dissertação de Mestrado); ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Antônio. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750 – 1822*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

¹⁷⁹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Antônio. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*, p.89.

¹⁸⁰ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999, p.36.

¹⁸¹ EXPOSIÇÃO do governador dom Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitânia de Minas Gerais e meios de remediá-lo. 4 de agosto de 1780. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 2, fascículo 2º, p.311-327, 1897.

¹⁸² COELHO, José João Teixeira. *Instruções para o governo da capitania de Minas Gerais 1782*. Organização, transcrição e textos introdutórios de Caio César Boschi; Preparação de textos e notas de Melânia da Silva Aguiar. Belo Horizonte: Secretária de Estado da Cultura, Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007, p.56. (Coleção Tesouros do arquivo)

Essas memórias, em conjunto com outras operações de conhecimento do território brasileiro, o mineiro incluído, encetadas nesse período pelas autoridades régias,¹⁸³ segundo Maria Efigênia Laje de Resende, tinham como “horizonte a mesma conjuntura” e buscavam “o fundamento histórico para instrumentar o poder político em função da melhor gestão fiscal, administrativa, política das Minas”.¹⁸⁴

Com isso, vários aspectos e produtos constituintes da economia mineira desse período, dentre eles a aguardente, foram alvos das reflexões destes representantes metropolitanos. Dom Rodrigo de Meneses defendeu uma política “ilimitada de engenhos”, o que, conseqüentemente, favoreceria o aumento do consumo da “cachassa”, tida por ele como “da primeira necessidade para os escravos, que andavam metidos n’aguoa todo o dia, e que com este socorro rezistem a tão grande trabalho, vivem mais sãos, e mais largo tempo”.¹⁸⁵ José João Teixeira Coelho, com o intuito de nortear a ação dos governantes da capitania, emitiu uma opinião oposta. Para ele, o ideal seria que se estimulasse a importação da bebida de áreas que não produzissem ouro; com isso, a mão de obra escrava se concentraria na extração de ouro.¹⁸⁶

Estas posições contrárias dos agentes da Coroa portuguesa em atuação nas Minas, no que se refere à produção, comercialização e consumo da aguardente de cana, refletem a história dessa bebida por todo o setecentos mineiro. Uma história que se caracterizou pela oscilação entre a tendência à proibição da sua produção e o estímulo a sua comercialização.

Esse contexto de consolidação do comércio interno fruto da (re)acomodação econômica causada pela crise na mineração, considerado crucial para a história setecentista colonial, serviu como pano de fundo para este artigo refletir sobre a aguardentes de cana-de-açúcar produzida em Minas Gerais, sempre procurando compreendê-la enquanto formação cultural. Para a realização desse objetivo, foi necessário o cotejamento de dois

¹⁸³ O conjunto dessas operações correspondia, entre outras ações, às “viagens das autoridades coloniais, as expedições científicas, os inquéritos locais para a avaliação das possibilidades de rendas reais, a organização de estatística, a organização estatísticas, a elaboração de roteiros de caminhos, a descrição de viagens, os trabalhos de cartografia, as viagens de reconhecimento de novas regiões, o levantamento de necessidades de apoio logístico, fortificações, aberturas de caminhos e estradas para o controle administrativo”. RESENDE, Maira Efigênia Laje de. Estudo Crítico. In: ROCHA, Joaquim José. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p.51. (Coleção Mineiriana)

¹⁸⁴ RESENDE, Maira Efigênia Laje de. Estudo Crítico. In: ROCHA, Joaquim José. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*, p.55.

¹⁸⁵ EXPOSIÇÃO do governador dom Rodrigo José de Menezes, p.317.

¹⁸⁶ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, p.215.

importantes manuais técnicos produzidos no final do século XVIII, quais sejam, *O fazendeiro do Brasil*, organizado por Frei José Mariano da Conceição¹⁸⁷ e *Memórias sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar*, apresentada por José Caetano Gomes,¹⁸⁸ com as práticas que puderam ser aprendidas nos inventários *post-mortem* e nos testamentos pertencentes ao Arquivo Histórico Casa Borba Gato, a ao Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

Aguardente forte e aguardente fraca: modos de produção

O relatório técnico, *Memórias sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar*, escrito no Brasil por José Caetano Gomes, foi publicado em Lisboa no ano de 1800. A obra constituiu-se num conjunto de relatos, descrições e recomendações técnicas sobre a cultura da cana-de-açúcar no Brasil. Interessado na prosperidade da Província do Brasil, o autor, que disse dirigir sua obra aos senhores de engenho menos instruídos, dedicou uma parte inteira, “Discurso sobre o alambique”, para discutir como as partes constituintes, os materiais utilizados na confecção e o tamanho desses aparelhamentos, etc., influenciavam na fabricação das aguardentes.¹⁸⁹ No tocante ao conhecimento dos habitantes coloniais com relação à produção da bebida, o químico chega a afirmar que todos os mestres de aguardente sabiam,

que um líquido doce fermenta, que esta fermentação o faz vinhoso, e que este vinho destilado, produz aguardente, em maior, ou menor quantidade, segundo o grau de doçura, que em si contém este líquido.¹⁹⁰

Por seu turno, o botânico mineiro o frei José Mariano de Veloso, personagem importantíssima no projeto reformista do secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, foi encarregado por este de difundir

¹⁸⁷ VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil melhorando na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que podem introduzir, e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a esse assunto: debaixo dos auspícios e de ordem de sua Alteza Real o príncipe do Brasil nosso senhor*. Tomo I. Parte I: Da cultura da cana ao açúcar. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1798.

¹⁸⁸ GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*. O Príncipe regente Nosso Senhor. Pela Mesa da inspecção do Rio de Janeiro. Apresentado por Joze Caetano Gomes, e de ordem do mesmo senhor publicada por Fr. Joze Mariano Velloso. Lisboa: Casa Litteraria do Arco Cego, 1800.

¹⁸⁹ GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*, p.73-77.

¹⁹⁰ GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*, p.63.

entre os colonos brasileiros os avanços tecnológicos a respeito da agricultura e dos gêneros agrícolas suscetíveis de serem cultivados no Brasil.

Dessa missão, surgiu entre 1798 e 1806 a famosa coleção ilustrada em 11 volumes, *O fazendeiro do Brasil*. O primeiro volume da coleção, Tomo 1, Parte 1, “Da cultura das canas, e fatura do açúcar”, corresponde a uma compilação de publicações inglesas e francesas, traduzidas e comentadas pelo frei, que versavam sobre vários aspectos que vão cultivo da planta até o seus processos de beneficiamento.

Da leitura dessas obras, apreende-se que, embora o frei José Mariano da Conceição e José Caetano Gomes fossem contemporâneos, e mesmo que estivessem tratando de assuntos afins e com intenções semelhantes, a suas idiossincrasias sobressaem em seus textos – idiossincrasias essas que vão da nomenclatura utilizada até o enfoque de suas descrições.

Contudo, foi possível perceber a partir das informações comuns presentes nessas obras, que tanto a fermentação quanto a destilação constituíram-se como etapas importantes na fabricação das aguardentes. Nesse mesmo sentido, outro dado importante, provido por esses autores, informa que as aguardentes de cana-de-açúcar poderiam ser obtidas a partir de três materiais diferentes, quais sejam: a garapa ou as fezes das escuma e do melado. (Figura 1).

A garapa¹⁹¹ correspondia ao líquido cru da cana espremida. As fezes da escuma¹⁹² eram o produto obtido no processo de limpeza do açúcar quando aquecido, também conhecida como “água fraca do caldo quente do açúcar da casa de cozer”,¹⁹³ que Antonil no início do século chamou de cachaça. ^{E segundo ele}, esta, por ser imundíssima, ^{deveria} ser dada às

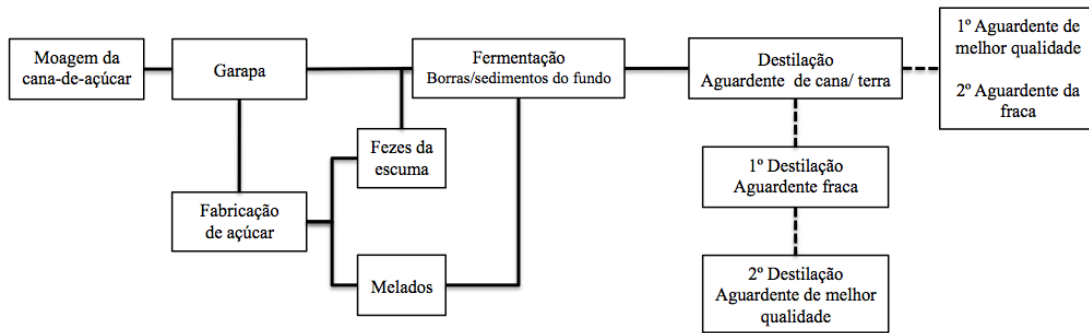
¹⁹¹ José Caetano Gomes reconhece esse produto descrito por frei José Mariano da Conceição apenas como “caldo de cana puro”, para ele a “guarápa” corresponde ao caldo de cana fermentado no ponto de transferido para o alambique. GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*, p.63-64.

¹⁹² Fezes do açúcar, “uma espécie de gusmo” que sobe à superfície do caldo de cana aquecido, é chamada por José Caetano Gomes de “cachassa ou fezes do caldo de cana”. De acordo com o químico, para que o açúcar não perdesse a sua qualidade, esse material não poderia “de nenhuma sorte” “incorporar-se com o açúcar”, cabendo ao obreiro dessa caldeira “descachassa-la”, ou seja, manter o líquido limpo. GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*, p.40 e 44-45.

¹⁹³ VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil I*, p.59.

“besta, cabras, ovelhas e porcos.”¹⁹⁴ O melado era o material obtido a partir do processo de purgação do açúcar, ou seja, os “sobejos do açúcar.”¹⁹⁵

FIGURA 1
Fluxograma da produção de aguardentes no século XVIII



Fontes: VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil I*, p.59-69 e GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*, p.57-79.

Ambos dão conta da existência de dois tipos de aguardente: aguardente forte e aguardente fraca. Todavia, a diferença mais marcante entre os autores está relacionada aos métodos de obtenção desses produtos.

De acordo com frei José Mariano da Conceição a qualidade do produto era definida no processo de destilação.

Dentro de duas horas, pouco mais pouco menos, o vapor ou o espírito condensado pelo fluido ambiente fará o caminho pela serpentina, e correrá tão claro e transparente como um cristal, se lhe não deve embarçar a sua carreira senão quando deixar de ser inflamável. O espírito que se obtém desse modo, é conhecido debaixo do nome de água fraca.¹⁹⁶

O outro produto, comparado pelo frei ao “rum de prova da Jamaica”, portanto de melhor qualidade, era obtido depois que a água fraca fosse “uma segunda vez destilada”.¹⁹⁷

¹⁹⁴ ANDREONI, Giovanni Antônio; (ANTONIL). *Cultura e opulência no Brasil Por suas drogas e minas*. São Paulo: Companhia Nacional, 1976. (Texto da Edição de 1711), p.202.

¹⁹⁵ VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil I*, p.59 e GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*, p.42.

¹⁹⁶ VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil I*, p.61.

¹⁹⁷ VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil I*, p.61.

José Caetano Gomes, a partir de processo mais próximo do atual processo de destilação da cachaça, no qual o procedimento de obtenção das aguardentes é baseado no equilíbrio entre a volatilidade e a temperatura, descreve que

quando se quer destilar segundo as regras d'Arte, se é obrigado a conduzir a destilação de sorte, que a substância volátil sofra só o grau de calor necessário para a separar; [...] e que a lentura é tão vantajosa, quanto a precipitação é prejudicial nesta operação.¹⁹⁸

Nesse sentido, diversamente da destilação descrita pelo frei, para o José Caetano Gomes elas eram obtidas de uma só vez. Principiava-se “lançando bastante fogo debaixo do alambique”, para que a fleuma que deveria ser desprezada pudesse sair primeiro. Logo em seguida, com o fogo moderado, quando começava “a correr o espírito”, aguardente de melhor qualidade. Depois disso, principiava a correr “o que se chama água fraca”.¹⁹⁹

As aguardentes e o mercado mineiro

Fosse como fosse, o esforço a partir de agora concentrara-se no cotejamento das informações alcançadas nessas duas obras com dinâmica da sociedade mineira setecentista apreendida a partir da leitura de 150 inventários *post mortem* e testamentos, localizados nos Arquivo da Casa Borba Gato em Sabará e da Casa Setecentista de Mariana, nos quais foram possíveis localizar unidades produtivas que possuíam alambiques.

A maior parte dos documentos pesquisados é semelhante aos inventários de João de Queiroz, o moço. Em seu inventário foram arroladas 24 arrobas de açúcar nas formas “ainda por purgar”, 25 arrobas prontas e 25 barris de aguardente “com pouca diferença” ainda no tanque.²⁰⁰ Dito de outra forma, documentos como esse, que descrevem a presença dos produtos beneficiados, principalmente açúcar e aguardente, colaboram essencialmente com informações pontuais, relativas ao momento de suas feitura. Entretanto, alguns poucos inventários localizados com acertos de tutelas propiciaram uma visão um pouco mais distendida sobre a produção desse gênero.

¹⁹⁸ GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar oferecida a S. Alteza real*, p.71-72.

¹⁹⁹ GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar oferecida a S. Alteza real*, p.79.

²⁰⁰ Casa Borba Gato (CBG). Cartório do Segundo Ofício (CSO) –Inventário (I) (28) 235. Inventário de João de Queiroz Seixas, 1766. Doravante: CBG. CSO-I

Entre a documentação remanescente do inventário dos bens do Capitão Manuel Alves Pinheiro, morador na sua fazenda chamada da Penha na freguesia de Santa Luzia, falecido sete de Março de 1795, foram localizados contas de despesas dos anos de 1796, 1797 e 1798. Em todo esse período, de acordo com o tutor, foram vendidas 507 arrobas de açúcar correspondendo a um rendimento de mais de 650 réis, enquanto a venda de aguardente atendeu a 79 barris de aguardente, cerca de 40 réis.²⁰¹

A mesma proporção de rendimentos açúcar/aguardente, foi observada no acerto de tutela para oito anos consecutivos, de 1785 até 1792, encontrado junto ao inventário de Antônio Teixeira Cardoso, homem branco solteiro, morador na fazenda das Minhocas, também na freguesia de Santa Luzia.²⁰²

Porém, apesar da discrepância entre os rendimentos, nos quais a fabricação de aguardentes representou cerca de 20% do obtido com o açúcar, os investimentos relativos a benfeitorias na fazenda indicam que a produção de bebida, certamente, se constituía em uma atividade lucrativa. Durante esse período, o tutor realizou várias despesas com relação ao engenho, entre eles, relacionados diretamente com a aguardente, ele listou um coche para garapa doce, outro “dito de azedar com três repartimentos”, “um dito para restilo de água fraca” e uma fornalha para o alambique.

Outras dimensões a respeito da lucratividade e a questão das qualidades das aguardentes da terra puderam ser melhor apreendidas no inventário do alferes Antônio de Castro Veloso. Morador na freguesia de Furquim termo da Leal Cidade de Mariana, ele foi proprietário de várias terras de minerar, de mais de duzentos escravos, várias crias e de duas fazendas de cultura na região. Entre os gêneros beneficiados da cana-de-açúcar existentes na Fazenda Paciência, foram relacionados: 100 barris de aguardente da fraca avaliados em 30\$000, 05 barris de aguardente da forte a 3\$000 além de 116 arrobas de açúcar a 139\$200. Outros 50 barris de aguardente fraca avaliados a 15\$000 e “10 dos ditos de cabeça” à 6\$000 na Fazenda Santo Antônio da Boa Vista na freguesia da Barra.²⁰³

Considerações finais

²⁰¹ CBG. CSO-I (71) 550. Inventário de Manuel Alves Pinheiro, 1795.

²⁰² CBG. CSO-I (59) 441. Inventário de Antônio Teixeira Cardoso, 1792.

²⁰³ Casa Setecentista de Mariana (CSM). Cartório do Primeiro Ofício (CPO). Caixa 104, auto 2165. Antônio de Castro Veloso, 1793.

Somente essa tipologia documental não nos fornece subsídios para que possamos ter conhecimento do tipo de metodologia utilizados pelos os produtores de aguardente, se era o do frei ou o do químico. Contudo, a adoção dessa perspectiva possibilitou a visualização de alguns aspectos interessantes relativos ao processo de fabricação das aguardentes da região.

O mais importante deles diz respeito ao lugar creditado às aguardentes dentro das unidades produtivas. Apesar de serem produtos de alta rentabilidade, principalmente por poderem ser obtidas a partir do aproveitamento do subproduto da fabricação de açúcar e da rapadura, elas acabaram por exercer uma função complementar na economias das unidades em que estiveram presentes.

Novas fontes para a história de Minas Gerais: o acervo do Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal

Régis Clemente Quintão

Mestrando/UFMG

regis.quintao@gmail.com

RESUMO: A proposta desta comunicação é apresentar os resultados do projeto intitulado “Minas Gerais no acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal”, que se caracteriza por sistematizar, dar a conhecer e por explorar fontes praticamente inéditas relativas às Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Erário Régio; Minas Gerais; Fiscalidade; Acervos documentais; Arquivística.

Ainda que o ofício do historiador seja relativamente solitário, ele depende de outros, tais como de arquivistas e de paleógrafos. Na sua famosa apologia à História, Marc Bloch escreveu que “Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda sorte.”²⁰⁴ Essa comunicação versa exatamente sobre os momentos que antecedem a disponibilização de catálogos de arquivos ou de bibliotecas, ou seja, a sistematização que inclui seleção, leitura e transcrição paleográficas, bem como o desenvolvimento de resumos e índices.

A busca incessante por documentos históricos, sobretudo quando não estão devidamente organizados, pode ser uma experiência inigualável para o historiador, negativa ou positivamente. Nos arquivos, apesar da busca pressupor uma direção, em função do

²⁰⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 82.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

recorte do objeto de pesquisa, há sempre a possibilidade de encontrar aquele documento que há muito se procurava, ou aquele capaz de nos transportar para outra época e espaço, nos quais deixamo-nos levar e passamos a fazer parte. Em suma, alguns diriam que “os personagens parecem ganhar corpo [...]”.²⁰⁵

Sem dúvida, a busca nos arquivos pode ser cheia de sucessos, mas o pesquisador bem sabe que a existência de catálogos com resumos e índices torna menos árdua a sua jornada. Esta foi a nossa pretensão com o projeto “Minas Gérias no acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal”²⁰⁶, que, na sua essência, se caracteriza por sistematizar, dar a conhecer e por explorar fontes documentais praticamente inéditas, como anunciado no título.

Hoje, os historiadores bem sabem da importância dos arquivos portugueses. É, portanto, uma obviedade dizer-se que sem identificação e a consulta aos conjuntos documentais depositados em arquivos de Portugal torna-se impossível a compreensão do período colonial da História do Brasil. Nesse sentido, parte do acervo em pauta se refere ao fundo documental do Erário Régio, organismo criado e presidido pelo marquês de Pombal em 1761, no reinado de D. José I, com vistas à centralização do sistema financeiro do Império Português. Por isso, na documentação, a fiscalidade é temática central.

Assim, o objetivo fundamental do projeto é o de democratizar o acesso dos pesquisadores da História do Brasil a um acervo que é praticamente por eles desconhecido. Trata-se de documentação relativa à administração dos contratos por meio dos quais a Coroa arrecadava os tributos e os impostos da Colônia. Além disso, a documentação abrange o acervo da Demarcação Diamantina, sobretudo da Real Extração dos Diamantes, tanto no que se refere às administrações instaladas no Arraial do Tijuco e no Rio de Janeiro, como dos órgãos de gestão superior sediados em Lisboa.

Quanto às etapas do projeto, este se iniciou com a reprodução microfilmica e digitalizada do referido acervo, que é composto por 21 códices, com datas-limite de 1761 a 1822. Em seguida, realizou-se a leitura paleográfica do conjunto dos documentos. A etapa

²⁰⁵ BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: *Fontes históricas*. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). 2ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.

²⁰⁶ O projeto foi desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, entre os anos de 2012 e 2014. Coordenado por Caio César Boschi e realizado por Régis Clemente Quintão. O trabalho teve financiamento da Universidade, por intermédio da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação (FIP 2012/7694-S2I2013/8338-S2).

posterior foi a elaboração de quadros-resumo dos registros textuais. Complementa o trabalho o estabelecimento de índices toponímico, onomástico e ideográfico dos registros, isto é, cerca de 5.000 verbetes sumários.

Em sua grande maioria, as fontes dizem respeito à Capitania de Minas Gerais. No entanto, os pesquisadores poderão encontrar referências ao “Reino de Angola”, às “Ilhas de São Tomé e Príncipe”, a Goa, ao Rio de Janeiro e a São Paulo, entre tantas outras. Como são 21 códices e exatamente 4.964 verbetes sumários, seria impossível dizer, nesta comunicação, em função da limitação de tempo, do que trata cada um dos registros. Por isso, fez-se a opção por apresentar, de modo generalizante, o conteúdo de alguns códices.

Os dois primeiros códices, denominados “Representações da Capitania de Minas Gerais”, datados entre 06 de julho de 1784 e 16 de maio de 1807, são compostos de 250 representações, contas de autoridades e órgãos administrativos das capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Entre esses órgãos, estão a Junta da Real Fazenda, a Contadoria Geral e o próprio Governo de Minas Gerais. Neles são tratados assuntos diversos, tais como questões relativas aos contratatos das entradas e dos dízimos; requerimentos de ordenados, soldos, cômputos e ajuda de custo; e abastecimento das casas de fundição etc.

Há, também, e vale à pena transcrever um trecho, uma instigante representação, de 30 de abril de 1788, que versa sobre o estado econômico da capitania, que assim inicia-se:

[...] Em diverssas ocazioens tem sido prezente a V. EX.^a a decadencia, em que se acha a Capitania de Minas Geraes, e a diminuição anualmente se experimenta no Rendimento do Quinto do Ouro tudo pela falta de novos descobrimentos, e por fazerem muito pouca utilidade as Minas, em que atualmente se trabalha: e como fará conveniente facilitaremse os meyoys de florescer aquella Capitania pela mineração de novas Terras que prometem conveniencia, e livrar os seus habitantes da opressão de muitas emportantes dividas [...]. (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL²⁰⁷, 1788).²⁰⁸

Essa representação é, no mínimo, interessante, já que, atualmente, os historiadores não concordam com a visão de “decadência” das Minas Gerais. Nesse sentido, são exemplares as comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes, estudadas por Carla Almeida

²⁰⁷ Doravante referido na forma abreviada – ATCP.

²⁰⁸ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) de registro das representações [de autoridades e órgãos administrativos] da Capitania de Minas Gerais. Livro 4066, p. 76, 30-4-1788.

(2010)²⁰⁹, que, a partir de 1780, prosperaram em função da diversificação econômica, chegando, mais tarde, a produzir com vistas à exportação para o Rio de Janeiro, contrariando o que expõe o documento acima. Assim, apesar de ser possível inferir que houve retração na atividade aurífera, isso não quer dizer que toda a capitania tenha mergulhado numa profunda crise econômica, e que tal situação se aplicasse a toda capitania.

Daí, o cuidado que se deve ter na leitura das fontes e, por conseguinte, na produção do conhecimento histórico, de modo a “[...] evitar juízos apressados e extrapolações por inadequação de evidência, ou insuficiência de dados.”²¹⁰ É preciso observar além do que o documento diz, haja vista que, como um produto, é carregado de intencionalidades, objetivos e fins.

Voltando à documentação, o códice intitulado “Informações da Capitania de Minas Gerais”, com datação de 05 de outubro de 1794 até 08 de fevereiro de 1806, é constituído de 373 requerimentos diversos, tanto de autoridades e órgãos administrativos quanto de pessoas físicas como padres e funcionários subalternos.

Como exemplo, escolheu-se o requerimento, de 08 de março de 1786, do padre Manuel José Barbosa de Faria, vigário encomendado na freguesia de Santo Antônio do Rio das Velhas, bispado de Mariana, que reclamava o não recebimento da sua cômputa de 200\$ réis, no que foi atendido, pois foi considerado “digno da Graça q. implora” (ATCP, 1786).

211

Já o “Livro de provisões e cartas [do Erário Régio] expedidas a [autoridades e instituições da] Capitania de Minas Gerais”, com datas entre 12 de julho de 1766 e 11 de agosto de 1773, é composto de provisões e cartas remetidas pelo Erário Régio, em Portugal, às Intendências e à Junta da Real Fazenda de Minas Gerais.

Esse livro aborda assuntos diversos, entre eles o abastecimento das casas de fundição, remessas de ouro e diamantes, arrematação de contratos e cobranças de dívidas.

²⁰⁹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, 263p.

²¹⁰ LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979, p. 165.

²¹¹ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (3º) de informações da Capitania de Minas Gerais expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro. Livro 4068, p. 9, 08-3-1786.

Como a carta, de 03 de julho de 1770, dirigida pelo conde inspetor geral do Erário Régio ao conde de Valadares, para que sejam cobradas as dívidas ativas do famigerado Felisberto Caldeira Brant, que foi contratador dos diamantes.²¹² (ATCP, 1770).²¹³

De estimável importância são os três borradores da “Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil por conta da Fazenda Real”, que datam de 11 de junho de 1772 até 14 de agosto de 1805. Juntos, somam 1.005 operações comerciais como saques de letra, pagamento de ordenados, aluguel de escravos e despesas com exportações e importações. Nesta última, destacam-se as carregações de materiais e gêneros expedidos de Portugal ao Rio de Janeiro e, posteriormente, ao Arraial do Tijuco, para provimento da Real Extração dos Diamantes.

Além disso, há também inúmeros registros que tratam da venda de diamantes, como a que foi feita pelos diretores gerais da Real Extração dos Diamantes, em 12 de fevereiro de 1787, a Daniel Gildemeester, de 4.000 quilates de diamantes, a 6\$600 réis o quilate, totalizando 26.400\$000 réis. (ATCP, 1787).²¹⁴

O códice seguinte é o “Livro de registro de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro, respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes”, datado de 15 de janeiro de 1772 até 15 de maio de 1789. É composto por 58 contas e faturas, tanto de Portugal como do Rio de Janeiro. Nesses documentos ficam explícitas todas as mercadorias compradas para o abastecimento da Real Extração dos Diamantes, no Arraial do Tijuco, bem como deixam claro os intermediários dessas operações de importação de gêneros.

Uma conta do Rio de Janeiro, de 12 de janeiro de 1775, refere-se aos gastos que se fizeram com “2 pacotes de 6@s de barbante, e 8 Massos de Linha de Oeyras; e com 34 Barriz com 150 Milheiros de cravo de ferrar”, que foram remetidos da cidade do Porto, por

²¹² FURTADO, Júnia Ferreira. O Labirinto da Fortuna: ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. In: *História: Fronteiras*. São Paulo: XX Simpósio Nacional da ANPUH, 1999, p. 309-320.

²¹³ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) de provisões e cartas [do Erário Régio] expedidas a [autoridades e instituições da Capitania de Minas Gerais]. Livro 4072, p. 86, 3-7-1770.

²¹⁴ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 83, 12-2-1787.

José Bento, em ordem dos diretores gerais da Real Extração dos Diamantes, para encaminhamento à Administração, no Arraial do Tijuco. (ATCP, 1775).²¹⁵

Por fim, os três últimos códices aqui apontados, são os denominados “Registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes [em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia]”, datam de 01 de agosto de 1771 até 21 de novembro de 1805. Estes contêm 794 ordens régias e cartas expedidas aos administradores, intendentos e desembargadores da Real Extração dos Diamantes, no Arraial do Tijuco, e aos comissários da referida Real Extração, no Rio de Janeiro. No que se refere ao conteúdo dessas cartas e ordens, trata-se de remessas de gêneros pedidas pelos administradores do Tijuco e seu atendimento por parte da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa. No entanto, também abordam questões diversas relativas à Administração e à extração diamantífera.

Para finalizar, sucede um fragmento de uma carta que aponta para uma possível “carestia” nas Minas Setecentistas. Na documentação, muitas vezes, tais carestias estão relacionadas às secas. Seja como for, a carta dirigida de Lisboa aos administradores gerais da Real Extração dos Diamantes, no Arraial do Tijuco, em 10 de dezembro de 1777, diz o seguinte:

“[...] Taobem ficamos sabendo que não obstante a grande carestia de mantimentos no ditto anno passado, não tiverão VM.ces falta delles, para a Escravatura do que valerão no anno antecedente, cujo excesso estimaremos que se tenha recuperado neste anno, pela barateza que se esperava os mesmos mantimentos. [...]”(ATCP, 1777).²¹⁶

Como se pode notar, a carta dá margem para se pensar que a referida carestia não foi extremamente aguda, haja vista a estima em que se esperava a solução para o problema enfrentando no ano anterior, 1776. Assim como o primeiro documento, apresentado no início desta comunicação, que versa sobre a “decadência” da capitania, este incita a necessidade de mais pesquisas relacionadas ao tema, a fim de esclarecer melhor a

²¹⁵ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro de registro de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes. Livro 4087, p. 21, 12-1-1775.

²¹⁶ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes [em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia]. Livro 4088, p. 221, 10-12-1777.

complexidade da economia de Minas Gerais, no século XVIII. Para tal, espera-se que as fontes históricas ora apresentadas sejam úteis.

Como mencionado, o projeto também contou com o estabelecimento de índices ideográfico, onomástico e toponímico. No primeiro, o pesquisador interessado poderá encontrar registros sobre “assistência”, “balanços contábeis”, “Bilhetes da Real Extração”, “Boticas”, “Casas de Fundação”, “Côngruas”, “Contrato de entradas”, “Diamantes”, “Erário Régio”, “Saque de letras”, “Ofícios e cargos”, “Ordenados”, “Receitas e despesas” “Sequestro de bens” etc.

Já no índice onomástico, a frequência com que alguns nomes aparecem nos códices chama a atenção. Abraham Benjamin Cohen aparece mais de 100 vezes, enquanto Caetano José de Sousa, que foi caixa e administrador da Real Extração, aparece 97 vezes. Outro nome frequente é o do comprador de diamantes Daniel Gildemeester, que aparece cerca de 200 vezes. Domingos Rebelo Pereira tem o nome envolvido em pelo menos 170 documentos. Francisco de Araújo Pereira, comissário da Real Extração, aparece em quase 460 registros. Por sua vez, João Teixeira de Barros foi citado 135 vezes.

No índice toponímico poderão ser encontrados desde cidades e comarcas até rios e córregos. Continuando a lógica de frequência dos registros, podemos citar, entre tantos outros lugares, Lisboa, Mariana, Comarca do Rio das Mortes, Rio de Janeiro, Sabará, Vila Rica, Serro do Frio, Distrito Diamantino. Sem dúvida, o grande destaque é o Arraial do Tijuco, que aparece mais de mil vezes ao longo da documentação. Também são frequentes referências às igrejas da Capitania de Minas Gerais, entre as quais se destacam a Igreja de Santo Antônio da Casa Branca e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Vila Real do Sabará.

São inúmeras as possibilidades de pesquisas que podem ser empreendidas a partir do acervo do Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal. Os apontamentos aqui feitos sobre o conteúdo dos códices do projeto e de algumas possibilidades de pesquisa são apenas uma modesta amostra do que os pesquisadores interessados poderão encontrar na documentação. Há muita viabilidade de pesquisa para outras centenas de temas. Acreditamos que, por meio dos índices onomástico, toponímico e ideográfico, bem como dos verbetes sumários, ou seja, resumo do conteúdo de cada registro, o acesso a esses documentos será mais cômodo e produtivo.

Teologia da Libertação a luz do Segmento de Jesus: A solidariedade relacionada aos espaços de experiências e horizontes de expectativas

Raquel Marques Soares

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

rms.raquel.marques@gmail.com

RESUMO: Após a Revolução Cubana, surgiu na América Latina, uma nova geração que acreditava e tentava fazer uma revolução socialista em seus respectivos países. Esse sentimento, ficou ainda mais forte, após a série de golpes militares, que ocorreram em todo continente. A opção pelo apoio a movimentos revolucionários de esquerda, surpreendentemente, foi adotada por setores internos da Igreja Católica, culminando no nascimento da chamada Teologia da Libertação. Teólogos e adeptos, tentam justificar essa postura, fazendo resgates bíblicos, sobretudo presentes no Segmento de Jesus. O presente artigo, visa abordar como a solidariedade para com o oprimido, se torna um dos discursos centrais, para a legitimação da presença constante de cristãos, sobretudo parte do clero, dentro de determinados grupos revolucionários. Através dos estudos de Koselleck, entenderemos como é natural o resgate de certas práticas e experiências passadas, visando resultados distintos das expectativas anteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Teologia da Libertação, América Latina, Cristianismo

Se nos perguntarmos, como e por que um grupo religioso incorpora o marxismo a algumas de suas práticas, precisaremos olhar para o passado. Nele encontraremos dentro do evangelho de Lucas, Marcos e Mateus, que são comuns aos cristãos, brechas e ganchos que possibilitaram essa junção de práticas. Pensando em uma linha do tempo, temos o segmento de Jesus de um lado e a Teologia da Libertação de outro, com uma enorme distância entre eles. O primeiro, teve sua primeira fase com início e fim na década de 30 d.C., esteve praticamente restrito a região da Galiléia, sobretudo à margem norte do Lago Genesaré. Já o segundo, teve suas origens na América Latina, foi gerado e teve o seu

apogeu durante as décadas de 1960 e 1970. Como então é possível assimilar dois movimentos situados geograficamente e em contextos tão distintos?

Consideramos os riscos de anacronismo ao relacionar dois movimentos, que aconteceram com quase dois milênios de distância entre eles. Entretanto não podemos deixar de notar os resgates que foram feitos, não só para justificar a postura revolucionária de alguns membros da Igreja Católica, mas também, para tecer críticas a negligência, que há muito vinha sendo feita na sociedade latino-americana, por grande parte da liderança cristã. É nesse vasculhar o passado que somos confrontados: “primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número, chegaram até nós.” (Koselleck. 2006) utilizando então, da experiência e da expectativa, dentro da história podemos, tomando os devidos cuidados, relacionar tempos e espaços distintos, sendo então experiência e expectativa.

[...] duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.²¹⁷

Caracterizando primeiro a experiência, podemos dizer que ela é fruto de um passado atual, onde o que se passou pode e é, incorporado e lembrado pelos indivíduos, assim acaba sendo transmitida de geração em geração ao longo dos tempos. Logo, são as experiências dos outros, que acabam por constituir a história. Já a expectativa, é voltada para aquilo que ainda não aconteceu, podendo ser concebida de maneira individual e interpessoal. O passar do tempo, pode fazer com que os indivíduos repitam e até mesmo tentem copiar experiências passadas. A provável repetição das experiências não delimita o campo de expectativa, a mudança temporal faz com que esses mesmos indivíduos realoquem condições, aumentem as experiências e almejem resultados para muito além daquelas expectativas surgidas com experiências passadas. Considerando então que essas mudanças de foco, foram feitas pelos teólogos da libertação, ao longo do artigo demonstraremos como experiências foram modificadas e esse horizonte de expectativa foi ampliado.

²¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 2006. pg.308

Fazendo um apanhado geral da década de 60, após o triunfo da Revolução Cubana, pareceu haver um maior número de questões voltadas para a busca da igualdade social e melhoria de vida das populações mais carentes. Dentro da Igreja Católica, não foi diferente, o Papa João XXIII havia publicado as Encíclicas Sociais: *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, nos anos de 1961 e 1963 respectivamente. Entre as duas, houve o Concílio do Vaticano II, que também se mostrou preocupado com o bem-estar social. Em contrapartida, o medo das revoluções de esquerda, fizeram com que setores militares e civis apoiassem golpes de regimes de direita, por toda a América Latina. Os documentos escritos anteriormente a esses golpes, acabaram por serem utilizados para fazerem oposição ao desenvolvimentismo econômico e social proposto pelos governos. A Conferência de Medellín, ocorrida na Colômbia em 1968, acabou por se tornar um marco efervescente para esse novo engajamento social, por parte de alguns setores clericais da Igreja. Após essa conferência, o peruano Gustavo Gutiérrez, reuniu em seu livro *Teologia da Libertação*, perspectivas teológicas que voltam o seu olhar para a questão da pobreza e para aqueles que eram vítimas não só da miséria, mas também de todo um sistema social injusto e opressor histórico.

Em um primeiro momento Gustavo Gutiérrez, coloca que não se deve separar da teologia seu caráter espiritual e racional, assim através dela devemos buscar a reflexão e a ação dentro de diversos contextos históricos. Busca então através do apóstolo Paulo, tentar convencer, que desde os primórdios, a vida cristã girou em torno de se fazer o bem para os demais, dizendo que: “[...] a fé opera pela caridade: o amor é o sustentáculo e a plenitude da fé, da entrega ao Outro e, inseparavelmente, aos outros. É este o fundamento das práxis do cristão, de sua presença ativa na história.” (1971) Ainda dentro das reflexões críticas, Gutiérrez retoma o Concílio do Vaticano II reafirmando o papel da Igreja, como uma comunidade de serviço e não de poder. Cujo dever não é centrar-se em si mesma, mas abraçar os homens em suas angústias e alegrias. Todo esse novo jeito de se fazer teologia, teve grandes influências do pensamento marxista com sua práxis utópica, desejosa de mudar a ordem vigente no mundo e criar um novo homem. Aqui a práxis ganha grande importância, pois é através da ação concreta que se poderá criar uma nova sociedade, um novo homem e atingir o reino celeste. Essa nova teologia, também precisa ser crítica para fazer análises da sociedade e da Igreja, afim de se unir a práxis histórica, ela é uma reflexão e atitude crítica. É uma teologia que precisa ser atual e que não deve apenas

[...]pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado: abrindo-se – no protesto ante a dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria dos homens, no amor que liberta, na construção de nova sociedade, justa e fraterna – ao dom do reino de Deus.²¹⁸

É importante ressaltar que o próprio Gutiérrez constrói, a imagem da Teologia da Libertação, como resgate desse cristianismo primitivo oriundo do Movimento de Jesus. Ao refletir sobre esse novo papel que a Igreja pode vim a desempenhar “Poder-se-ia falar de uma volta às posições da Igreja dos primeiros séculos. [...] O que se exprimiu espontânea e intuitivamente nos primeiros séculos deve manifestar-se agora de modo mais reflexo e crítico. ” (Gutiérrez, 1971) poderíamos fazer muitas críticas sobre suas citações aos primeiros séculos e até mesmo ao apóstolo Paulo, entretanto isso levaria reflexões mais intensas do que a pretendida aqui. Não nos afastaremos do Segmento do Jesus histórico e o sucedido após o seu desmembramento, esse artigo se limitará a abordar somente do acontecido até a década de 30 d.C. Dessa perspectiva geral, me atrelarei ao espaço de experiência, presente no sentimento de amor ao próximo, diretamente entrelaçado com a solidariedade.

O amor e solidariedade para com os pobres, é bastante ressaltado no segmento de Jesus, em questões como o auxílio daqueles que não possuem meios para se manterem, como é o caso das viúvas e órfãos. E também o ato de não pressionar os devedores, além do perdão das dívidas (Mt. 18.24-35) Nesse novo espaço de experiência latino, Gutiérrez faz lembrar:

[...]oprimir o pobre é atentar contra o próprio Deus; conhecer a Deus é praticar a justiça entre os homens. Encontramos a Deus no encontro com os homens: o que se faz aos outros faz-se ao Senhor. [...] a existência da pobreza reflete uma ruptura de solidariedade entre os homens e de comunhão com Deus.²¹⁹

Para pôr fim as injustiças e opressões, salienta-se então a necessidade de solidarizar-se com aqueles que carecem. Dessa forma, muda-se o horizonte de expectativa, visando não mais suprir a necessidade desses de maneira momentânea, praticada em forma de atos de caridade. A prática da caridade torna-se uma espécie de engrandecimento, servindo que os antigos faziam, essa ação serve apenas para mostrar o status superior que o seu autor se

²¹⁸ GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação: Perspectivas. 1971. pg.27

²¹⁹ GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação: Perspectivas. 1971. pg.241

encontra em comparação aquele ajudado. Para se atingir então essas expectativas e abolir a caridade, é considerado de extrema importância, extinguir as alienações que mantêm o povo latino americano em situação miserável.

Como diz P. Ricoeur, ninguém está realmente com os pobres senão lutando contra a pobreza. Graças a esta solidariedade – feita gesto preciso, estilo de vida, ruptura com sua classe social de origem – poder-se-á também contribuir para que os pobres e desposados tomem consciência de sua situação de exploração e busquem liberta-se dela.²²⁰

Através da ótica marxista, Gutiérrez reforça o quanto a luta de classes presente nesse contexto, vai contra o amor pregado dentro do cristianismo, podendo trazer problemas dentro da própria unidade da Igreja. Afirma também que, negar a sociedade de classes e a luta existente entre elas, é torna-se cúmplice dos setores dominantes. Sendo assim, enxerga a necessidade de não ser imparcial, nem se deixar esquecer da triste situação que as classes menos abastadas estavam vivendo.

Devemos apurar a consciência do dever de solidariedade com os pobres, à qual a caridade nos impele. Esta solidariedade significa fazer nossos seus problemas e suas lutas, saber falar por eles. Isto se concretizará na denúncia da injustiça e da opressão, na luta cristã contra a intolerável situação em que o pobre vive com frequência, na disposição ao diálogo com os grupos responsáveis por esta situação para leva-los a compreender suas obrigações.²²¹

A Teologia da Libertação, assinala a impossibilidade de ser neutro dentro da luta de classes pois a imparcialidade, leva a conveniência e assim quem se diz neutro é na verdade um aliado do capitalismo. Consideram categoricamente que a não negação da luta de classes não é pregar um ódio aos ricos, o apoio aos pobres é a única maneira de haver mudanças e a destruição do sistema capitalista. “Não se trata de não ter inimigos, e sim de não os excluí-los de nosso amor.” (Gutiérrez, 1971) assim a revolução também salvaria os abastados pois o “Amor universal é aquele que em solidariedade com os oprimidos intenta libertar também os opressores de seu próprio poder, de sua ambição e egoísmo.” (Id.) A solidariedade é posta aqui como um ato de amor a todos, a preferência pelos pobres e o combate a alienação dos mesmos, é um gesto de amor que seria mais eficaz que as meras esmolas. Essa preferência é ainda para dar ao pobre esse lugar privilegiado que ele ocupa na mensagem bíblica. Combater a opressão e o opressor é considerado um sentimento de

²²⁰ Id. pg. 247

²²¹ GUTIÉRREZ, Gustavo. Pobres e libertação em Puebla. 1980. pg.13

amor também para com o opressor, pois esse opressor deixaria de possuir sentimentos e atitudes ruins, criticadas por Jesus, e que, segundo os religiosos, impedem sua redenção. Gutiérrez visa uma libertação de várias classes ocorrendo simultaneamente por meio de um amor universal e solidário. Soa de maneira surreal, mas esse novo horizonte de expectativas, parece demonstrar que os ricos não deixarão de ser exploradores e conseqüentemente salvos através de sua própria vontade e esforço. A experiência nesse novo espaço busca tanto a transformação dos oprimidos em agentes libertadores, que praticamente transforma os seus opressores em agentes passivos dentro do seu contexto histórico.

Apoiar as causas sociais, tem então a ver, com abdicação de certo poder político que a Igreja carrega. A empatia para com o pobre é tentar mostrar para os cristãos em posição privilegiada, o lado da pobreza que Jesus também viveu. Aproximar-se com o pobre e dar preferência para ele a partir da documentação de Puebla, passa a ter como simbolismo, uma tentativa de aproximação a figura de Jesus pobre. (Gutiérrez.1980) Não ignoramos que a solidariedade e amor presentes no movimento de Jesus, foram projetados em um espaço e num horizonte de expectativas apolítico (Stegmann.2004). Entretanto o próprio Gutiérrez afirma que a morte de Jesus foi levada pelos seus posicionamentos, suas críticas à religião feita de regras e observações moralmente exteriores que o colocava diretamente contra os fariseus. Gutiérrez, ainda afirma

Jesus retomará a grande tradição profética e reclamará a autenticidade do culto na base de disposições pessoais profundas, da criação de verdadeira fraternidade entre os homens e de compromissos reais em favor dos outros, especialmente dos mais necessitados. Jesus ajuntava, com efeito, a essa crítica uma frontal oposição aos ricos e poderosos e uma radical opção pelos pobres.²²²

A solidariedade, para os teólogos da libertação, passa a ser um misto de empatia, forma de denúncia, luta e abertura para a esperança de libertação. Todas elas inspiradas e justificadas na vida e na figura de Jesus. Por mais que pareçam movimentos distantes, a Teologia da Libertação sempre alega, se projetar no Movimento de Jesus. A opção feita em auxílio e solidariedade aos pobres e o repúdio as classes exploradoras, podem ser encontrados e são altamente justificadas, através dos evangelhos.

²²² GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação: Perspectivas. 1971. Pg 194-195

Um passeio pelo *Itinerário Geographico* De Francisco Tavares de Brito

Márcio Mota Pereira²²³

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
drmmota@yahoo.com.br

RESUMO: Ao longo do século XVIII, a corrida pelo ouro no além-mar português foi responsável por mudar de forma significativa a atenção desta Nação para com seus territórios. A demografia lusa também sofreu significativas alterações com muitos de seus patrícios deixando a Metrópole em direção à América portuguesa. A transmissão sobre as boas novas do ouro, quase sempre realizada através de correspondências ou por conversas informais, ganhou a companhia de obras impressas que procuravam mostrar a seus leitores as prósperas maravilhas que poderiam ser encontradas naqueles sertões. Uma destas publicações, o *Itinerário Geographico*, supostamente escrita por Francisco Tavares de Brito e classificado por Taunay como o primeiro “guia turístico” do Brasil cooperou de grosso modo para com a ocupação das Minas Gerais. É nossa intenção nessa proposta percorrer as páginas deste impresso refazendo o caminho que teria sido feito um dia por Brito verificando, ainda, as singularidades e o destino dos pousos e caminhos que apontou.

PALAVRAS-CHAVE: *Itinerário Geographico*; Francisco Tavares de Brito; Caminho Novo; Estrada Real.

Nos últimos anos do século seiscentista um rastilho de pólvora correu a América portuguesa. As boas novas refletiam a cor dourada e a grande especulação dizia respeito ao ouro descoberto pelos paulistas nos sertões do norte da Capitania de São Paulo. As notícias singraram o Atlântico tão ou mais rápido que os brigues e as caravelas lusas espalhando na Ibéria e no resto da Europa a notícia de que o Eldorado havia, enfim, sido encontrado.

As notícias eram várias e assumiam o tom e a perspectiva de seus locutores. Uns diziam que o ouro era recolhido com pás nas margens dos rios ou mesmo debulhado das raízes das plantas. A mística daquela região que seria a mais povoada da América ao longo do século XVIII apenas aumentaria o imaginário construído em torno da Serra conhecida pelo topônimo indígena de *Sabarabuçu* onde, segundo o Governador da Capitania do Rio de

²²³ A pesquisa que resultou neste texto conta com financiamento do CNPq.

Janeiro, Antônio Paes de Sande, haveria um “tesouro, que a natureza e a fortuna depositou com mais próprio direito para os que primeiro povoaram as terras donde se escondem”.²²⁴

As histórias transmitidas no boca a boca ou através das cartas que incitavam os metropolitanos a se aventurar nos sertões da América portuguesa tiveram resultados surpreendentes. Estabeleceu-se uma verdadeira “corrida do ouro” ao longo do século XVIII não apenas nas minas do *Sabarabuçu* e nas proximidades do ribeirão do Carmo, mas em todos os locais em que se julgava ter a mesma prosperidade de riquezas como os sertões do ouro de Goiás e do Mato Grosso e os sertões diamantinos, a meio caminho da Bahia.

A ocupação e dispersão populacional nas minas do ouro ao longo das primeiras décadas do século setecentista é assunto que há muito vem sendo tratado e que está consolidado em clássicas leituras como aquelas desenvolvidas por Boxer (1969), Furtado (1999 e 2006) e Holanda (1994). Não é nossa intenção através desta apresentação revisitar por completo tal tópico da história colonial ainda que aportes contextuais possam ser verificados, mas sim adentrar uma perspectiva historiográfica que cada vez mais vêm sendo abordada nos últimos anos e que trata, em particular, das estradas e caminhos como importantes facetas do desenvolvimento social e econômico dos sertões da América portuguesa. Segundo Antonil, a cada ano desembarcavam enormes

quantidades de portugueses e de estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos e muitos índios, de que paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa..²²⁵

Verifica-se, no âmbito cartográfico, uma produção bastante restrita desta qualidade de documento acerca dos caminhos para as minas do ouro. Segundo Costa, tal quadro pode ser justificado pela “necessidade de se manter as descobertas em segredo” de modo que os conhecimentos cartográficos e geográficos passaram a ser “transmitidos, na maior

²²⁴ *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 197-200, 1917. p. 200, *apud* DELVAUX, Marcelo Motta. Corografia imaginária do sertão. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 46, vol. 2, jul.-dez., 2010, p. 76-77.

²²⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 163-181.

parte das vezes, oralmente”.²²⁶ Obviamente não era possível impedir que portugueses que retornavam da América confabulassem com seus patrícios as boas novas da colônia americana ainda que fosse plausível, à medida do possível, controlar o fluxo de informações em vias impressas. E foi assim que cartografias mentais, na forma de relatos, como aquele escrito pelo padre jesuíta toscano Giovanni Antonio (1649-1716) sob o pseudônimo de André João Antonil passaram a ser encarados como prejudiciais aos interesses portugueses. Sua obra, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, escrita durante os anos que viveu em Salvador e publicada em Lisboa no ano de 1711 tendo sido confiscada sendo proibida ainda a sua reimpressão e mesmo sua circulação. *Cultura e Opulência* conteria, segundo os censores, informações que uma vez extrapoladas as fronteiras lusas poderiam incitar a pretensão de outras Nações para com aquela colônia.

Outra obra, menos conhecida que aquela de Antonil e mesmo assim igualmente proibida foi o *Itinerário Geográfico*, supostamente impresso em Sevilha no ano de 1732 e assinado por um dito Francisco Tavares de Brito.²²⁷ Acerca deste autor, Sacramento Blake traçou algumas poucas linhas ainda que não demonstrasse confiança nas informações que possuía: “Natural, segundo me consta, do Rio de Janeiro, e nascido pelo ano de 1700”, tendo sido escritor de um “opúsculo raríssimo”, o qual é nosso mote principal.

Várias são as versões do *Itinerário* sendo a mais célebre aquela impressa em 1732 da qual supostamente derivariam todas as outras, manuscritas, mas com conteúdos semelhantes, o que poderia ser explicado pela dificuldade da aquisição de impressos à época.²²⁸ O geógrafo americano Orville Derby, por sua vez, não acreditava ser Brito o autor

²²⁶ COSTA, Antônio Gilberto. As minas de ouro da América portuguesa e a cartografia dos sertões nos séculos XVII e XVIII. In: *Anais do Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*. Cd-Rom. Ouro Preto, 2009, p. 5.

²²⁷ BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerário Geográfico com a verdadeira descrição dos Caminhos, Estradas, Rossas, Cúios, Povoações, Lugares, Villas, Rios, Montes, e Serras, que há da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. Sevilha: Na Officina de Antonio da Sylva, 1732. Disponível em versão digitalizada no endereço eletrônico da Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt/150>. Acesso em 28 de janeiro de 2015.

²²⁸ O *Itinerário Geográfico* também foi publicado em sua íntegra a partir da versão sevilhana na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 230, 1956. p. 428-441 e, mais recentemente, pela Fundação João Pinheiro. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. Doc. 139, p. 898-910. Cohen localizou outros três exemplares de cópias manuscritas do *Itinerário*, os quais deveriam ser distribuídos de forma clandestina entre os interessados em viajar às minas e que estão depositados na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (ms.148. ff. 1-16; na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa (ms. 54-XIII-4 n. 24) e na Biblioteca Pública de Évora (ms. 54-XIII-4 n. 24). In: COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. Mapa Geográfico: apresentação e breve estudo de documento relativo ao caminho para as Minas. *Calígrama*. Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2010, p. 116. Um estudo pormenorizado do impresso em

do Itinerário. Tal documento teria sido escrito, em sua opinião, por volta do “ano de 1717, ou um pouco antes”, ou seja, quinze anos antes de sua publicação em Sevilha, o que a coloca em termos de redação emparelhado cronologicamente com a obra de Antonil.²²⁹ De fato, o leitor mais atento dará maior juízo aos apontamentos de Derby no tocante ao momento em que a obra teria sido escrita. Brito procurou expor a seus leitores sem demonstrar maior esforço ou eloquência a geografia política e administrativa da região que dava acesso às minas apontando, de início, suas comarcas, assim numeradas: “São cinco”, sendo que “a Capitania do Rio de Janeiro tem só uma”. “O governo de São Paulo e Minas tem quatro Comarcas. A primeira é a cidade de São Paulo. A segunda é a do Ouro Preto. A terceira a do Rio das Velhas e a quarta a do Rio das Mortes”.²³⁰ Ora, atentando-nos ao fato do autor ter se referido a um governo responsável por São Paulo e Minas de forma concomitante observa-se que o texto não teria sido lavrado após 1720, ano em que é criada a Capitania de Minas Gerais, desmembrada da Capitania de São Paulo. Ademais, a presença de apenas três Comarcas (Villa Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes, criadas em 1714) na descrição que fez do território das Minas e a significativa ausência da Comarca do Serro do Frio, criada em 1720, tende, por fim, a corroborar o apontamento de Derby.

Enfim, o mais agravante é que o *Itinerário* era apresentado como uma espécie de guia responsável por conduzir seus leitores ao cerne da mineração aurífera justamente num dos momentos em que mais afluíam paulistas e portugueses a estes sertões.²³¹ O texto valia-se, para tanto, da exposição dos caminhos muito bem descritos pelo autor, inclusive suas entradas, assim como os destinos das mesmas. Outros elementos como serras, picos, montes e rios deveriam igualmente ser alvos de maior atenção por parte do viajante. As ocupações ao longo do caminho fossem *roças, sítios, povoações, lugares* ou *vilas* eram igualmente assinaladas no impresso e serviam de indicações de lugares onde o pouso para descanso, alimentação e pernoite certamente seria facilitado.

questão pode ser encontrado em LIVERMORE, **Harold**. An early published guide to Minas Gerais: the Itinerário Geographico (1732). *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVI, p. 4-10, 1978. (Separata).

²²⁹ DERBY, Orville. Um mapa antigo de partes das Capitânicas de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 2, 1896, p. 210.

²³⁰ BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 15.

²³¹ Simão Ferreira Machado teria afirmado que "meio Portugal" estava emigrando para as minas e que entre os anos de 1705 e 1750 nada menos que “800.000 pessoas chegaram a Minas Gerais, vindas da terra-mãe”. In: MACHADO, Simão Ferreira. *O Triunfo Eucarístico: exemplar da cristandade lusitana*. Lisboa: Companhia de Jesus, 1734, p. 18, *apud* BOXER, Charles. *A idade de Ouro do Brasil*, p. 71.

Interessa-nos, pois, ao ler o *Itinerário Geographico*, as descrições dos caminhos e estradas que já à borda dos sertões do ouro e não importando se fossem traçadas pela picada vinda de São Paulo, chamada Caminho Velho, ou pela nova rota aberta por Garcia Rodrigues Paes, vinda do Rio de Janeiro, invariavelmente terminariam em Vila Rica, capital do ouro.

Dos caminhos que do litoral deveriam ser percorridos para que se alcançassem as minas o que partia de Santos foi o primeiro a ser exposto. Da vila de Santos o viajante deveria embarcar em uma canoa e seguir até o pé da Serra de Cubatão para que pudessem, enfim, subir a serra em “dois ou três passos” (marchas). Uma vez no alto da serra era recomendável que os viajantes descessem de seus cavalos porque “para qualquer parte que caírem acharão precipício inevitável”, e em pouco mais de três horas o viajante deveria estar no alto da serra da qual “se via o mar e a planície em terra”. Interessante que Brito não deixar de apontar o exato significado do nome daquela serra, *Paranapiacaba*, que significa, “na língua geral do Brasil, lugar donde se vê o mar”.²³²

O pernoite deste dia deveria ser realizado na região do *rio dos Couros*, atual São Bernardo do Campo, sendo que até meados do dia seguinte encontraria o viajante a cidade de *São Paulo*. Após São Paulo, a jornada prosseguiria com deslocamento em direção ao vale do rio Paraíba do Sul passando pela *fazenda* Nossa Senhora da Penha *de França* (Guarulhos); *Magy* (Mogi das Cruzes) e *Sucarây* (Jacarei), sendo necessário transpor o Paraíba do Sul de canoa. Depois *Princípio do Fação Grande*,²³³ *Capella* (provavelmente a capela Nossa Senhora d'Ajuda, hoje Caçapava); e as Vilas de *Taubaté*, *Pindamonhangaba* e *Guratinguitá* (Pindamonhangaba e Guaratinguetá).²³⁴

Interessante o apontamento do autor de que em alguns locais ao longo da serra da Mantiqueira o viajante deveria passar por um local chamado *Passa Vinte*, e pouco após por outro chamado *Passa Trinta*, pela qual oferece a explicação de que “passa-se um rio vinte vezes, e por isso se chama *Passa Vinte* (...),²³⁵ e outro rio trinta vezes, e lhe chamam o *Passa Trinta*”. Convém destacar que muitos estudos memorialistas encontram em explicações

²³² *Ídem*, p. 2-3.

²³³ Que infelizmente não conseguimos encontrar maiores referências.

²³⁴ *Ídem*, p. 3.

²³⁵ Tal “Passa Vinte” em questão não encontra relação com a cidade homônima uma vez que o trajeto realizado por Brito dista quase 100 quilômetros a Sudeste deste município. Passa Vinte foi, também, núcleo de povoamento tardio.

semelhantes a resposta para assuntos pertinentes aos locais que apresentam “Passa” como parte de sua toponímia o que, de fato, não pode ser de todo modo desconsiderado. O bandeirante Fernão Dias Paes, por exemplo, deixou anotado em seus manuscritos, quando de sua passagem por aquela região, que “*a única passagem tranquila depois de uma garganta profunda de onde se deve galgar a serra e passar quatro vezes o rio que se escorrega por um verde e espaçoso vale. Chegarás assim a um pouso*”, hoje o município de Passa Quatro.²³⁶ Seguindo a mesma linha de raciocínio, Passa-Bem, por sua vez, designaria um local onde os moradores, hospitaleiros, receberiam bem os viajantes. Outros topônimos como Passa Dez, em Ouro Preto, responderiam por tal denominação por motivos semelhantes ao de Passa Quatro, segundo Capistrano de Abreu:

Se encontravam algum rio e prestava para a navegação, improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixios ou conduzir à sirga. Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos, passado de uma para outra banda conforme lhes convinha, e ainda hoje lembram as denominações de Passa-Dois, Passa-Dez, Passa-Vinte, Passa-Trinta.²³⁷

Retornando ao relato de Brito, uma vez transposta a serra, o viajante encontraria pelo caminho *Pinheirinho* (Serra do Pinheirinho) e as localidades de *Rio Verde* (município de São Sebastião do Rio Verde); *Pouços Altos* (município de Pouso Alto) e *Boa Vista* (localidade hoje extinta), no caminho para *Caxambu* (município de Caxambu), onde há uma serra que é descrita como “um monte em cujo cume se dilata a vista circularmente pelos horizontes com igualdade, e sem obstáculo algum ou estorvo de outro monte que se oponha”. Após *Caxambu* viriam *Maypendi* (município de Baependi), *Pedro Paulo*;²³⁸ *Enga*;²³⁹ *Fravituá*;²⁴⁰ *Carrancas* (serra de Carrancas); o *Rio Grande*, transposto provavelmente de canoa; *Tojuca*;²⁴¹ o *rio das Mortes Pequeno* (que também deveria ser transposto de canoa) até que se chegasse à vila de *São João del-Rei*, cabeça da Comarca do Rio das Mortes.²⁴²

²³⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO. Histórico. Disponível em <http://www.cmpassaquatro.mg.gov.br/ct-menu-item-3.html>. Acesso em 13 de novembro de 2014.

²³⁷ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 109.

²³⁸ Que não consta no *Mapa da Região de Minas Gerais*, mas que pode ter sido um sítio ou fazenda, sendo tal denominação uma provável referência ao nome de seu proprietário.

²³⁹ O rio Ingaí, já que as primeiras ocupações que resultariam no município homônimo são posteriores à confecção do *Itinerário*.

²⁴⁰ A ainda existente Fazenda de Traituba, município de Cruzília.

²⁴¹ Localidade ausente no *Mapa da Região de Minas Gerais* da qual não encontramos maiores informações.

²⁴² BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 4-5.

A descrição dos caminhos que partiam de São João del-Rei em direção à *Vila Rica*, chamados por Brito de *Velho* e *Novo* são igualmente textuais ainda que muito menos descritivos que os outros. “Logo que se sai da vila de *São João* se passa em canoa o rio das Mortes” (outra opção era passar pela ponte, quando seriam cobrados quarenta reis) tomando o caminho para *Callanday*, uma extinta localidade existente entre São João del-Rei e o rio homônimo, por onde se passava por uma ponte. Seguia-se por *Cataguazes*, assinalado como ‘Eng^o. Dos Catagoés’ no “*Mapa da Região de Minas Gerais com a Parte do Caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas, mostrando os afluentes do Rio São Francisco*” sendo esta a ainda existente Fazenda Engenho Grande dos *Cataguases*, município de Lagoa Dourada. Em seguida *Camapoan* (Serra de Camapuã, atual distrito de Entre Rios de Minas); *Carijos* (Conselheiro Lafaiete), um dos principais núcleos urbanos do Caminho Novo e, por fim, *Macabelo* (a antiga fazenda do Mal Cabelo, hoje em ruínas).²⁴³ Já o que Brito chamou de *Caminho Novo* seguia pela supracitada *Callanday* após sair de *São João del-Rei* e seguia por *Alagoa dourada* (Lagoa Dourada), *Camapoan*, *Redondo* (Alto Maranhão, distrito de Congonhas), *Congonhas* (Congonhas) e *Macabelo*.²⁴⁴ Após o término da descrição dos caminhos que vinham de São Paulo, ambos findando em Mal Cabelo, Brito dá início à descrição do que seria o verdadeiro *Caminho Novo*, aquele que vinha “pelo Rio de Janeiro”.

Partia-se do Rio de Janeiro em embarcações de menor porte, denominadas lanchas, e uma vez vencida a baía da Guanabara a primeira légua era realizada quase que completamente através do rio *Igoasú* (Iguaçu) e, “em uma maré”, chegava-se ao porto da freguesia de Nossa Senhora do *Pillar* do Iguaçu, hoje Pilar, bairro de Duque de Caxias. Dali seguia-se até o *Couto* (atual Couto, bairro de Nova Iguaçu), onde deveria ser adotado o cavalo ou o muar como meio de transporte para seguir jornada em direção a *Taquarusú*, ao pé da serra da *Boa Vista*, onde se sobe “com muito trabalho”. Do alto da serra gozaria o viajante uma “vista de um famoso espetáculo”...²⁴⁵ “E seguindo a jornada fica à mão esquerda um monte inacessível tão redondo, e igual, que parece ter feito ao torno. É todo

²⁴³ A fazenda do Mal Cabelo é, em especial, mote do maior interesse no contexto da Tese que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Pertenceu, em momento posterior (?-1816), ao letrado Joaquim Veloso de Miranda, membro do clero mineiro e insigne naturalista formado pela Universidade de Coimbra, personagem sobre o qual nos debruçamos neste estudo de longa duração. Alguns outros estudos foram dedicados à referida fazenda no contexto da origem de sua toponímia. Sobre o assunto ver COHEN, Maria Antonieta. A. M. A toponímia Mineira: o caso de Macabelo. In: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. (Org.). *O léxico em Estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 77-89.

²⁴⁴ BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 5-6.

²⁴⁵ *Ídem*, p. 6.

de pedra, e por uma banda de sua fralda vai a estrada.²⁴⁶ Uma vez vencida a serra, as paragens ao norte da formação começam a ser apontadas pelo autor de forma bastante sintética, muitas das quais descritas apenas como roças: do *Silvestre*; do *senhor Bispo*;²⁴⁷ do *Governador*, da qual não encontramos maiores aportes na obra de Antonil mas que realmente existira;²⁴⁸ *Alferes* (Paty do Alferes);²⁴⁹ *Rossinha*;²⁵⁰ *Pál Grande* (atual Avelar, distrito de Paty de Alferes);²⁵¹ *Cabarú*;²⁵² *Cavaruasuri*, e as sequenciais roças de *D. Maria*, *D. Maria*, *D. Maria*, *D. Maria Tacurusa*, e *D. Maria Paraybuna*.²⁵³

A etapa seguinte descrita por Brito era a transposição do rio Paraibuna passando para o *Registro* (atual município de Matias Barbosa), paragem descrita já no avançado ano de 1818 pelo naturalista austríaco Pohl como “um edifício quadrado construído de madeira e barro” onde eram recolhidos os impostos sobre “todas as mercadorias que vão do interior para o Rio, bem como as que vão do Rio para o interior”.²⁵⁴ A julgar pelo relato de Pohl pode-se imaginar que pouca coisa tenha mudado nos quase cem anos de atividades daquele posto fiscal, quase sempre balizadas por abordagens a viajantes, aportes aduaneiros e burocráticos e patrulhas pelos caminhos e matas.

²⁴⁶ *Ídem*, p. 6.

²⁴⁷ Em Antonil é apontada a presença de duas paragens com a denominação de Bispo e que teriam pertencido a diversos proprietários entre 1707 e 1713. Nenhum destes, no entanto, teria sido Francisco de São Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro entre 1701 e 1721.

²⁴⁸ “O governador e capitão geral da Capitania do Rio de Janeiro, Francisco Távora, concedeu em 1716 uma sesmaria entre a data de Marcos da Costa (atual município de Miguel Pereira) e a rochinha do Governo a Francisco Gomes Ribeiro onde foi instalada a Fazenda do Governo, com 901 braças de testada por 3000 de fundos”. In: FRIDMAN, Fania. Planejamento e rede urbana no sertão do oeste fluminense. In: *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. CD-ROM. Belo Horizonte: ANPUR, 2003, v. 1, p. 4.

²⁴⁹ ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil, p. 264.

²⁵⁰ Não foi possível encontrar sua atual localização. Pertencia, à época, a Manuel da Araújo. In: ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil, p. 264.

²⁵¹ Sesmaria descrita como “roça que agora principia”, ou seja, fora aberta há pouco tempo, ainda que fosse explorada desde pelo menos 1709. Estava situada a duas léguas de *Alferes*. In: Antonil, p. 264.

²⁵² Ou *Cavaru*, ao sul do rio Paraíba, “mencionada em cartas de sesmaria dadas pelo governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho em 13 e 20 de agosto de 1712 a dois irmãos do Rio de Janeiro, Domingos Gonçalves e José Marques”. In: ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil, p. 264.

²⁵³ Muitos dos topônimos do Caminho Novo descritos por Brito supostamente carregam o nome de seus proprietários, o que provavelmente acontece com estas ditas roças de D. Maria, anotadas com simplórias denominações. Interessante verificar que apontamentos sobre estas paragens ou sobre seus proprietários não estão presentes nem no “Mapa da Região das Minas Gerais”, nem no “Mapas da região de encontro entre os atuais estados” e muito menos em Antonil.

²⁵⁴ [POHL, Johann Emmanuel. Antigas minerais: no rio Paraibuna em 1818: registro de Matias Barbosa: usos e costumes.](#) In: *Revista de História da USP*. Ano I, n.º 3, Jul./Set. 1950, p. 383-389.

O caminho seguia pela *Rossinha do Araujo*, de Antônio Araújo dos Santos, e que era alcançada em duas jornadas sendo “o pouso da primeira no mato”;²⁵⁵ a roça de *Constraste*, de Simão Pereira;²⁵⁶ *Medeiros*, de José de Medeiros;²⁵⁷ *Joseph de Souza*, do Sargento-Mor José de Souza Fragoso;²⁵⁸ *Juiz de Fora*, do Juiz de Direito Luiz Fortes Bustamante e Sá, adquiridas enquanto terras devolutas do supracitado José de Souza Fragoso;²⁵⁹ *Alcayde Mor*, de Tomé Correia Vasques, no lugar dito Fazenda da Tapera;²⁶⁰ *Antonio Moreira*, do Capitão Antônio Moreira da Cruz;²⁶¹ *Manoel Correa*, do Juiz de Alfândega Manuel Correia Vasques;²⁶² *Azevedo*, de José de Azevedo;²⁶³ *Araujo*, de José de Azevedo; *Gonsalves*, de Domingos Gonçalves Ramos;²⁶⁴ outra roça de nome *Gonsalves*, de João Gonçalves Chaves;²⁶⁵ *Pinho*, de Agostinho Pinho e Silva²⁶⁶ e novamente uma paragem denominada *Bispo*, sítio do Bispo, em Santos Dumont.²⁶⁷ Seguiam as sesmarias de *Coronel*, atual Município de Antônio Carlos,²⁶⁸ e a fazenda do *Registro*, outro posto de controle fiscal e militar.²⁶⁹ Deste *Registro* quem quisesse seguir para a vila de *São João Del-Rei* deveria seguir

²⁵⁵ OLIVEIRA, Francisco Rodrigues de & FONSECA, Luiz Mauro Andrade da. Primeiras sesmarias do Caminho Novo. In: *3º Encontro de Pesquisadores do Caminho Novo*. Conselheiro Lafaiete, junho de 2012, p. 6; e ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil, p. 265.

²⁵⁶ “Ourives e moedeiro da Casa da Moeda do Rio de Janeiro” e um dos primeiros beneficiados com sesmarias no Caminho Novo. Sua roça, denominada “Nossa Senhora da Glória”, estava situada na região nordeste da confluência do rio Paraíba com o rio Preto. In: ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil*, p. 265.

²⁵⁷ OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 1.

²⁵⁸ Então Fazenda do Marmelo, às margens do rio Paraíba onde seria construída, em 1889, a primeira usina hidrelétrica de grande porte da América do Sul. In: OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 7.

²⁵⁹ Atual município de Juiz de Fora. In: OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo. In: *Anais do 3º Encontro de Pesquisadores do Caminho Novo*. Conselheiro Lafaiete, 2012, p. 7.

²⁶⁰ OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 7.

²⁶¹ *Ídem*, p. 7.

²⁶² *Ídem*, p. 7.

²⁶³ *Ídem*, p. 8.

²⁶⁴ *Ídem*, p. 2.

²⁶⁵ Genro de Domingos G. Ramos. In: OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 2.

²⁶⁶ Hoje comunidade do Pinho, a nordeste de Santos Dumont e às margens do rio Pinho. Também presente no *Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

²⁶⁷ OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 2.

²⁶⁸ Mais precisamente a Fazenda Borda do Campo, pertencente ao sesmeiro Coronel Domingos Rodrigues de Fonseca Lemos que teria auxiliado seu cunhado, Garcia Rodrigues Paes, na abertura do Caminho Novo. In: OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 2.

²⁶⁹ Fazenda do Registro Velho, Barbacena, onde deveria ser paga “de cada carga de seco uma oitava, e de molhado meia oitava”. In: BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 7. A propriedade encontra-se atualmente em ruínas. In: ESTADO de Minas. Fazenda do Registro Velho é derrubada pelas chuvas. Disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/03/05/interna_gerais,354649/fazenda-do-registro-velho-e-derrubada-pelas-chuvas.shtml. Acesso em 17 de fevereiro de 2014.

“uma estrada à mão esquerda, e vai ao sítio do *Barroso* e, em outra jornada pode chegar a dita vila”. “E vamos prosseguindo o nosso caminho das *minas Gerais*”.²⁷⁰

A viagem prosseguia através das sesmarias dos irmãos *Joseph* e *João Rodrigues*;²⁷¹ *Alberto Dias*, atual município de Alfredo Vasconcelos; *Passagem*; *Resaca*;²⁷² *Caranday*, município de Carandaí, não devendo ser confundida com a supracitada *Callanday*, próxima à São João del-Rei. Depois *Outeiro*, *Os dous irmãos*, *Gallo cantante*, *Rossinha*,²⁷³ *Amaro Ribeiro*,²⁷⁴ e as já citadas freguesia de *Carijos* e fazenda de *Macabelo*, esta última onde todos os caminhos em direção às minas convergiam.²⁷⁵

Em Mal Cabelo o viajante passaria o *Rodeo*, “isto é, que se rodea uma serra, a que chamam *Ititiaya*”.²⁷⁶ Depois *Ilbeos* e *Olana* (Capão do Lana), e, em seguida, o entroncamento para a *Villa Real*, ou seja, Sabará, passando por *Cachoeira* do Campo, *Caça Branca*,²⁷⁷ *Rapozos*,²⁷⁸. Quem seguia destino para *Vila Rica* deveria seguir o curso do caminho que “se vai às *Três Cruzes*”;²⁷⁹ depois *Tripuí*, “que fica a uma légua de *Vila Rica*”,²⁸⁰ e por fim a capital das Minas, a “mais soberba e opulenta de todas [as outras vilas] assim pela frequência de comerciantes, como pela abundância de suas minas”, um verdadeiro “Potosí

²⁷⁰ BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 7.

²⁷¹ Apenas no *Mapa da região fronteira* consta a paragem de *Joseph Rib.*^{ro} seguida de *Idem*, mais ao norte. Não se encontram, contudo, tais sesmarias em Antonil.

²⁷² Atual localidade de Resaca, pertencente a Hermilo Alves, distrito de Carandaí. Presente no *Album Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

²⁷³ As localidades de *Outeiro*, *Os dous irmãos*, *Gallo cantante* e *Rossinha* não estão presentes no Mapa da região de Minas Gerais, no *Mapa da região fronteira* e nem em Antonil.

²⁷⁴ Hoje bairro de Conselheiro Lafaiete, ainda com a mesma denominação.

²⁷⁵ BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 8.

²⁷⁶ O caminho descrito por Brito circulava a Serra de Itatiaia, por vezes denominada Serra do Deus te Livre e, mais recentemente Serra de Ouro Branco sem que o núcleo urbano minerador de Ouro Branco fosse visitado. A abertura de novos caminhos seria construída paulatinamente e de acordo com o estabelecimento de outros pousos e fazendas que poderiam oferecer melhores condições de hospedagem e de preços aos gêneros vendidos para os viajantes.

²⁷⁷ Cachoeira do Campo e Casa Branca, ambos distritos de Ouro Preto.

²⁷⁸ Município de Raposos.

²⁷⁹ Imagino ter havido algum equívoco no fato de Brito ter incluído *Três Cruzes* enquanto passagem obrigatória para quem tinha como origem o Capão do Lana e destino Vila Rica. O sítio de Três cruzeiros estava situado em Mariana, mais precisamente na freguesia do Inficionado, distante “meia légua” do Taquaral, em Vila Rica. A importância de Três Cruzes no contexto geográfico também não justificaria utilizá-la enquanto referência, mas sim, ao menos, “caminho que se vai à Vila Rica”. In: APM, SG-Cx.52-Doc.21. *Requerimento de Matheus Correa e Francisco Fernandes Alla referente a Carta de Sesmaria das terras na paragem Três Cruzes, termo de Mariana*. 1801; e APM, CMOP, cx. 07, doc. 06. *Requerimento de Manuel Fernandes Campos solicitando à Câmara exercer o ofício de ferrador entre as Três Cruzes e o Taquaral*. 1734.

²⁸⁰ BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 8.

de Ouro” e que foi, durante seu ciclo econômico mais importante, a maior cidade das Américas.²⁸¹

Após detalhar os roteiros que tinham Villa Rica como destino final o autor dedica o restante de sua obra a outros apontamentos geográficos da colônia, em especial aos rios, serras, principais locais de lavras e às Comarcas das minas assim como suas vilas cabeça. As serras do caminho do ouro receberam menor atenção, o que não significa que tenham sido ignoradas. Pelo contrário, foram dispostas, inclusive, de acordo com a rota dos itinerários: *Paranapiacabá, Serra Cubatão, Boa Vista, Mantiquera, Morro do Rio das Mortes, Ponta do Morro, Camaçoam, Itambira, Tupanbuacanga, Itacolumim, Serra do Rio, Morro da Conceição...*

As “lavras várias” também foram apontadas pela importância que possuíam no cenário da mineração: *Juruoca, Albitupoca, Arrayal Velho, Congonhas, Itabaraba, Itaubira, Caruca, Carapiranga, Camargos, Catas Altas, S. Mattheus, S. Barbara, Itambe, Itacambira, Conceição...* Brito tinha ciência da existência de outras, mas as omitiu para “não fazer maior prolação”, dando notícias apenas daquelas apontadas por se tratar “em outros lugares deste Itinerário, para se saber onde estão situadas”.²⁸²

O que Brito descreveu ao traçar o *Itinerário Geográfico* sintetiza aquilo que o autor pode ter vivido enquanto viajante nos sertões do ouro. Não apenas a autoria ou o ano do *Itinerário Geográfico* são ora questionados por uns, ora por outros, mas também a própria existência do livro enquanto roteiro de percurso, ou de viagem, construído a partir de uma experiência vivida. Abre-se a perspectiva de que o *Itinerário* seja, quando muito, uma compilação em texto do [Mapa da Região Fronteiriça Entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo](#) ou do [Mapa da Região de Minas Gerais com a Parte do Caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas](#)

Apesar de se mostrar um ilustrado conhecedor da língua latina e da geografia da América do Sul – o que incluía não apenas o rio São Francisco e a geografia das Minas como um todo, mas até o território meridional, como o rio da Prata – Brito, assim como Antonil, não mostrou preocupação em explicar a seus leitores o significado dos vários topônimos indígenas que mencionou ao longo do texto como *Marambaia, Pindamunhangaba* ou *Maypendi*, palavras exóticas que certamente não passariam despercebidas aos viajantes

²⁸¹ *Ídem*, p. 18.

²⁸² *Ídem*, p. 14.

mais curiosos e que, sem o auxílio destes autores, só encontrariam seus significados através do diálogo com outros viajantes, caso estes fossem eruditos nas línguas indígenas. Mas de forma alguma a falta de tais referências deprecia o conceito que hoje atribuímos ao *Itinerário Geográfico*, tornando-se apenas um detalhe frente a uma fonte histórica que se mostra essencial para o estudo das primeiras décadas da mineração aurífera nas Minas, para a exploração dos sertões assim como para a interiorização da metrópole, como ressaltou famosa historiadora (Furtado, 1999). De forma bastante perspicaz Taunay em breve estudo acertou ao classificar o *Itinerário Geográfico* como o “primeiro guia turístico do Brasil”.²⁸³

²⁸³ TAUNAY, Afonso. Primeiro guia turístico do Brasil. In: *Jornal do Comércio*. 26 jan. a 2 fev. 1947, *apud* GRAVATÁ, Hélio. Contribuição Bibliográfica para a história de Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n.º. 27, dez. 1976, p. 221.

Feminismo Negro: existe uma historiografia no Brasil?

Jacqueline Maia dos Santos

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

jacqueline.historia@gmail.com

RESUMO: O feminismo negro nasceu por não ser contemplado pelas demandas do feminismo branco bem como em consequência das opressões e machismo praticados no movimento negro tradicional. Em 1975 a ONU iniciou a década das mulheres, mas a discussão sobre o feminismo chegou ao Brasil efetivamente no período pós-anistia. Nesta conjuntura as mulheres negras perceberam que muitas reivindicações não coincidiam com as das brancas, algo acentuado pela desigualdade de classes sociais. Todavia, por que ainda existem poucas pesquisas de História voltadas para o feminismo negro no Brasil? Uma hipótese é a entrada tardia das principais interessadas na Universidade. Desta forma, o objetivo do trabalho é fazer breve análise das obras da autora negra Conceição Evaristo e tentar relaciona-las a uma produção historiográfica sobre feminismo negro.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Negro, historiografia, Brasil.

Introdução

É sabido que no Brasil ainda há muito a ser pesquisado na temática de gênero e de raça. A produção acadêmica estadunidense que abarca o feminismo negro cunhou o termo interseccionalidade²⁸⁴ que salienta a importância de uma metodologia de pesquisa sobre a inserção da mulher negra na sociedade que considere a articulação de gênero, raça e classe como sistemas distintos de opressão que funcionam simultaneamente. Este é um conceito atual, porém a partir dele é possível refletir as razões da existência de um feminismo negro.

O feminismo negro nasceu porque as demandas específicas das mulheres negras não eram contempladas pelo feminismo branco, que, além disso, invisibilizavam uma discussão que incluísse o racismo como forma de opressão. Paralelamente, as demandas de gênero também não eram pautadas nas discussões do movimento negro, ambiente no qual as mulheres sofreram opressão através do machismo, apesar da luta pela igualdade. Logo é

²⁸⁴ RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf. Acesso em 10 maio 2015.

crível afirmar que um movimento feminista negro está inserido em uma busca não apenas “pelos direitos das mulheres e dos negros, e sim, os direitos dos indivíduos, de uma certa etnia e de um certo sexo, que querem emancipar-se da discriminação que sofrem enquanto seres humanos.”²⁸⁵ Logo, o que está em jogo é tornar acessível as mulheres negras direitos inerentes ao homem em uma sociedade igualitária: uma educação de qualidade, acesso a saúde, boas oportunidades de trabalho com salários compatíveis ao cargo independente de gênero e raça, acesso a mais cargos de chefia e menos cargos de subordinação, e diversas demandas estruturais que caberiam em um artigo a parte.

Nesta conjuntura, uma produção historiográfica sobre feminismo negro se torna pertinente, para que haja o registro de uma trajetória de memória e história deste movimento. Essa produção pode contribuir ainda para reflexões sobre a prática feminista como forma de transformação da sociedade, além de funcionar como um importante subsídio para as militantes não caírem em armadilhas como o particularismo, que transforma determinadas especificidades em uma ferramenta de dominação. Rouanet²⁸⁶ critica essa “simples chave de inversão de particularidades” na qual um povo que foi colonizado, transforma uma qualidade cultural negativa, em positiva. Um exemplo claro disso, frequentemente problematizado pelas feministas negras brasileiras, é a exaltação da mulata. Durante muito tempo prevaleceu a imagem da mulata como a representação da mulher negra, bonita e fogosa, a mulata “tipo exportação”. Essa seria uma forma de supostamente valorizar a beleza da mulher brasileira, porém o termo mulata é problemático, por envolver fatores como embranquecimento e glorificação de uma miscigenação que endossa o mito da democracia racial. Além disso, há o reforço da mulher negra como objeto sexual. Diante do exposto, faremos uma breve análise do movimento feminista e do movimento negro, que nos demonstre a forma como a interseccionalidade foi ignorada em ambos.

As ondas do feminismo

A historiografia sobre feminismo em sua maioria divide os períodos de transformação do movimento em quatro ondas. A primeira onda começa no século XIX e é quando as mulheres das classes abastadas têm acesso ao direito básico de aprender a ler e

²⁸⁵ ROUANET, Sergio Paulo. A coruja e o sambódromo. In : *Mal – estar na modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p.71

²⁸⁶ _____ A coruja e o sambódromo. In : *Mal – estar na modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p.66

escrever. No Brasil, a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827²⁸⁷. Já naquele período, havia mulheres que tinham a consciência de que somente a educação permite a mulher tomar consciência da sua condição inferiorizada. A primeira onda brasileira vem da Europa e a escritora Nísia Floresta se destaca pela tradução da obra “Direito das Mulheres e dos Homens”, publicada originalmente na Inglaterra por Mary Wollstonecraft, e sua adaptação relacionada a realidade brasileira. Naquele período já se colocava em pauta a capacidade em exercer cargos de comando, bem como seu discernimento para estudar e opinar politicamente. Porém nem era cogitado que uma mulher negra também pudesse ter essa capacidade.

Na segunda onda, a partir de 1870, há a ampliação do pleito por educação, inclusive pela inserção de mulheres em cursos de Medicina e Direito. Houve também um aumento expressivo na produção de periódicos direcionados ao público feminino, publicações diversas, algumas que falavam de utilidades domésticas e novidades da moda, e outras que, além disso, incluíam pautas de defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres e das realizações em outros países.

A terceira onda, no século XX, é caracterizada por uma movimentação de mulheres mais ou menos organizadas que clamavam pelo direito ao voto, ao curso superior e a ampliação do campo de trabalho, pois não queriam ser apenas professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, hospitais e indústrias.²⁸⁸ Havia inclusive um movimento anarco-feminista que propunha uma sociedade libertária, com base na emancipação da mulher nos diversos planos da vida social e a instrução da classe operária. É nessa onda que o sufrágio feminino se torna realidade no Brasil. Primeiramente no estado do Rio Grande do Norte, em 1927, e posteriormente em âmbito nacional, em 1932, com a inserção do direito no código eleitoral, por Getúlio Vargas.

A última onda é na década de 70, cujo destaque é a revolução sexual, que de fato contribuiu para uma mudança radical nos costumes. No exterior, a ONU lança em 1975 a década internacional da mulher, com o objetivo de combater a discriminação de gênero em

²⁸⁷ DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil. Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.49, pp. 153. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 Ago, 2014

²⁸⁸ _____ *Feminismo e literatura no Brasil. Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.49, pp. 160. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 Ago, 2014

diversas instâncias. No Brasil, foi exigido do movimento feminista um posicionamento contra a ditadura militar, a censura, pela redemocratização do país, e por melhores condições de vida. E é neste contexto que se expande uma discussão sobre feminismo negro.

Nesta breve recapitulação sobre as ondas do feminismo clássico, é evidente a ausência de um recorte de raça. Muitas das benesses alcançadas pelas mulheres brancas não se estenderam as mulheres negras. Na verdade o que se observa é que quando se falava de experiência de mulheres brancas dentro do feminismo, elas eram universalizadas como experiências de mulheres.

Nesta conjuntura as mulheres negras perceberam que muitas reivindicações não coincidiam com as das brancas, algo acentuado pela desigualdade de classes sociais. As feministas brancas eram na maioria de classe média, já as negras eram oriundas de movimento de mulheres nas favelas, por exemplo. As brancas lutavam pelo acesso ao mercado de trabalho, mas para exercer esse direito, necessitavam do serviço das domésticas, que não tinham direitos trabalhistas. As mulheres brancas tinham dificuldade de ter empatia em relação a situação das mulheres negras. As primeiras reflexões a respeito do tema foram feitas pelas feministas negras americanas, e sobre essa relação mulheres negras versus mulheres brancas, Bell Hooks afirma que:

Embora isso nunca fosse discutido, era evidente, na vida cotidiana, que barreiras sólidas separavam os dois grupos, tornando impossível uma amizade íntima. O ponto de contato entre as negras e brancas era a relação serva-senhora, uma relação hierárquica baseada no poder e não mediada pelo desejo sexual.²⁸⁹

A introdução de um discurso de raça foi uma luta árdua seja no Brasil ou nos Estados Unidos. São inúmeros os depoimentos nos quais lemos e ouvimos militantes relatarem sobre terem sido chamadas de agressivas, malucas, histéricas, etc; por não aceitarem mais de forma passiva o discurso que afirmava que a luta da mulher era apenas contra o patriarcado. Todavia, apesar da consciência da necessidade de um recorte racial, por parte do feminismo branco, as relações de poder ainda prevalecem. As mulheres negras ainda são minoria no espaço acadêmico seja lecionando, seja estudando, seja produzindo conteúdo acadêmico. As mulheres negras ainda são maioria nos empregos com

²⁸⁹ HOOKS, Bell. De mãos dadas com a minha irmã: solidariedade feminista. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p.128.

piores salários e condições de trabalho. As mulheres negras ainda são as maiorias vítimas de violência obstétrica. As mulheres negras ainda estão em desvantagens em diversos aspectos, o que demonstra que ainda há muitas demandas de reivindicação do feminismo negro.

Percurso do Movimento Negro

Após a análise do feminismo, seguimos com a descrição do percurso do movimento negro. Poucos anos pós-abolição do escravismo no Brasil surgiram associações de homens negros, de cunho eminentemente assistencialista, recreativo e cultural. Neste período, a primeira fase, entre 1889 e 1937, surgiu a imprensa negra, com jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões. Havia uma participação relativa de mulheres, porém, se limitava a trabalhos assistencialistas, bailes e festivais artísticos. Apesar dos negros brasileiros não terem sido indenizados após a abolição, e terem ficado materialmente desamparados, não houve naquele momento uma mobilização para reivindicação de direitos mínimos.

A segunda fase do movimento negro organizado foi efetivamente no pós 1945, já que entre 1937-45 o Brasil passava pela ditadura, no Estado Novo de Getúlio Vargas. O governo reprimia manifestações políticas, mas mesmo assim, o grupo de teatro experimental negro, foi fundado no Rio de Janeiro em 1944. Seu fundador, Abdias Nascimento, é um dos grandes ícones do movimento negro no Brasil, e o grupo foi o primeiro a trazer ao país as propostas do movimento *negritude* francesa²⁹⁰, que exaltava a necessidade de uma unidade política e cultural dos negros. O teatro do oprimido se esfacelou no pós-golpe de 1964, principalmente após o exílio de Abdias Nascimento em 1968. Além disso, o movimento negro passou por um isolamento político, não podendo contar com as forças nem de direita, militares ditadores, e nem da esquerda, que estava na clandestinidade. Ademais, a esquerda brasileira daquele período, com destaque para o PCB, acreditava que uma luta anti-racista prejudicava a luta de trabalhadores, desta forma não os apoiavam. O mais impressionante é que ainda hoje existem segmentos da esquerda brasileira que tem essa visão, de que o recorte de classe é predominante em relação ao de raça, sendo que o mais coerente é a análise da interação entre os ambos (mais o de gênero).

²⁹⁰ DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp. 109. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf> Acesso em 14 Agosto 2014

Enquanto no Brasil o movimento negro passava por percalços, nos Estados Unidos há a ascensão (e morte) de figuras emblemáticas, como Malcom X e Martin Luther King. A atuação com viés marxista dos Panteras Negras, influenciou a linha do MNU – Movimento Negro Unificado, criado em 1978, e situado no início da terceira fase do movimento negro organizado no Brasil. De orientação trotskista, o grupo entendia que a luta anti-racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anti-capitalista²⁹¹.

O fato é que algumas das reivindicações feitas pelo MNU em 1982 se tornaram realidade, mesmo que ainda não seja de forma ideal, tais como a introdução da História da África e dos Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.²⁹²

Neste período efetua-se no Brasil um forte movimento de transformação do termo negro, de algo pejorativo para um termo a ser usado com orgulho. Negro, foi a forma como as pessoas de cor preta e parda foram caracterizados pelos brancos. Essa inversão tem como objetivo o resgate da auto-estima e a valorização da pele e da cultura negra, porém cabe uma reflexão se essa terminologia, da forma como é usada hoje dentro do movimento negro, não entraria na chave de simples inversão do particularismo. Na década de 80 intensificou-se no Brasil um movimento africanista, de promoção da identidade e resgate de raízes ancestrais, através da incorporação de vestimentas, penteados, culinária de origem africana. Até mesmo a valorização do candomblé como prática religiosa, em detrimento do cristianismo, foi algo preconizado no movimento negro. Em contrapartida houve um combate a mestiçagem como forma de evitar a diluição da identidade negra no Brasil. Houve um incentivo ao amor-afrocentrado, no qual negros só se relacionam amorosamente entre si. Este é um posicionamento extremamente perigoso, porque a segregação de raças por motivos políticos já se mostraram desastrosas e cruéis ao longo da história. Além disso, uma prática de amor afro-centrado em um país que foi colonizado entra em disputa com as estruturas de poder simbólico, que advém de relações

²⁹¹ _____ Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp. 112.

²⁹² _____ Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp. 114.

inter-raciais. É fato que para alguns grupos de homens negros, estar com uma mulher branca é um símbolo de ascensão social, por exemplo.

Na atualidade o movimento negro no Brasil permanece na construção de uma identidade do negro brasileiro. Há ainda um enfoque no combate do genocídio da juventude negra, que claramente é a maior vítima do racismo estrutural existente no Brasil. Porém o que observamos no percurso do movimento negro é um recorte de gênero quase inexistente, reforçando mais uma vez o papel do feminismo negro como instrumento de promoção de uma discussão interseccional.

Feminismo negro e historiografia

É necessária a construção e consolidação de uma identidade racial juntamente com uma identidade de gênero, como elemento de mobilização política. A partir da década 80 iniciou-se uma produção maciça de conteúdo sobre feminismo negro no Brasil, com destaque para autoras como Lelia Gonzalez e Jurema Werneck, entre outras. Porém, se comparadas com a produção intelectual americana, constatamos que as mulheres negras no Brasil ainda tem muito conteúdo a ser explorado.

Neste contexto, a produção da escritora Conceição Evaristo seria uma importante fonte na construção desta identidade. A autora é uma ex-empregada doméstica, nascida em uma favela de Belo Horizonte. Em 1971 ela migrou para o Rio de Janeiro, já que a tradicional família mineira não tinha emprego de professora para oferecer a negra ousada, que não queria mais cozinhar para suas famílias, e sim alfabetizar os seus filhos. O fato é que no estado fluminense, ela conquistou o doutorado em Letras, além de ter iniciado sua produção de prosa e poesia.

A literatura é uma das formas utilizadas pela intelectualidade negra para a formação de uma identidade negra combativa e reivindicatória. A análise da obra literária de Conceição Evaristo permite uma avaliação do alcance do particularismo da sociedade brasileira, já que sua produção pretende ser construída sem estereótipos pejorativos e não permite que se caia em esquecimento não apenas o passado de sofrimento, mas também a resistência a opressão sofridas pelo povo negro e pobre, particularmente as mulheres. Sua escrita expressa seus sentimentos e sua experiência como mulher negra. Um exemplo

emblemático é o poema “Vozes- Mulheres”²⁹³ publicado em 1990, no número 13 de *Cadernos Negros*²⁹⁴, um dos importantes espaços para publicação da literatura negra:

A voz de minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

²⁹³ EVARISTO, Conceição. *Vozes Mulheres* disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/cultura/prosaepoesia/0151.html> Acesso em 29 junho 2015.

²⁹⁴ De autoria variada, com escritores oriundos dos diversos estados brasileiros, essa antologia poética, que surgiu em São Paulo em 1978, possui, até 2010, trinta e um volumes, sendo os números ímpares dedicados aos poemas e os números pares, aos contos.

A leitura deste poema nos permite observar uma tradição de guarda e transmissão de memória através da oralidade. Conceição Evaristo traz a tona em seus versos reminiscências de uma mulher negra como tantas outras que atravessaram o oceano em um navio negreiro, e que aqui na nova terra, deram a luz a novas mulheres que sofreram novas formas de opressão. É um trabalho coerente e belo através qual pode se iniciar o resgate e valorização de uma identidade de mulher negra. O recorte de gênero é devido ao viés autobiográfico, já que a autora é militante não só através da sua arte, mas também por meio de sua produção acadêmica. Conceição Evaristo fala pelos excluídos da História, os negros, pobres e principalmente as mulheres. Logo:

Se grupos subalternos como organizações do movimento negro e do movimento feminista vêm mobilizando elementos de memória para impostar seu protagonismo histórico, isso se dá pela necessidade de lutar contra uma história oficial excludente.²⁹⁵

Conclusão

A revisão bibliográfica nos permite inferir que um movimento feminista negro nasceu em consequência da inexistência de discussão política e de compromisso na luta contra o racismo no interior do movimento feminista e da ausência de uma reflexão sobre gênero dentro do movimento negro.

É necessário um debate interseccional que além de gênero e raça, considere também outros fatores, com destaque para o recorte de classe. Todavia uma luta que pondere sobre a relevância das especificidades deve ter como objetivo principal a universalização de direitos, muitos deles ainda concedidos de forma incompleta e injusta as mulheres negras. Além disso, é importante salientar que ainda há um grande campo de pesquisa sobre gênero e raça para as mulheres negras, e essa expansão só ocorrerá com o maior acesso das principais interessadas ao espaço acadêmico.

Por fim, a produção literária da escritora, professora e militante negra Conceição Evaristo é uma importante fonte para construção de uma identidade negra, já que em seus

²⁹⁵ MACHADO, Barbara Araujo. Memória, história e literatura na obra da escritora negra Conceição Evaristo. Brasil. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013 Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1383836323_ARQUIVO_BarbaraAraujoMachado.pdf Acesso em 10 Maio 2015

romances, contos e versos a autora fala por sujeitos historicamente excluídos da história oficial; negros, pobres e mulheres.

O Brasil como modelo lusotropical na imprensa moçambicana: a visita de Gilberto Freyre (1952)²⁹⁶

Ivangilda Bispo dos Santos

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

ivangildabs@yahoo.com.br

RESUMO: No contexto da dinâmica mundial do pós II Guerra Mundial, do debate na ONU sobre autodeterminação dos povos e da persistência de Portugal em não aceitar a descolonização, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre foi convidado pelo Ministro do Ultramar, Sarmiento Rodrigues, para conhecer outra parte do Ultramar Português, a Província de Moçambique, em 1952. Com a chegada, desencadeou-se uma série de homenagens ao ilustre visitante, ao Brasil e aos portugueses. A repercussão da visita foi manifestada na imprensa moçambicana, especialmente nos jornais *Notícias*, *The Lourenço Marques Guardian* e *O Brado Africano*. Essas fontes foram analisadas a partir da problemática: porque o Brasil apareceu como modelo de nação em Moçambique na década de 1950? A reflexão sobre esta viagem é importante porque mostra outra perspectiva mais ampla das relações entre Brasil, Moçambique e Portugal no referido período.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Gilberto Freyre; Lusotropicalismo; Província de Moçambique

Este artigo consiste em uma breve síntese da apresentação que fiz no EHis 2015 sobre a representação feita da nação brasileira na imprensa moçambicana a partir da repercussão da visita do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) na Província de Moçambique em Janeiro de 1952²⁹⁷. Esta repercussão foi exposta pela imprensa moçambicana, e é a partir de alguns discursos reproduzidos nos jornais *Notícias* (1926-1975), *The Lourenço Marques Guardian* (1905-1952), e *O Brado Africano* (1933-1974)²⁹⁸ que

²⁹⁶ Este artigo é resultado do projeto no qual participei, denominado “As relações sócio-políticas contemporâneas entre Brasil e Moçambique (1960-2010)”, apoiado pela CAPES/AULP e coordenado pela Professora Dr^a Vanicléia Silva Santos (Universidade Federal de Minas Gerais), e pelo Professor Dr^o Joel Maurício das Neves Tembe (Universidade Eduardo Modlane).

²⁹⁷ Para saber mais sobre o tema ver: FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina: Sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001; HEDGES, David. *História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961*. Vol.2 Livraria Universitária: Maputo, 1999; LEME, Rafael Souza Campos de Moraes. *Absurdos e milagres: um estudo sobre a política externa do Lusotropicalismo (1930-1960)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.; MEDINA, João. *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como alibi colonial do salazarismo*. Revista USP, São Paulo, n.45. março/maio 2000. p.48-61; CASTELO, Cláudia. *‘O modo português de estar no mundo’: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto: Afrontamento. 1998.

²⁹⁸ O Jornal *O Notícias* e o *The Lourenço Marques Guardian* podem ser encontrados na Biblioteca Nacional de Moçambique, e *O Brado Africano* no Arquivo Histórico de Moçambique sediados em Maputo – Moçambique.

pretendo analisar a importância do Brasil como modelo em Moçambique na década de 1950. Apesar da complexidade existente entre as relações do Brasil, Portugal e a Província de Moçambique durante este período, creio ser relevante ressaltarmos o papel da representatividade que o Brasil teve para este contexto e fazer algumas considerações a respeito desse assunto.

Após a Segunda Guerra Mundial Portugal tentou promover uma imagem positiva de seu Império Ultramarino com base na ideia de uma comunidade transcontinental coesa. Um dos principais objetivos de Portugal foi manter suas colônias sob seu jugo e anular a pressão internacional que sofria em prol da autodeterminação dos povos²⁹⁹. Algumas mudanças rasas e superficiais foram adotadas para desviar os olhos do mundo da política opressiva introduzida nas colônias: substituição do termo *colônias* para *Províncias Ultramarinas*, *Império Português* para *Ultramar Português* em 1951, e a reorganização administrativa nas províncias³⁰⁰.

A garantia que Portugal poderia realizar um belo trabalho em África e na Ásia era a sua antiga colônia na América, o Brasil. Além de ser uma nação que passava por um considerável desenvolvimento econômico, muitos pensadores e governos naquele contexto acreditavam que o Brasil caminhava em direção a *democracia racial* – questão constantemente associada a mestiçagem e ao hibridismo cultural do país. A desconstrução de bases racistas e eugênicas era um anseio de muitos países no pós-guerra, e ter um país exemplo para o qual se espelhar era conveniente. Esta ideia envolvendo o Brasil logo foi revogada com o incentivo da ONU³⁰¹, mas não deixou de ser amplamente utilizada pelo discurso português.

Para saber mais sobre imprensa em Moçambique ver: Sopa, António Jorge Dinis. “Liberdade de imprensa e regime de censura prévia: o caso moçambicano, 1854-1975”. In José, A. & Meneses, P.M.G. *Moçambique – 16 anos de historiografia: focus, problemas, metodologias, desafios para década de 90*. Maputo: Edição dos autores, 1991; SOPA, Antônio. RIBEIRO, Fátima. *140 anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos* – Ed. Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, 1996; ROCHA, Ilídio. Periódicos e Seriados de Moçambique. In: *A imprensa de Moçambique 1854-1975*. Edição Livros do Brasil: Lisboa. 2000.

²⁹⁹ HEDGES, David. *História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961*. Vol.2 Livraria Universitária: Maputo, 1999. p. 198-200

³⁰⁰ FRELIMO. Características do colonialismo português. In: *História de Moçambique*. Edição do Departamento de Trabalho Ideológico. Maputo, 1978.p.47-48

³⁰¹ O *Projeto UNESCO* (1950) contou com a participação de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Thales de Azevedo, Chales Wagley, Gilberto Freyre, René Ribeiro, Costa Pinto e Guerreiro Ramos para pesquisarem as relações raciais nas principais capitais brasileiras, e provou exatamente o contrário do que Gilberto Freyre defendia: a predominância de relações étnico-raciais pacíficas no Brasil. SANTOS, Fernanda Barros. *A temática racial no debate internacional e a conceituação do termo estabelecida pela UNESCO na década de 1950*. Revista Thema. 2013.

Na elaboração de um modelo desenvolvido, ou em estágio de desenvolvimento, Gilberto Freyre nomeia o Brasil. Este seria o país no qual as demais sociedades tropicais poderiam se espelhar para impulsionar um desenvolvimento sustentável.³⁰² Um dos melhores trabalhos de Gilberto Freyre para compreendermos sua percepção sobre o Brasil como civilização luso-tropical é *Novo Mundo nos Trópicos* (1959)³⁰³, no qual o Brasil é retratado como líder de civilização para as sociedades tropicais, tendo como características principais o predomínio da cultura européia, sua capacidade adaptativa as condições tropicais, o desenvolvimento de novas formas de civilização com base na européia, e seu papel como representante da vitalidade portuguesa.

Entre 1937 e 1945 o Brasil e Portugal tiveram uma intensa aproximação. Portugal utilizava o Brasil como obra portuguesa, e o Governo brasileiro se deleitava na promoção de uma imagem moderna e industrializada da nação. Em fins de 1940, o Brasil é tomado como modelo principal por sua formação mestiça³⁰⁴, e nas décadas de 1950 e 1960 por seu caráter lusotropical³⁰⁵. O país era o principal exemplo de civilização tropical calcada em suas especificidades e nos valores europeus. Segundo Gilberto Freyre, o governo brasileiro, mais especificamente o presidente Getúlio Vargas(1882-1954), apoiava a divulgação da concepção de uma sociedade luso-brasileira que conservava uma cultura tradicional portuguesa e cristã³⁰⁶. A década de 1950 é considerada o momento de difusão do lusotropicalismo, e é a partir dessa noção, tão defendida e desenvolvida por Gilberto Freyre, que Portugal protegeu suas colônias dos inúmeros movimentos de emancipação que emergiam.

Em consonância com a política colonial portuguesa, Gilberto Freyre fez uma série de viagens custeadas por Portugal entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, passando por Portugal, Goa, Diu, Damão, Bombai, Guiné, Cabo Verde, São Tomé, Angola e

³⁰² CANDEAS, Alessandro Warley. *Trópico, Cultura e Desenvolvimento: a reflexão da UNESCO e a tropicologia de Gilberto Freyre*. 1. ed. Brasília: UNESCO / Liber Livro, 2010.

³⁰³ FREYRE, Gilberto. O Brasil como civilização europeia nos trópicos. In: *Novo Mundo nos Trópicos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks. 2000

³⁰⁴ LEME, Rafael Souza Campos de Moraes Leme. *Absurdos e Milagres: Um estudo sobre a política externa do lusotropicalismo (1930-1960)*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011, p.109

³⁰⁵ O lusotropicalismo é uma noção amplamente utilizada por Gilberto Freyre em suas obras da década de 1950. Significa basicamente, a particular atuação dos portugueses nas sociedades tropicais. Para saber mais ver os seguintes livros do Gilberto Freyre: *O Mundo que o Português criou* (1940), *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953), *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1958), e *O Luso e o Trópico* (1961)

³⁰⁶ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio editora. 1940. p.40-41

Moçambique. Macau, Timor e Açores não foram incluídos no roteiro. No prefácio de *Aventura e Rotina* de 1952, Gilberto Freyre afirmou sobre sua viagem as províncias ultramarinas portuguesas que sua

[...] impressão foi a de *dejà vu*, tal a unidade na diversidade que caracteriza os vários Portugais espalhados pelo mundo; e tal a semelhança desses Portugais diversos com o Brasil. Donde a verdade, e não retórica, que encontro na expressão 'lusotropical' para designar complexo tão disperso; mas quase todo disperso só pelos trópicos.³⁰⁷

Com a chegada de Gilberto Freyre a Província de Moçambique, última província portuguesa a ser visitada, desencadeou-se uma série de homenagens a ele, aos portugueses, e ao Brasil em Lourenço Marques (atual Maputo), Manica e Sofala (Beira), Zambézia (Quelimane) e na Ilha de Moçambique³⁰⁸. Nesta Província várias impressões sobre o Brasil podem ser observadas durante a visita de Gilberto Freyre a hospitais, associações, prédios públicos, casa de membros do governo, etc. Gilberto Freyre é tratado na grande maioria dos lugares que visitou como “filho da grande nação brasileira”, ou seja, como representante do grande Brasil. Suas titulações como sociólogo, historiador, jornalista, escritor, ou intelectual, ficaram em segundo plano.

O sociólogo brasileiro também foi posto como um importante mediador entre Brasil e Portugal. Um episódio em que podemos ver com clareza esta posição, foi quando o intelectual brasileiro foi incumbido de dar um presente a Getúlio Vargas em nome do presidente de Portugal, General Craveiro Lopes(1894-1964): um exemplar dos 'lusíadas' encerrado num valioso cofre de arte.³⁰⁹ Em resposta a este presente o presidente do Brasil deixou explícito sua simpatia a Portugal:

Os destinos paralelos conduzem os nossos dois países norteados pelos mesmos princípios e em demanda dos objetivos que nos são comuns no plano internacional. Estou firmemente decidido a fazer quanto em mim couber para que esta comunhão de ideais e objetivos se torne cada vez mais íntima e mais expressiva da profunda afinidade que entre os nossos dois países existe. Os nossos laços de consanguinidade são fortes e tão caros aos nossos sentimentos que nada que seja português nos pode ser

³⁰⁷ FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*: Sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.p.29

³⁰⁸ Jornal *O Brado Africano*, Lourenço Marques, 05 de Janeiro de 1952. p.1

³⁰⁹ Despedida de Gilberto Freyre no Ministério do Ultramar. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 30 de Janeiro. 1952 .p.7; A visita do ilustre brasileiro Gilberto Freyre á Metrópole. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 08 de Fev.1952. p.1,10

indiferente e que nada que diga respeito ao Brasil pode ser estranho a Portugal³¹⁰

Cláudia Castelo ao analisar brevemente o trabalho de Heloísa Paulo afirma que Getúlio Vargas privilegiou em seus governos a teorização de Gilberto Freyre referente miscigenação e a base cultural portuguesa para o Brasil. O esforço de constituir uma comunidade lusobrasileira se deve segundo Castelo ao lusotropicalismo explicitado por Gilberto Freyre na década de 1950.³¹¹

Na recepção feita a Gilberto Freyre na casa do Governador da Zambézia, o mesmo brindou ao Brasil dizendo o seguinte:

País de futuro chamou ao Brasil o escritor Stefan Zweig. Eu chamo-lhe Grande País do Presente. A comprová-lo, o magnífico escol da intelectualidade brasileira, tão lindamente representado aqui por um dos seus mais categorizados embaixadores: o Professor Gilberto Freyre. Pretende V. Ex^a, Senhor Doutor Gilberto Freyre, àquela geração que, lutando sem desfalecimentos, conseguiu que o Brasil, no caminho da cultura superior, percorresse em vinte anos bem maior distância que outros povos num século. Assim, o Brasil não é apenas uma esperança do futuro, mas uma realidade bem viva e palpitante dos nossos dias.[...] Na pessoa de V. Ex^a, Senhor Doutor Gilberto Freyre, bebo pelo Grande Brasil do Presente e pelo Extraordinário Brasil do futuro, irredutível fortaleza da nossa Civilização Cristã.³¹²

O Sr. . Dr. Cardoso de Vilhena ao saudar o Brasil por suas inúmeras qualidades no Salão dos Organismos Econômicos em Lourenço Marques, faz um estudo comparativo, no qual o Brasil ganha incomparavelmente de qualquer outra colônia portuguesa em benefícios. Ele cita inúmeros escritores literários, cidades industrializadas, romances brasileiros, iniciativas de compreensão do negro no país, das várias bibliotecas que segundo ele é “uma das garantias do combate ao analfabetismo e da elevação cultural e técnica do brasileiro”, o combate as doenças, a valorização da terra, a extensão territorial do país, aos trabalhadores, e a relação cultural do Brasil com a África³¹³. Por mais que sua intenção não fosse ressaltar o atraso das províncias ultramarinas em relação ao Brasil, mas provavelmente enaltecer o Brasil como modelo quase perfeito da obra portuguesa, a

³¹⁰ Uma carta do Presidente Getúlio Vargas ao General Craveiro Lopes *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 01 de Mar.1952. p.1

³¹¹ CASTELO, Cláudia. Heloísa Paulo, «Aqui também é Portugal»: a Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo, Coimbra, Quarteto, 2000, 624 páginas. *Análise Social*, vol. XXXVII (Primavera), 2002. p.296-297

³¹² Quelimane: O Prof. Gilberto Freyre na Zambézia. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 21 de Jan. 1952. .p.4

³¹³ Saudação ao Brasil e a Gilberto Freyre pelo Dr. Cardoso de Vilhena. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 13 de Jan. 1952. p.1-3

apresentação do Dr. Cardoso de Vilhena demonstra que a atuação portuguesa em África e na Ásia teria que melhorar – ou melhor, mudar radicalmente – para que suas colônias pudessem algum dia se equiparar ao Brasil.

Já o Sr. Aurélio Ferreira, membro do jornal *União* e um dos organizadores da homenagem feita à Gilberto Freyre pelos jornalistas de Lourenço Marques, disse aos seus colegas de profissão no Brasil que:

O facto da presença em Moçambique do notável escritor brasileiro Excelentíssimo Senhor Gilberto Freyre avivou no espírito de todas as classes sociais não só o natural afecto dos portugueses pelos nossos irmãos do Brasil, como também o nosso sentimento de admiração pelos progressos intelectuais e materiais desse poderoso País.

Nada, até hoje, pôde enfraquecer e muito menos extinguir a nossa estima recíproca. Pelo contrário, o entendimento entre os dois povos vai assumindo, dia a dia, a profundidade e a firmeza de uma verdadeira união espiritual, talvez mais forte, mais estável e frutífera de que uma união política ou simples intercâmbio económico.

É essa união, esse entendimento fraterno que explica o facto de qualquer dos nossos Países se sentir ferido com o perigo, ofensa ou ameaça que alguém dirija à soberania do outro. É que a nossa unidade, o desejo do nosso bem comum, não resulta de interesses meramente materiais; mas de um influxo de almas irmãs que, mesmo na distância enorme que as separa, se aproximam, de vez em quando, por uma espécie de nostalgia, de uma saudade, de alguma coisa que falta a uns e a outros e que tem a sua origem num passado remoto.

Para esse trabalho magnífico de aproximação fraternal dos dois povos, a Imprensa brasileira e a portuguesa deram a contribuição mais activa e mais eficiente.³¹⁴

Podemos perceber que há uma clara intenção de aproximação entre Portugal, a Província de Moçambique e o Brasil. O esforço de promoção da ideia de cordialidade através da imprensa serviu como propaganda indireta do governo português e brasileiro, além de promover uma imagem positiva dessas nações, sobretudo, no meio internacional. Segundo **Fernanda Suely Müller**, “[...] o Brasil funcionava como uma poderosa plataforma de propaganda pró-Salazar e sua política colonial portuguesa [...]”, principalmente na era Vargas, momento que foi mobilizado um esforço considerável para a consolidação da ‘amizade luso-brasileira’. Ela acrescenta que os principais órgãos a favor da

³¹⁴ Gilberto Freyre concedeu anteontem uma hora do seu gentil convívio á imprensa de Lourenço Marques. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 19 de Jan. 1952. p.1,9

política portuguesa no Brasil foram os periódicos *O Diário Português* (1932) e a *Voz de Portugal* (1936). Em oposição ao regime salazarista se destacou *Portugal Republicano* (1933).³¹⁵

A fraternidade e os laços históricos se sobressaem em vários discursos para legitimar uma afinidade quase natural entre o Brasil e os demais povos sob influência colonial portuguesa. Moçambique, particularmente, foi usado como província modelo de conciliação entre lusitanidade e modernidade,³¹⁶ característica alcançada devido a atuação de Portugal naquela localidade. Portugal era colocado como guia e protetor da ascensão social³¹⁷ e material.

Ao chegar em Lisboa, depois de passar pelas províncias ultramarinas, Gilberto Freyre deixa clara sua aprovação a política assimiladora de Portugal, e o Brasil como instrumento desse processo. Ele afirmou:

Como descendente de portugueses, fiquei muito orgulhoso em face dos mundos que a nossa gente ao mesmo tempo arrojada e tenaz, continua a criar tanto em África como no Brasil. São outros Portugais e outros Brasis que se levantam em África, sem que se despreze ou se esmague o que as gentes e as terras africanas têm de característico e de próprio.³¹⁸

É bom destacarmos que apesar da aparente valorização da diversidade cultural apontada por Gilberto Freyre acima, a cultura que deveria predominar para ele era a europeia, mais especificamente a portuguesa. Um dos colaboradores do *Jornal Notícias*, M. P. Simão, faz menção a busca de muitos povos colonizados pelo reconhecimento por parte de Portugal e do Brasil, e implicitamente da necessidade de transformação conjuntural para que esse reconhecimento viesse a se realizar. Simão disse o seguinte: “E Moçambique quer, num esforço sobrehumano, elevar-se intelectualmente até à altura digna da consideração não só da Metrópole mas de sua irmã mais velha – a Nação Brasileira.”³¹⁹ As particularidades culturais eram oficialmente respeitadas, porém a própria política de assimilação dos nativos contradizia o discurso do governo português.³²⁰

³¹⁵ MULLER, Fernanda Suely. *Brasil e Portugal em revista*: a imprensa periódica na fronteira entre cultura e política. Captado em: <http://amerika.revues.org/1408>. Acesso em 30 abr. 2015.

³¹⁶ Banquete de despedida a Gilberto Freyre na residência da ponta vermelha. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 20 de Jan. 1952. p. 1,10

³¹⁷ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio editora. 1940. p.59

³¹⁸ Declarações do escritor Gilberto Freyre a sua chegada a Lisboa. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 23 de Jan. 1952. p.1

³¹⁹ Aproximação luso-brasileira. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 18 de Jan. 1952. p.1;4

³²⁰ MONDLANE Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sa da Costa Editora, 1977. p.28-30

Ao reconhecer que o Brasil poderia aprender muito com a África portuguesa, Gilberto Freyre acabou alargando a concepção de que os africanos também têm algo a oferecer para o grande modelo lusotropical que era o Brasil³²¹. Em outra perspectiva, as afirmações de Gilberto Freyre também acabaram estimulando, segundo o Ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues (1899-1979), os portugueses em sua obra colonizadora:

[...] Quero apenas agradecer a Gilberto Freyre o conforto moral que nos trouxe, especialmente aos portugueses de além-mar que viram na sua presença e nas suas palavras um grande estímulo para prosseguirem na sua inquebrantável tenacidade, a obra em tempos remotos iniciada com a mesma férrea vontade, a mesma humana generosidade, a mesma honradez, a mesma clarividência, a mesma cega confiança no futuro da lusitanidade.

E permita-me que não possa dissociar da sua presença, a presença do nosso Brasil, por cuja grandeza eu faço os mais ardentes, os mais orgulhosos votos.³²²

Talvez houvesse por parte da administração portuguesa uma certa esperança no sociólogo brasileiro para que ele construísse para Portugal uma história parecida com a do Brasil, pautada em “belos moldes” multiculturais e multiétnicos a partir de valores portugueses.

A unidade transnacional de sentimento e de cultura, fruto da assimilação – segundo Gilberto Freyre sem violência e feita de maneira doce – promovida pelos portugueses, estariam firmados na mestiçagem, no hibridismo cultural, na língua portuguesa, e no cristianismo. Nenhum desses fatores podem ser considerados relevantes na totalidade de Moçambique, mas eram apresentados como elementos necessários para desenvolver ou conservar o sentimento de lusitanidade\unidade.³²³

Como pontuado por Alberto da Costa e Silva no prefácio de *Aventura e Rotina* de 1999:

Gilberto Freyre pensava então numa grande comunidade de língua portuguesa, integrada pelo Brasil, e, ao que parece, estava tão seduzido por esse projeto aglutinador que julgo ser possível que as possessões de

³²¹ FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*: Sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p.488

³²² Cerimônia de despedida a Gilberto Freyre no Ministério do Ultramar. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 31 de Jan. 1952 .p.9

³²³ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio editora. 1940. p.-32-68

Portugal ficassem fora do desmanchar dos impérios europeus na África e na Ásia, que ele considerava iminente³²⁴.

Durante o ápice do colonialismo português (1945-1961), Moçambique passou por mudanças significativas no campo social e econômico. Com a intensificação da produção rural – sobretudo da cultura forçada de algodão – e o avanço moderado da indústria de transformação e do comércio, principalmente em Lourenço Marques e na Beira, esta província foi alvo do desenvolvimento de infraestruturas em relação ao fornecimento de energia, construção de caminhos de ferro e na manutenção de portos. O primeiro Plano de Fomento (1953-1958) também impulsionou um avanço estrutural em Moçambique. Esta política introduzida pelo governo visava investir prioritariamente em caminhos de ferro, portos e transportes aéreos, e em segundo plano, no incentivo da fixação de colonos. Em contrapartida, a investigação científica, a saúde pública ou ensino não eram previstos pelo Plano. A opressão a população nativa se intensificava com a migração de trabalhadores moçambicanos para territórios vizinhos, expulsões de camponeses moçambicanos das áreas destinadas aos colonatos, e com a lacuna cada vez maior entre os trabalhadores colonos e os nativos através da diferença salarial, atuação sindical e as formas de trabalho.³²⁵ Estimular o modelo brasileiro nas províncias portuguesas, especialmente em Moçambique, incentivaria o Ultramar português a seguir o suposto caminho desenvolvimentista, mas como percebemos esse avanço econômico beneficiava pouquíssimos.

A visita de Gilberto Freyre ao Ultramar português, juntamente com suas teorizações, colaboraram para a ilusão de um Estado ultramarino coeso, utilizando o Brasil como o melhor modelo da atuação portuguesa, além de alimentar a expectativa de fortalecimento do “intercâmbio espiritual” que Moçambique poderia ter com o Brasil – já que apesar dos moçambicanos conhecerem algo dos brasileiros, o contrário não era perceptível. O caráter nacional foi deixado completamente de lado por Portugal, difundindo uma conexão com o Brasil para além das associações políticas convencionais. Podemos acrescentar que o envolvimento de Gilberto Freyre na política colonial portuguesa representou um grande passo na tentativa de legitimação intelectual do regime salazarista na década de 1950, além de influenciar o desenvolvimento dos estudos do

³²⁴ FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*: Sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p.22

³²⁵ HEDGES, David. *História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961*. Vol.2. Livraria Universitária: Maputo, 1999. p. 129-176

sociólogo brasileiro, e a propagação da imagem do Brasil como uma nação em ascensão. Na Província de Moçambique, a apropriação do Brasil também colaborou com os interesses econômicos de Portugal e com um frágil incentivo em torno do desenvolvimento local, que teoricamente se estenderia a toda sociedade.

“Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques”: análise de um livro de segredos

Isabela de Oliveira Dornelas; Átila Augusto Guerra de Freitas
Graduanda em História; Graduando em História
UFMG
isadornelas@gmail.com; atilaaugustofreitas@gmail.com

RESUMO: No período Moderno, uma das formas de divulgar o conhecimento de maneira geral e em específico como proceder diante das enfermidades e acidentes cotidianos era através dos manuais médicos, cirúrgicos e pequenos livros de segredo confeccionados por muitas mãos e elaborados ao passo de várias gerações. Nosso trabalho consiste na análise de um pequeno guia doméstico, fonte levantada no Arquivo Distrital de Braga em Portugal intitulado “Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques e enfermidades tirados de muitos autores modernos e antigos e de outras curiosidades pertencentes a Medicina” para fazermos uma pequena análise de aspectos por onde passavam os caminhos do cuidado com o corpo no século XVII no âmbito doméstico, espaço onde antes da emergência dos hospitais enquanto locais de cura se davam esses tipos de cuidado. De maneira a considerar a influência que as práticas médicas lusitanas levaram aos trópicos coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: História da saúde; Manuais médicos; Circulação do saber.

Introdução

Inevitabile fatum. Essa expressão latina exprime bem a concepção que a sociedade Moderna tinha sobre a morte. Ao longo da vida os acidentes, episódios de fomes, guerras e doenças não permitiam ao homem e a mulher comuns distanciarem-se da constante sombra que apregoava a efemeridade da vida. A consciência da finitude dos dias, das riquezas e dos poderes era bem clara. A roda da fortuna girava para todos e a saúde e a doença eram estágios alternados na vida de cada um. Durante grande parte da Era Moderna, nos séculos XVI e XVII, cria-se que as doenças eram uma forma de punição divina por causa dos pecados individuais contra os quais se recomendavam penitências ou pecados do coletivo no caso das pestes que desencadeavam procissões a fim de pedir aos céus clemência. Mas isso não impedia as pessoas de procurarem por outro tipo de socorro nos momentos de agonia e sofrimento do corpo³²⁶. Procurando tratamentos e soluções “terrenas”, é nesse segundo caso que nosso objeto se insere.

³²⁶ LINDEMANN, Mary. *Medicina e Sociedade no Início da Europa Moderna – novas abordagens da História Europeia* Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

O Cristianismo é uma religião que apregoa a cura, os milagres bíblicos do Senhor Jesus Cristo foram majoritariamente neste sentido; e durante a Idade Média, período em que a religião alcançou todas as facetas da vida cotidiana deixando cada vez mais tênue a linha entre o sagrado e o profano, a cada um dos santos foram atribuídos a função protetora e curativa de pontos específicos do corpo. Como por exemplo, Santa Luzia era invocada no caso de sofrimento nos olhos e à São Roque pediam socorro nos momentos de peste. Os clérigos ressaltavam a importância da oração e da penitência para obter curas e livramentos, se preocupavam muito com a supersticiosidade de grande parte da população, também incentivavam os doentes a procurarem ajuda dos conhecimentos terrenos. Uma das formas de divulgar como proceder diante das enfermidades era através dos manuais médicos e cirúrgicos. Elegemos um desses manuais para fazermos uma pequena análise de aspectos da medicina do século XVII de maneira a procurar salientar as teorias que embasavam o cuidado com a saúde e as terapêuticas utilizadas de maneira a manter o diálogo entre fonte e bibliografia.

Explanação sobre a fonte primária e metodologia

O manual de medicina supracitado foi selecionado como fonte primária - proveio do Arquivo Distrital de Braga - pois trata-se de um material que potencialmente foi pouco utilizado para fins de análise histórica. O título não foi encontrado na Porbase da Biblioteca Nacional de Portugal, o que pode ser um indício de sua singularidade. Aproveita-se também esta fonte para analisarmos à luz da bibliografia pertinente algum exemplo de possível assistência à saúde.

A obra está organizada por um índice alfabético com o nome das enfermidades – devemos evitar o termo “doenças”, pois, até fins do século XVIII as notícias que temos não são propriamente de doenças já que não sabiam o agente causador, mas, sim, enfermidades pois só conheciam os seus sintomas³²⁷. Nota-se que as enfermidades no geral não são muito graves e nem de sintomas muito agudos. Os sintomas relativos ao fígado, à pele e às perturbações intestinais são os que mais despontam no índice inicial. Entre as enfermidades percebe-se também uma série de medidas para tratar problemas de ordem estética como receitas para clarear os dentes, fazer nascer cabelos, para frear o crescimento

Lisboa: Replacção, 2002, p. 28.

³²⁷ LINDEMANN, *Medicina e Sociedade no Início da Europa Moderna*, p. 8.

dos seios, retirar manchas da pele e outras nesse mesmo sentido. Chama também atenção a quantidade de temas relativos à saúde da mulher e eventos próprios da vida delas, como hemorragias, perturbações no ciclo menstrual, dificuldades para conceber e complicações com o excesso, falta e empedramento do leite materno.

Logo depois do índice, chegamos ao título da obra que não consta data de publicação e nem autoria. Entretanto, em uma passagem no meio da obra onde lê-se “Ao anno de 1667 aos 14 de fevereiro [...]”³²⁸ e prossegue com uma observação de gota coral em uma mulher judia. Com isso, inicia um trabalho metodológico um pouco mais minucioso para tentar inserir este livro em alguma baliza temporal que minimamente nos permita sua análise. Consta no Arquivo Distrital de Braga que o livro é um manuscrito do século XVIII. Nesse sentido, selecionamos dois dicionários do dito século para verificar se a ortografia das enfermidades do índice do manual eram compatíveis com as do dicionário. O objetivo é aproximar a data de escrita do Pecúlio a partir da identificação do acordo entre as grafias e se a palavra utilizada faz sentido no contexto da frase de acordo com o significado proposto no dicionário. As obras de referência utilizadas foram de Raphael Bluteau de 1712-1728 *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*³²⁹ e de Antônio Silva Moraes, *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora*³³⁰ de 1813 com primeira edição em 1789.

Palavras como “agoa”, “nacida” e “sanguexuga” são exemplos cuja a ortografia corresponde com o dicionário Bluteau. “Camaras”, “apoplexia”, “encarnar”, “caustico”, “cozimentos” e algumas outras têm o sentido concordante no manual e no dicionário Bluteau e estão definidas como termos próprios da medicina. Das vinte e quatro palavras eleitas no índice para essa análise, sete não tinham correspondência nem de semântica, nem de ortografia com os dicionários referência e apenas duas coincidiam com o dicionário Silva Moraes provavelmente pelo adiantar do século XVIII quando foi publicado mais ainda por utilizarmos a segunda edição já de princípios do século XIX. Entretanto, todas as outras treze estavam em acordo no sentido e na ortografia com Bluteau. Essa

³²⁸ Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques e enfermidades tirados de muitos autores modernos e antigos e de outras curiosidades pertencentes a Medicina, p. 40.

³²⁹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v

³³⁰ SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

simplíssima abordagem metodológica nos levou a inserir temporalmente - mesmo que de modo provisório para efeito de análise - esta obra entre 1667 até algum ponto acreditamos que antes da metade do século XVIII, por causa da baixa correspondência com o dicionário referência de fins do século.

Ora, sabemos que o trabalho do historiador tem seus limites e algumas fontes demandam extenso trabalho investigativo. Algumas seleções são inevitáveis no ofício historiográfico e precisam ser lealmente explicitadas e deve-se manter o trabalho com o rigor necessário e possível.

Sobre o documento convém ainda notar que este manual parece ser a compilação de receitas de alguns outros manuais. É indício o próprio título da obra “Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques e enfermidades *tirados de muitos autores modernos e antigos* e de outras coriosidades pertecentes a Medicina”. Parece que o detentor do livro teve contato com outros livros de receitas para enfermidades e entre alguns encontrou assuntos mais relevantes para si e os transcreveu e dispôs em ordem alfabética. Outro indício de que este manual seja uma compilação são as enfermidades nitidamente incluídas no índice com outros tipos de tinta e caligrafia, bem como inseridas nos fins das páginas e inclusive fora da ordem alfabética como se nota, por exemplo, na letra “B” do índice embaixo de “para não comer barro” no fim da página lê-se “remédio para veneno tóxico” e ainda “remédio para espinhela” e de novo na letra “H” logo depois de “hidropsia apozima” surge destoante “para uma mulher parir sem perigo”. Os manuais são um traço da cultura da modernidade, desde o século XV nota-se uma vasta publicação de manuais de agricultura, medicina, alfaiataria e sobre outros temas de importância social. Alguns eram copiados e assim ficavam mais difundidos ainda, como talvez seja o caso deste que analisamos mais atentamente.

A teoria

Sobre os avanços da ciência no século XVII, podemos citar as leis de Isaac Newton (1643 – 1727); descoberta de De Graaf (1641 – 1673) dos folículos ovarianos; ainda como o uso do microscópio Malpighi (1628 – 1624) observando glóbulos vermelhos do sangue e Harvey em 1628 diz da circulação sanguínea e linfática. Esta última teoria propõe a partir do raciocínio dedutivo pautado nas observações – uma herança de Francis Bacon (1521 –

1626) - a circulação do sangue pelos corpos e prescreve inclusive o sentido do fluxo sanguíneo. Anteriormente, o comportamento do sangue dentro do corpo já havia sido observado por Galeno (130 – 200) que descreveu que seu movimento era definido pela atração dos órgãos que precisavam ser nutridos. Mas o trabalho de Galeno não se limitava somente a esse aspecto, teorizou também sobre os humores Hipocráticos e influenciou o pensamento médico Moderno até o século XVIII.

Convém dizer que na medicina Moderna havia certa rivalidade entre os acadêmicos e os populares no quesito de cuidados com a saúde. Mas, primordialmente, leigos e instruídos tinham muitas vezes os mesmos recursos curativos, os mesmos objetivos e principalmente as mesmas concepções sobre o corpo humano que se apoiava na teoria³³¹. Seria, então, injusto colocar em antípodas o “leigo” e o “instruído” quando os aspectos mais relevante na verdade os une. O corpo humano é um microcosmo complexo de fluidos e órgãos banhados pelo vital líquido vermelho. Entre a mais arrojada teoria medicinal e a mais antiga superstição existe um amplo gradiente de recursos práticos para tentar aplicar sobre o corpo doente que se mesclavam até o ponto de ficarem uma amálgama de conhecimento impossível de definir sua origem acadêmica ou popular.

O corpo humano, nesse momento, é encarado com uma existência material e imaterial e as enfermidades são a perturbação desse delicado microcosmo em qualquer uma dessas dimensões. Algumas pessoas têm mais tendência a desenvolverem certos tipos de enfermidades por conta de seus temperamentos. Os problemas de ordem do baço deixavam o doente prostrado, melancólico e os transtornos no fígado agravavam uma personalidade conflituosa. Em nosso manual percebemos uma grande preocupação com os males do fígado e do baço, esses órgãos aparecem como os primeiros a serem afetados pelas alterações da biliar amarela e negra que respectivamente produzem o humor fleumático e colérico, isso nos indica que o Peculio é como a enorme maioria dos trabalhos do século XVII e XVIII de inspiração galênica hipocrática.

Os humores podem se desequilibrar por conta das estações do ano, diferenças de temperatura e uma vida desregrada também afeta esse equilíbrio. Por isso, a preocupação de Galeno em que as pessoas vivam em moderação sem exageros e que evitem as paixões. Esse termo “paixão” aparece em nosso manual relacionado ao fígado “para paixões do

³³¹ LINDEMANN, Mary. *Medicina e Sociedade no Início da Europa Moderna*, p. 20.

figuado”³³². De acordo com o dicionário Bluteau, paixão, entre outras coisas, é uma perturbação interna e é justamente o que se deve evitar para manter a saúde: sair do equilíbrio. Para Galeno que inspirou todo o pensamento moderno sobre o comportamento do corpo, a harmonia era fundamental para a conservação da saúde. Portanto, para recobrá-la era necessário rearranjar as condições do doente para um novo estado de harmonia. Este é um traço muito específico da medicina galênica: cada sofredor responde de uma forma, pois, sua conjuntura do corpo e humores é única.

Isso leva a uma medicina de muita observação para que se consiga captar a natureza do doente como também do lugar onde vive, a época do ano e a procedência humoral da enfermidade. No Pecúlio, percebemos medicamentos para enfermidades de causa fria como “para colicas de causa fria”, “para mulher que não concebe por causa fria”. Pelos muitos exemplos de medicamentos específicos de origem fria e nenhuma de causa quente talvez seja uma indicação do clima onde o suposto autor do Pecúlio vivia. Para Mary Lindemann³³³, a longevidade da teoria galênica está relacionada à sua flexibilidade, afinal poderia ser adaptado a muitas realidades, novos sintomas e locais diferentes, o que permite uma vasto repertório curativo mutável de acordo com as variáveis e por isso mesmo encontrou campo fértil por muitos séculos e influenciou o modo de cura até o século XVIII.

A prática

Ainda que se note lampejos de uma valorização progressiva da razão, o pensamento do século XVII é de um certo ponto híbrido entre razão e abstração ao mesmo tempo claro e organizado entra em contradições por conta das impossibilidades de observações melhores procedidas³³⁴. A novidade prática da medicina em Portugal no período é a incorporação da fauna e flora americana aos medicamentos. Em especial a quina e o maracujá, mas, no geral, mantêm-se o largo emprego da sangrias e purgas. Para Lemos, o

³³² Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques e enfermidades tirados de muitos autores modernos e antigos e de outras curiosidades pertencentes a Medicina, p. 3.

³³³ LINDEMANN, Mary. *Medicina e Sociedade no Início da Europa Moderna*, p. 68.

³³⁴ SOURINA, Jean-Charles. *História da Medicina*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992, p. 179.

século XVII é pouco criativo em relação aos modos de cura e só se apegam a Galeno e Hipócrates³³⁵.

Entretanto, na lógica humoral, ou seja, na lógica dos humores, as sangrias e as purgas fazem sentido, pois, se o organismo está em desequilíbrio por aumento da presença de determinado humor, deve-se, então, criar uma saída artificial que permita a extirpação do fator em excesso. Independente do que tenha ocasionado a enfermidade ou o acidente, qualquer perturbação podia desequilibrar o organismo e então era necessário proceder com sangrias e purgas rapidamente para evitar mais agravos. Mas as sangrias não se limitam a tentar reparar um dano, elas estão também culturalmente ligadas à novidade e à renovação³³⁶. A título de exemplo: os mais abastados procuravam sangrar-se na primavera para limpar os humores acumulados do inverno, as mulheres grávidas eram sangradas três vezes durante a gravidez com o objetivo de facilitar o parto. Dentro da lógica do equilíbrio, é essencial expurgar os humores acumulados que têm o potencial para adoecer e até acabar com a vida. Em suma, as sangrias têm um objetivo também preventivo; se o sangue é o suco vital que nos percorre então não é possível deixa-lo percorrer corruptamente nosso corpo.

De fato, em nossa fonte primária, observamos ocasiões que se recomendam sangrias como alívio para algumas enfermidades, no entanto, existem mais outras muitas receitas de medicamentos que vão muito além das sangrias e das purgas. Os materiais utilizados nas receitas em geral são simples e geralmente de origem vegetal em maior escala e de origem mineral em menor. Como o gengibre para dourar os cabelos e alecrim para o óleo especialíssimo. Temos também materiais de origem animal, desde o leite até carcaça de coelho recém abatido.

Alguns poucos são mais elaborados e de difícil acesso como as pedras ditas “importantes para uma botica³³⁷” como quartzo, safira e granito. Existe uma lacuna no livro que não diz as ocasiões e nem como devem ser usados - talvez a propriedade curativa desses minerais seja liberada com um simples toque. É comum, nessa altura, os medicamentos terem propriedades ocultas que funcionavam pelo princípio da simpatia e

³³⁵ LEMOS, Maximiano. *História da Medicina em Portugal – doutrinas e instituições*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Ordem dos médicos, 1991, p. 40.

³³⁶ LEBIGRE, Arlette. “Sangrar e purgar.” In *As doenças têm história*, Jacques Le Goff, 289 – 298. Lisboa: Terramar, 2003, p. 290.

³³⁷ Pecúlio de alguns remédios para diversos achaques e enfermidades tirados de muitos autores modernos e antigos e de outras curiosidades pertencentes a Medicina, p. 77.

antipatia entre o corpo doente e a origem do objeto. O óleo de ouro descrito no livro nos diz de algo recorrente na cura da Era Moderna que são as misturas de metais e ácidos para tratar parasitas na pele preparados com ouro, cobre e zinco. O mercúrio é largamente empregado no combate à sífilis e o ferro contra a anemia. Esses são certamente medicamentos fortíssimos que inclusive têm alto teor de toxicidade, não era raro o doente morrer do tratamento e não da enfermidade. As concentrações de elementos tóxicos não eram reguladas e cada farmacêutico, boticário, médico, cirurgião e curiosos preparavam seus remédios de acordo com suas próprias noções³³⁸.

Diante desse repertório curativo que vimos, não nos parece acertado dizer que faltava criatividade nas receitas do século XVII. Pelo contrário, nota-se a incorporação de elementos das possessões ultramarinas e receitas variadas a partir de materiais muito variados. No século XVII, percebemos, mesmo que timidamente, uma tendência utilitarista de fazer uso do que pode ser benéfico em um tratamento, procura acumular como em uma enciclopédia o conhecimento que pode ser proveitoso na prática a exemplo do nosso manual.

Conclusão

Durante algum tempo, a historiografia se deteve em analisar – e criticar – os modos de cura do passado. É relativamente fácil perceber os equívocos dos manuais de medicina e cirurgia - sem contar os de anatomia. Entretanto, disso não se aproveita nada e acreditamos que essa seja uma análise estéril e anacrônica. Para nossa reflexão interessa muito mais entender quais eram os elementos curativos à mão daquelas pessoas e, por exemplo, compreender os hábitos alimentares e de cultivo; quais enfermidades eram mais comuns e quais as mais atemorizavam; a concepção sobre o corpo; as relações entre osãos e doentes; a expectativa da hora da morte; a circulação de conhecimento. Todos são exemplos de possibilidades de análise da história da saúde. É ainda interessante também pensar nas rupturas e nas continuidades ao longo da história da medicina como um campo de estudo, revendo os pensamentos que vigoraram por muito tempo e outros que foram abandonados. A história das enfermidades e das curas não deve ser procedida para avaliar

³³⁸ SOURINA, Jean-Charles. *História da Medicina*, p. 80.

o passado, mas, no sentido de compreender como a saúde e, no caso, a falta dela eram vivenciadas por essas mulheres e homens do passado.

Existe possibilidade de um indivíduo lidar com suas mazelas sem carregar consigo o seu lugar social e suas concepções culturais de corpo, enfermidade e tratamento? Os humanos são sempre humanos de seu tempo e é isso mesmo que nos importa observar na história da medicina, a forma de perceber o mundo que as pessoas do tempo pretérito cultivavam através do primordial cuidado com saúde e a tentativa de cura.

Depois de escrever uma grande obra de cirurgia em doze volumes Luís Gomes Ferreira na última página de seu livro nos diz: “E agora direi mais: que as coisas, por novas, não podem desmerecer o crédito de sua verdade, porque, que coisa haverá hoje no mundo tão antiga que não fosse nova em algum tempo?”³³⁹. Vejamos, ao olharmos para o passado dos cuidados com o corpo, obviamente encontraremos equívocos. Assim como no futuro, talvez, e principalmente com o avanço das técnicas e tecnologias, também nos mostre nossos enganos. Contudo, o nosso interesse foi e deve ser em observar as manifestações culturais e sociais que perpassam o cuidado com a saúde.

³³⁹ FERREIRA, Luís Gomes.; FURTADO, Júnia Ferreira. *Erário mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. 2v. P. 699.